

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

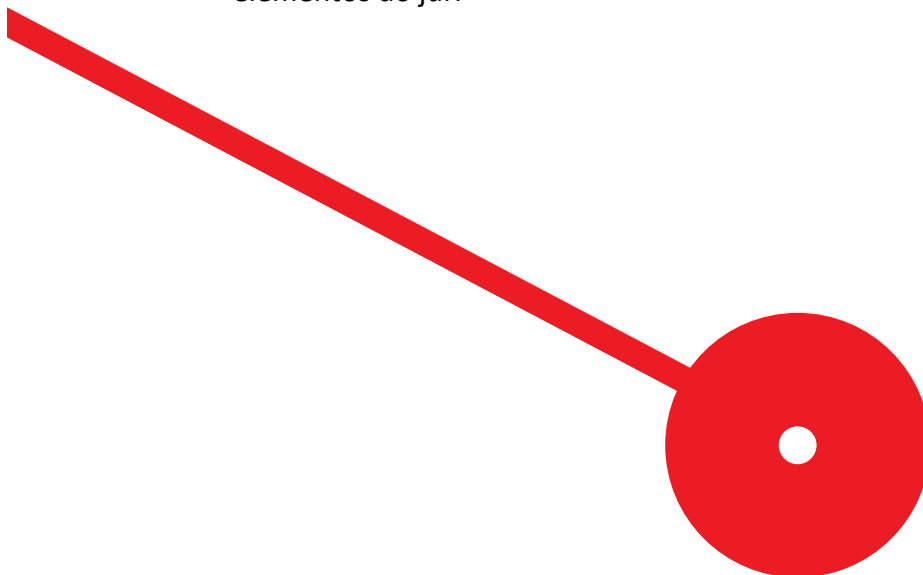
MESTRADO
AUDITORIA

O Relato de
Sustentabilidade nas
PME's Portuguesas
Luís Miguel Pereira da Silva

10/2024

Versão Final - Esta versão contém as críticas e sugestões dos
elementos do júri

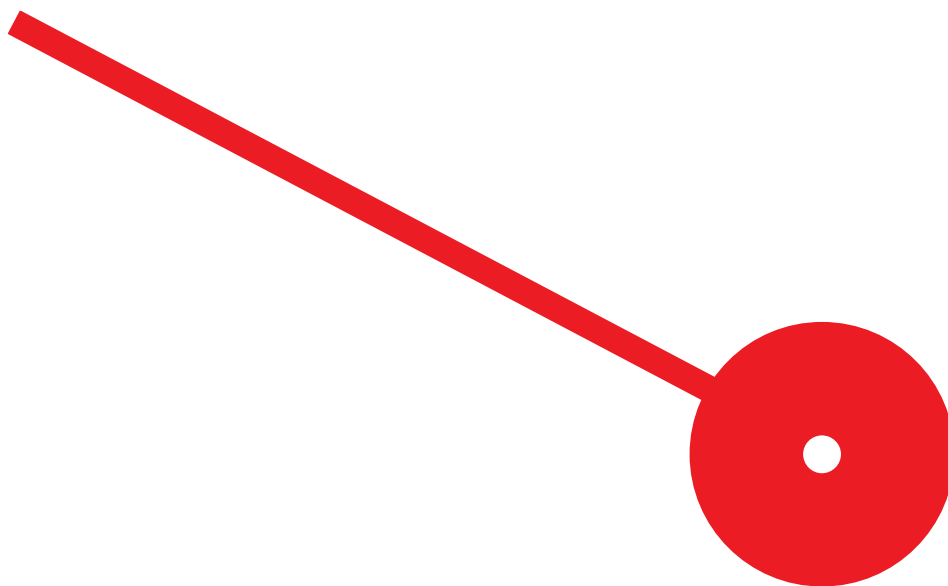
Luís Miguel Pereira da Silva. O Relato de Sustentabilidade
nas PME's Portuguesas
10/2024



M MESTRADO
AUDITORIA

O Relato de
Sustentabilidade nas
PME's Portuguesas
Luís Miguel Pereira da Silva

**Dissertação de Mestrado
apresentado ao Instituto Superior de
Contabilidade e Administração do Porto
para a obtenção do grau de Mestre em
Auditoria, sob orientação da Professora
Doutora Isabel Alexandra Neves Maldonado e
da Professora Doutora Amélia Cristina
Ferreira da Silva.**



Dedicatória

Chegando ao final deste capítulo do meu percurso académico, comecei a refletir sobre como todos nós somos a construção de partes de outros seres. Dos seus exemplos, do que significaram para nós, do seu carinho, do seu amor, do que fizeram para que pudessemos crescer e dos seus próprios desafios e questões existenciais.

As pessoas que me vieram à memória foram os meus avós. Foram pilares essenciais na minha construção de ser humano e na forma como vejo o mundo e a sociedade. O seu exemplo de resiliência e trabalho, numa altura em que Portugal era um lugar duro e de poucas oportunidades, inspiram-me todos os dias a tentar ser uma pessoa melhor e a trabalhar para atingir os meus objetivos, como foi o caso da elaboração deste trabalho.

Assim, os seus nomes ficarão imortalizados nestas páginas como sinal do meu agradecimento profundo. Deste neto que pensa em vós:

- Alberto Pereira
- Alzira de Andrade Ribeiro
- José Maria Pereira da Silva
- Maria Fernanda Sousa Ribeiro Oliveira
- Palmira Pereira

Agradecimentos

Este trabalho é o resultado de um caminho longo, trabalhoso e cheio de obstáculos. Foram muitos os momentos de dúvida em que recorri às professoras orientadoras, aos meus familiares e às minhas amigas. Pretendo deixar o meu profundo agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para o sucesso deste projeto.

Em primeiro lugar, apresento o meu maior obrigado à Professora Doutora Amélia Silva e à Professora Doutora Isabel Maldonado por todo o apoio, empenho e disponibilidade ao longo dos largos meses de trabalho. Aprendi muito com o seu contributo e sapiência.

Seguidamente, não posso deixar de agradecer a todos os gestores e responsáveis das PME's portuguesas que amavelmente se disponibilizaram para responder ao questionário proposto. Sem o seu contributo não haveria material de estudo, pelo que agradeço todo o apoio.

Agradeço ao pilar da minha vida que é a minha família: à minha mãe Maria Estela Silva, ao meu pai Hélio Pereira, ao meu irmão Ricardo Silva e à minha cunhada Diana Brito. O seu suporte, amor e paciência incondicionais são sempre imprescindíveis em tudo.

Por último, agradeço à minha madrinha Eva Oliveira, à Ana Sofia Barbosa e à Catarina Santos por toda a amizade e carinho nos muitos momentos de incerteza e por terem sempre acreditado que este trabalho seria uma realidade.

Resumo:

A orientação para a sustentabilidade tem sido amplamente promovida pelos atores políticos, económicos e sociais, a nível nacional, europeu e mundial. Um dos fatores-chave para alcançar esta transição é a elaboração e divulgação de relatórios sólidos sobre as políticas e ações de sustentabilidade pelas empresas. No seio da União Europeia, a evolução do quadro legal e normativo sobre as matérias da sustentabilidade apresenta uma evolução que irá conduzir à obrigatoriedade de todas as empresas, incluindo PME's, apresentarem um relatório integrado, onde, além da financeira, conste informação não financeira relacionada com a sustentabilidade.

A presente dissertação visa identificar e descrever as práticas de relato da sustentabilidade e *assurance* das PME's portuguesas e compreender as suas determinantes. A investigação combina técnicas metodológicas qualitativa e quantitativa. Numa primeira fase foi realizado um estudo exploratório, baseado na análise de conteúdo dos relatórios integrados das empresas do PSI. Os resultados deste estudo exploratório, conjugados com a revisão de literatura, permitiram a elaboração de um modelo concetual. Este modelo procura explicar os fatores que determinam o índice de responsabilidade social das empresas. Os dados foram recolhidos através de um questionário online aplicado aos profissionais com responsabilidades na gestão, na preparação e/ou revisão da informação financeira das PME's, tendo sido obtidas 422 respostas válidas. A análise foi efetuada com base em modelos de estatística multivariada, o modelo de equações estruturais. O modelo inicialmente proposto foi testado e alterado de acordo com os resultados obtidos nas análises. No modelo foram comprovadas oito das treze hipóteses de investigação. As conclusões destacam os papéis significativos desempenhados pelas Pressões Externas, pelas Pressões Institucionais e pela Perceção sobre a Importância da RSE na formação das Práticas Discricionárias que contribuem para o Indicador de RSE.

Palavras chave: Relatório de Sustentabilidade; PME's; *Assurance*; Responsabilidade Social.

Abstract:

Orientation towards sustainability has been widely promoted by political, economic and social actors at national, European and global level. One of the key factors in achieving this transition is the preparation and dissemination of solid reports on sustainability policies and actions by companies. Within the European Union, the evolution of the legal and regulatory framework on sustainability issues is leading to an obligation for all companies, including SMEs, to present an integrated report which, in addition to financial information, includes non-financial information related to sustainability.

This dissertation aims to identify and describe the sustainability and assurance reporting practices of Portuguese SMEs and to understand their determinants. The research combines qualitative and quantitative methodological techniques. In the first phase, an exploratory study was carried with the purpose of analysing the content of the integrated reports of the PSI companies. The results of this exploratory study, combined with the literature review, enabled a conceptual model as a result. This model seeks to explain the factors that determine the corporate social responsibility index. The data was collected through an online questionnaire applied to professionals with responsibilities in the management, preparation and/or review of SME financial information, and 422 valid responses were obtained. The analysis was based on multivariate statistical models, the structural equation model. The model initially proposed was tested and altered according to the results obtained in the analyses. The model proved eight of the thirteen research hypotheses. The conclusions emphasise the significant roles played by External Pressures, Institutional Pressures and Perception of the Importance of CSR in shaping the Discretionary Practices that contribute to the CSR Indicator.

Key words: Sustainability Report; SMEs; Assurance; Social Responsibility.

Índice geral

Capítulo I - Introdução	1
Capítulo II – Enquadramento teórico	4
2.1 Responsabilidade Social da Empresa e o Desenvolvimento Sustentável.....	5
2.2 O Relato de Sustentabilidade.....	9
2.3 As normas europeias de relato de sustentabilidade	13
2.4 O Relato da sustentabilidade nas PME’s	17
2.5 O papel do contabilista certificado no processo de sustentabilidade das PME’s	19
Capítulo III – Objetivos, modelo conceptual e hipóteses de investigação	22
3.1 Introdução.....	23
3.2 Objetivos de investigação.....	23
3.3 Modelo concetual e hipóteses de investigação	24
Capítulo IV – Metodologia de investigação	31
4.1 Instrumento de medida	32
4.2 Pré-teste	32
4.3 Estrutura do inquérito por questionário	32
4.4 Processo de recolha de dados e amostra.....	37
4.5 Procedimentos estatísticos na análise de dados.....	38
4.5.1 Avaliação do modelo de medida	38
4.5.2 Avaliação do modelo estrutural.....	41
Capítulo V – Análise e discussão dos resultados	42
5.1 Análise preliminar dos dados	43
5.1.1 Valores em falta.....	43
5.1.2 Análise da tendência central e da normalidade	43
5.1.3 Valores extremos	43
5.1.4 Dimensão da amostra.....	44

5.2	Caraterização da amostra.....	44
5.2.1	Análise dos inquiridos	44
5.2.2	Caraterização das empresas inquiridas	47
5.3	Análise do modelo de medida	51
5.4	Análise do modelo estrutural.....	54
5.4.1	Avaliação do modelo estrutural inicial.....	54
5.4.2	Avaliação do modelo estrutural revisto	56
5.4.3	Avaliação do efeito direto, indireto e total	58
5.5	Discussão dos resultados	58
Capítulo VI – Conclusão		61
6.1	Principais conclusões.....	62
6.2	Contribuições do estudo	64
6.3	Limitações do estudo	64
6.4	Linhas de investigação futura.....	65
Referências bibliográficas		66
Apêndices		86

Índice de Figuras

Figura 1 - A teoria triple bottom line.....	7
Figura 2 - Normas GRI: Normas Universais, Setoriais e Temáticas.....	10
Figura 3 - Modelo concetual.....	24
Figura 4 - Idade dos inquiridos.....	45
Figura 5 - Sexo dos inquiridos.....	45
Figura 6 - Funções dos inquiridos na organização	46
Figura 7 - Antiguidade dos inquiridos na organização.....	47
Figura 8 - Número de trabalhadores das empresas inquiridas.....	47
Figura 9 - Volume de negócios anual, em euros, das empresas inquiridas	48
Figura 10 - Política ou plano de sustentabilidade nas empresas inquiridas.....	49
Figura 11 - Selos ou certificações de sustentabilidade nas empresas inquiridas.....	49
Figura 12 - Nuvem de palavras que representa os selos ou certificações de sustentabilidade das empresas inquiridas	50
Figura 13 - Certificação de contas nas empresas inquiridas.....	50
Figura 14 - Setores de atividade em que as empresas inquiridas operam, segundo as grandes categorias (Secções) da CAE-Rev.3, filtrado por grupos superiores a 10	51
Figura 15 - Diagrama de caminhos do modelo teórico inicial alterado.....	54
Figura 16 - Diagrama de caminhos do modelo teórico revisto.....	56

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (NERS)	15
Tabela 2 - Itens relativos às PE	33
Tabela 3 - Itens relativos às PI.....	34
Tabela 4 - Itens relativos à PQRSE	34
Tabela 5 - Itens relativos à PIRS	35
Tabela 6 - Item relativo às PM	36
Tabela 7 - Itens relativos às PD	36
Tabela 8 - Itens relativos às PR	36
Tabela 9 - Itens relativos ao IRSE	37
Tabela 10 - Símbolos usados na representação gráfica do MEE.....	39
Tabela 11 - Índices e valores de referência de ajustamento do modelo	39
Tabela 12 - Medidas de ajustamento de cada um dos construtos antes da revisão do modelo	52
Tabela 13 - Itens eliminados e retidos pela AFC	52
Tabela 14 - Resultado do modelo de medida	53
Tabela 15 - Medidas de ajustamento global do modelo estrutural inicial	55
Tabela 16 - Resultados da avaliação do modelo teórico inicial	55
Tabela 17 - Medidas de ajustamento global do modelo estrutural revisto	57
Tabela 18 - Resultados da avaliação do modelo teórico revisto.....	57
Tabela 19 - Efeitos diretos, indiretos e totais	58

Índice de Apêndices

Apêndice I – Questionário	87
Apêndice II – Email enviado às PME’s selecionadas	98
Apêndice III – Teste da normalidade dos dados.....	99
Apêndice IV – Análise descritiva.....	100
Apêndice V – Fiabilidade das medidas de PE.....	101
Apêndice VI – Fiabilidade das medidas de PI.....	102
Apêndice VII – Fiabilidade das medidas de PQRSE	103
Apêndice VIII – Fiabilidade das medidas de PIRS	104
Apêndice IX – Fiabilidade das medidas de PD	105
Apêndice X – Fiabilidade das medidas de PR.....	106
Apêndice XI – Fiabilidade das medidas de IRSE.....	107
Apêndice XII – Artigo submetido ao Journal of Contemporary Administration – “ASSESSING THE SUSTAINABILITY PERFORMANCE OF PORTUGUESE PSI COMPANIES”	108
Apêndice XIII – Artigo submetido às XXXIV Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica “THE ROLE OF REGULATORY, SOCIETAL, AND ETHICAL FACTORS IN SME SUSTAINABILITY REPORTING”.....	125

Lista de abreviaturas

AFC - Análise Fatorial Confirmatória

BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

CAE-Rev.3 - Classificação Portuguesa das Atividades Económicas - Revisão 3

CE - Comissão Europeia

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CR – *Composite Reliability*

CSRD - Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativo

EFRAG - *European Financial Reporting Advisory Group*

EMAS - Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria

ESG - Questões ambientais, sociais e de boa governança (sigla inglesa)

EU - União Europeia

FSC - *Forest Stewardship Council*

G250 - As 250 maiores empresas do mundo em termos de receitas, com base na classificação Fortune 500 de 2021

GRI - *Global Reporting Initiative*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IIRC - *International Integrated Reporting Council*

IIRF - *International Integrated Reporting Framework*

INE - Instituto Nacional de Estatística

INF - Informações Não Financeiras

ISO - International Standardization Organization

ISSB - *International Sustainability Standards Board*

KS - Teste de Kolmogorov-Smirnov

MEE – Modelo de Equações Estruturais

mmi - modelo de medida inicial

mmr – modelo de medida revisto

MVE - Média da Variância Extraída

N100 - Amostra mundial das 100 maiores empresas por receita em 58 países, territórios e jurisdições

NERS - Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PME's - Pequenas e Médias Empresas

PSI - *Portuguese Stock Index*

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

STAMP - *Smart Teaching in Accounting*

SW - Teste de Shapiro-Wilk

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Durante a década de 1990, as primeiras iniciativas de divulgação de informação não financeira surgiram de forma voluntária, e eram lideradas pelas grandes empresas, muitas delas multinacionais, que seguiam práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) globais. Esta tendência foi incentivada pela pressão de investidores, consumidores e reguladores setoriais, mas ainda não havia uma exigência legal obrigatória e abrangente.

Alguns setores regulamentados, como o setor bancário e segurador, começaram a ser pressionados a divulgar mais informações sobre os riscos sociais e ambientais associados às suas atividades. A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) introduziu recomendações no Código de Governo das Sociedades, incentivando a transparência nas informações sobre práticas de boa governação e sustentabilidade. Contudo, estas orientações eram, em grande medida, de cumprimento voluntário.

Além disso, a pressão do mercado e de investidores institucionais, especialmente após a crise financeira global de 2008, aumentou a necessidade de as empresas demonstrarem maior transparência em questões ambientais, sociais e de boa governança (ESG), o que resultou num aumento da divulgação de relatórios de sustentabilidade e informação não financeira.

A adoção de normas internacionais e a influência de organizações, como o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal), ajudaram a promover esta prática, que viria a ser formalmente regulada com a introdução da Diretiva Europeia em 2014.

A Diretiva 2014/95/EU, que entrou em vigor em 2017, representou um marco importante para a transparência corporativa em questões ESG e alterou substancialmente as práticas das empresas em Portugal.

Apesar destas normas estarem mais direcionadas para as grandes empresas, tem-se assistido à necessidade de verificar as informações não financeiras das Pequenas e Médias Empresas (PME's) europeias, pela importância que estas têm no ambiente empresarial europeu, na sua obtenção de recursos financeiros, para participarem em negócios internacionais ou pela influência dos requisitos das grandes empresas. Esta informação deve fornecer uma visão justa e abrangente das suas políticas, resultados e riscos (Ortiz-Martínez & Marín-Hernández, 2022).

Tanto as microempresas como as PME's, são significativamente suscetíveis às alterações climáticas, encontrando-se em maioria tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento (Gannon et al., 2021). No panorama português, as PME's representam cerca de 99,9% do número de empresas, o que corresponde a 1.452.225 num total de 1.453.728 empresas, em 2022 (Pordata, 2023).

Existem atualmente normas internacionais que estabelecem orientações no relato da informação não financeira pelas empresas multinacionais e internacionais. Entre elas, serão referidas as normas do *Global Reporting Initiative (GRI)*, as do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, as da Fundação *International Financial Reporting Standards (IFRS)* e as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (NERS).

O objetivo deste estudo é identificar e descrever as práticas de relato da sustentabilidade e *assurance* das PME's portuguesas e compreender as suas determinantes, tendo sido desenvolvido um modelo sobre os fatores que determinam o índice de responsabilidade social das empresas. Os dados foram recolhidos através de um questionário online aplicado aos profissionais com responsabilidades na gestão, na preparação e/ou revisão da informação financeira das PME's.

A dissertação está estruturada em seis capítulos. A seguir ao capítulo da introdução, o Capítulo 2 faz o enquadramento teórico do problema em estudo com a abordagem dos temas mais importantes da investigação. O terceiro capítulo apresenta os objetivos, o modelo concetual e as hipóteses de investigação. A metodologia adotada é desenvolvida no quarto capítulo. Por fim, no quinto e sexto capítulos apresenta-se e discute-se os resultados e as conclusões deste estudo.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social da Empresa e o Desenvolvimento Sustentável

A temática da sustentabilidade tem ganho notoriedade e abrangência ao longo dos últimos anos. A sociedade tem contribuído para a maior importância atribuída a estes temas e ao surgimento de conceitos como a Responsabilidade Social e a Sustentabilidade.

A Responsabilidade Social da empresa, segundo a definição apresentada pelo Watts et al. (2016) refere-se ao compromisso duradouro das empresas em agir de maneira ética enquanto contribuem para o desenvolvimento económico. Envolve a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e das suas famílias, assim como o impacto positivo na comunidade local e na sociedade na totalidade.

A sustentabilidade centra-se na forma como os recursos são consumidos, garantindo a sua disponibilidade futura, por meio de uma procura do bem-estar ambiental, a diminuição da pegada de carbono e o balanço entre o progresso económico e o social (Almeida, 2023).

Consequentemente, defende-se que a responsabilidade social está integrada no conceito de sustentabilidade, ao ser fundamental no efetivo desenvolvimento sustentável. Apesar do objetivo comum que partilham, são apontados alguns pontos divergentes. Segundo Almeida (2023), enquanto a responsabilidade social carece de atitudes voluntárias e pontuais, para ter um impacto positivo na sociedade, a sustentabilidade necessita de mudanças internas na melhoria de processos, de estratégias e até da cultura do próprio organismo.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou RSC tem o seu estudo centrado nas grandes empresas. Neto & Branco (2019) analisaram os relatórios de instituições financeiras, no ano de 2015 e presentes na base de dados do GRI, com o intuito de aferir sobre a divulgação de informações dos investimentos ou financiamentos de entidades que possuem atividades sensíveis do ponto de vista ambiental ou social. Os autores concluíram que a divulgação destas informações não é generalizada e são poucos os organismos que divulgam a sua política sobre a exclusão de certos setores ou projetos por razões éticas. A amostra deste estudo incluiu três PME's, impossibilitando os autores de generalizar os seus resultados e de fazer uma análise comparativa entre PME's e grandes empresas.

Baumann-Pauly et al. (2013) referiram que o conhecimento da RSE nas PME's é reduzido, apesar destes organismos representarem mais de metade do emprego e contribuírem para uma grande parte da criação de valor económico global. Disto resulta na sensação de que as multinacionais têm uma implementação das práticas de sustentabilidade mais desenvolvida, comparando com as PME's.

O'Donohue & Torugsa (2016) também argumentaram que a maioria da investigação realizada sobre a gestão de recursos humanos, a gestão ambiental e o desempenho financeiro foi realizada com o foco nas grandes empresas. A falta de estudos encontra-se presente na ausência de uma visão holística sobre esta temática, concentrando-se muito nos impactos financeiros das medidas sustentáveis.

A RSE surgiu com maior importância na agenda corporativa desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que teve lugar em Estocolmo em 1972, e o impacto do Relatório Brundtland de 1987, intitulado "O Nosso Futuro Comum" da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento (Hussain et al., 2018).

Contemporaneamente, a abordagem relativamente à RSE assenta no funcionamento *triple bottom line* da empresa, uma teoria introduzida por John Elkington em 1994 (Elkington, 1994). Nesta defende-se três dimensões para avaliar o resultado de uma empresa: a perspectiva económica/financeira, a ambiental e a social. Segue a premissa primária de que o desempenho sustentável compensa na forma de vantagem competitiva, segundo uma ideia introduzida por Michael Porter (Hussain et al., 2018).

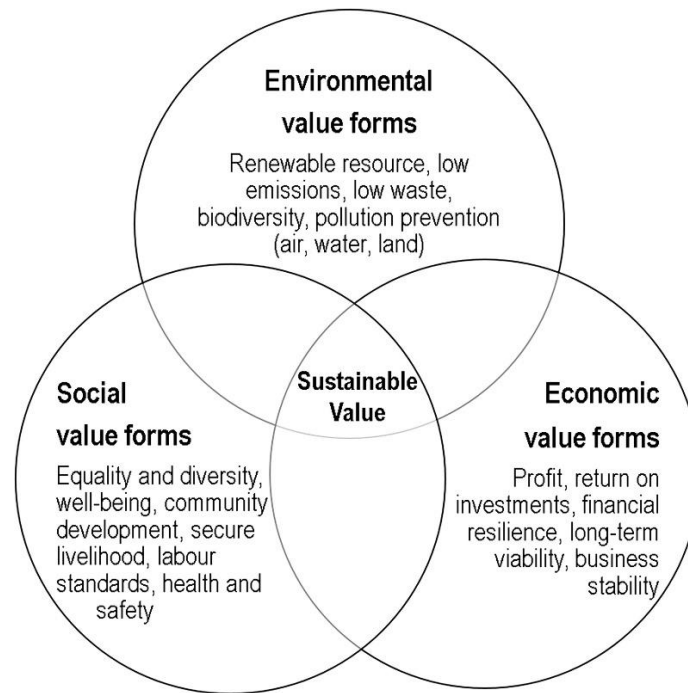


Figura 1 - A teoria triple bottom line

Fonte: Evans et al., (2017, p. 600)

Através do aprofundamento do entendimento sobre a relação entre as características de governação e as dimensões da sustentabilidade é possível alcançar um maior conhecimento sobre estes temas.

Hussain et al. (2018) contribuíram para a sustentabilidade dos dois paradigmas dominantes na investigação sobre a governação: a teoria da agência e a das partes interessadas/*stakeholders*. A primeira considera que as assimetrias de informação, os comportamentos oportunistas e os conflitos de interesses são resultados das parcas relações entre *stakeholders* (propriedade) e gestores (controlo). Deve-se assim supervisionar estas relações com o intuito de alinhar os objetivos entre os agentes, diminuir os conflitos e maximizar a riqueza dos acionistas. A segunda teoria defende que a empresa deve considerar os interesses das várias partes interessadas e não apenas a obtenção do lucro pelos proprietários.

As instituições que terão futuro com uma visão social, possuidoras de estabilidade e significado, são sustentadas por três pilares, nomeadamente: cognitivos (entendimentos partilhados que moldam o comportamento), normativos (expectativas em contextos sociais específicos) e reguladores (regras formais e jurídicas) (Khoja et al., 2022).

Uma conclusão amplamente aceite sobre a relação da RSE e dos relatórios de sustentabilidade assenta no facto das empresas possuírem responsabilidades que ultrapassam os seus deveres contratuais com os *stakeholders*. Estas responsabilidades incluem as externalidades para o ambiente e para a sociedade, além da visão tradicionalista centrada no mercado e na prestação de contas. Dependem dos valores, crenças e responsabilidades morais, tanto suas, como dos seus gestores (La Torre et al., 2020).

Worthington et al. (2006) exploraram as práticas e as motivações da RSE nas pequenas empresas de gestão ou propriedade asiática no Reino Unido, de modo a perceber a relação entre estas pequenas empresas e a comunidade onde se inserem. O estudo reforça a ideia que as pequenas empresas respondem positivamente ao conceito de responsabilidade social e envolvem-se, aparentemente, em ações na sua comunidade local. Referem que este envolvimento ocorre de forma espontânea, casual e pouco organizada, orientado pelas orientações filantrópicas dos proprietários e gestores de topo da empresa e não para obter ganhos organizacionais numa perspetiva estratégica. É normalmente descrito como a contribuição para a comunidade local, destacando a base ética das escolhas e ações do organismo.

As PME's possuem alguma vantagem na adoção de práticas de RCE ou RCS, comparativamente às grandes empresas, devido à sua estrutura interna menos complexa e ao facto de poderem fazê-lo informalmente (Ram et al., 2001).

La Torre et al. (2020) referiram que as empresas continuam a privilegiar a sustentabilidade financeira em detrimento da sustentabilidade social e ambiental, pelo que o ambiente concorrencial empresarial na procura por uma posição de liderança a nível mundial inviabiliza o alcance e a promoção do desenvolvimento sustentável pelas empresas. As organizações precisam de implementar sistemas e infraestruturas contabilísticas adequados, concebidos para incutir uma responsabilização mais alargada e pluralista.

Por último, é de realçar que a terminologia associada aos relatórios não financeiros é variada, possui significados distintos e vocabulários pouco coerentes. Neste sentido, os relatórios não financeiros possuem diferentes designações e objetivos distintos (La Torre et al., 2020).

2.2 O Relato de Sustentabilidade

O relato das informações não financeiras é globalmente estimulado, na procura de uma sociedade mais inclusiva e uma economia mais sustentável. Devido à crescente exigência de atuações mais responsáveis e transparentes, as empresas passaram a reportar informações ao mercado e à sociedade, inicialmente relacionadas às práticas laborais e à conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os primeiros relatórios sociais passaram, depois, a abranger também práticas ambientais. Com a progressão do conceito de sustentabilidade, outros temas foram incorporados, culminando nos atuais Relatórios de Sustentabilidade (Base & Vaz Ribeiro, 2022).

As Normas do GRI são as normas de reporte mais usadas na preparação de demonstrações não financeiras. Possuem uma estrutura de fácil utilização, adaptável às dimensões das organizações e estão alinhadas com a diretiva europeia (Diretiva 2014/95/EU). Adicionalmente, a reputação do GRI, decorrente da sua experiência e sucesso na aplicação das práticas de sustentabilidade, é outro fator que contribui para o sucesso das suas normas (La Torre et al., 2020; Villiers et al., 2022).

Estabelecida em 1997, por uma aliança entre a *Coalition for Environmentally Responsible Economies*, uma Organização Não Governamental (ONG) americana, e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, o GRI tem o objetivo de estabelecer mecanismos de *accountability* para avaliar o impacto de uma organização no desenvolvimento sustentável, o que é particularmente importante para os investidores, os governos nacionais, os clientes e os outros trabalhadores.

A sua atual estrutura é composta por 36 normas, entre normas universais e específicas: as normas da “série 100”, compostas por três normas consideradas universais, as normas da “série 200”, que abordam os temas económicos, as normas da “série 300”, relacionadas com as temáticas ambientais, e as normas da “série 400”, associadas às questões sociais. Este vasto conjunto de normas permite às organizações analisar como integrar as questões de sustentabilidade nas operações comerciais, avaliando o seu progresso e apresentar informação às partes interessadas (Villiers et al., 2022).

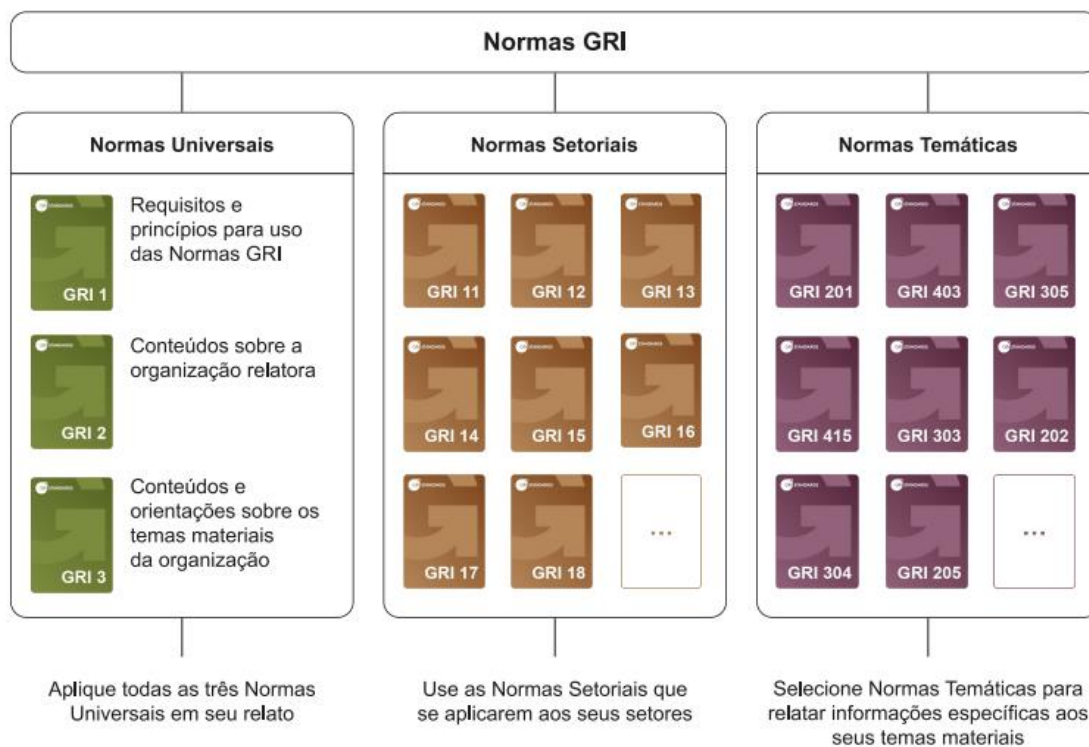


Figura 2 - Normas GRI: Normas Universais, Setoriais e Temáticas

Fonte: GRI (2023, p. 6)

No entanto, existem desafios e deficiências na aplicação das normas do GRI, tais como a disponibilidade limitada de recursos (Tauringana, 2020; Villiers et al., 2022), a importância limitada que os governos dão aos relatórios de sustentabilidade (Halkos & Nomikos, 2021; Villiers et al., 2022), muitas organizações consideram que o facto do GRI se basear na *accountability* é uma atividade dispendiosa (Safari & Areeb, 2020; Villiers et al., 2022), a falta de competências técnicas necessárias aos preparadores destes relatos (Adams et al., 2022; Villiers et al., 2022), interpretações contraditórias dos indicadores do GRI ou à falta de coerência na avaliação da materialidade (Machado et al., 2021; Villiers et al., 2022).

Outros estudos apontam para a necessidade de simplificação dos relatórios de sustentabilidade, a atribuição de prioridade às necessidades de informação de um público mais vasto (Adams & Abhayawansa, 2022; Villiers et al., 2022) e a inserção de indicadores adicionais conforme o país e o setor nos quais os organismos relatores operam (Adams et al., 2022; Villiers et al., 2022).

Adicionalmente, coloca-se o problema associado ao facto de o conceito de materialidade das normas do GRI ainda não estar bem claro para algumas organizações (De Villiers et

al., 2022; Garcia-Torea et al., 2020). Referem a necessidade de orientações sobre a aplicabilidade dos princípios das normas do GRI que, apesar dos exemplos práticos de ferramentas disponibilizados pelo GRI, não esclarecem como as utilizar efetivamente, tornando-se assim um obstáculo à identificação correta das questões materiais.

O inquérito da KPMG Internacional de 2022, concluiu que as normas de relato internacional com uma posição dominante entre as organizações são as do GRI, com um número crescente de entidades a utilizar este normativo, em comparação com o inquérito similar de 2017. Em 2022, 68% do N100 (as 100 empresas mundiais com maior receita em 58 países, territórios e jurisdições) e 78% do G250 (as 250 empresas mundiais com maior receita com base no *ranking* Fortune 500 de 2021) reportavam o seu relato de sustentabilidade usando as normas do GRI (KPMG International, 2023).

Os estudos dos relatos de sustentabilidade são normalmente realizados tendo como seu objeto de investigação as grandes empresas, as empresas multinacionais e as empresas cotadas (Baumann-Pauly et al., 2013; Dincer & Dincer, 2010; Neto & Branco, 2019; Torugsa et al., 2012), sendo a dimensão considerada uma das principais características que influencia o relato de informações não financeiras (Barnett & Salomon, 2012; Halamka & Teplý, 2017).

O relato de sustentabilidade surge muitas vezes no relatório integrado, seguindo as diretrizes do IIRC, ao juntar as informações financeiras e não financeiras num só relatório (Cheng et al., 2014; Usó, 2015). Em 2010, a África do Sul foi o primeiro país a instituir a obrigatoriedade do relatório integrado às empresas cotadas (Sánchez & Pérez, 2016) mas ainda há poucas empresas que os apresentam, pois, as suas vantagens são pouco claras (Flower, 2015; Kılıç & Kuzey, 2018; Lopes & Coelho, 2018; Villiers et al., 2014).

Na perspetiva empresarial, o *assurance* externo é para informações não financeiras semelhante à auditoria para as informações financeiras (Moroney et al., 2012), grandes empresas realizam esta verificação através das *big four* (González Pérez & Ortiz Martínez, 2017).

Diversos estudos que evidenciam que as empresas que publicam as informações sobre as suas atividades de responsabilidade social têm menos probabilidade em cometerem atos incorretos. Contudo, outros autores argumentam que o relatório não é suficiente para estabelecer a *accountability* aos *stakeholders*. Desta forma, defendem que deve ser

elaborado uma estratégia de comunicação e diálogo mais ampla, havendo a necessidade de uma maior pluralidade na governação corporativa (La Torre et al., 2020).

O relato de sustentabilidade das PME's é estudado em função de características como o setor e o país de origem das empresas (Graafland et al., 2003; Oyelere et al., 2003; Xiao et al., 2004), havendo evidências de que o país de origem e as variáveis culturais (Hofstede, 2001) podem influenciar a divulgação de relatórios não financeiros (Gray, 1988; Nobes, 1998). As PME's estão a mudar a forma como operam, ao adotarem medidas de sustentabilidade, pois podem reduzir custos e criar oportunidades de crescimento e de rendimentos futuros [Chartered Accountants Australia and New Zealand & Association of Chartered Certified Accounts (ACCA), 2022].

O *International Integrated Reporting Framework* (IIRF) apresentou o modelo dos seis capitais que promove a gestão corporativa. Neste modelo, os capitais natural, humano e social são elementos centrais no processo de criação de valor corporativo, ampliando e destacando o conceito de capital intelectual e os seus limites (Abhayawansa et al., 2019; La Torre et al., 2020).

Surgiram ainda novos organismos de normalização para a elaboração de relatórios de sustentabilidade como a Fundação IFRS sob a proteção do *International Sustainability Standards Board* (ISSB – ou Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade, em português). O objetivo deste organismo é desenvolver normas de relato orientadas para o investidor na perspetiva da influência na entidade relatora dos riscos e oportunidade sociais e ambientais. Recentemente, o GRI assinou um acordo de colaboração com o ISSB de modo a trabalharem no desenho de normas que contemplem as exigências do mercado de capitais e das múltiplas partes interessadas (IFRS Foundation, 2022; Villiers et al., 2022).

Um tema controverso assenta no conceito de materialidade que está presente tanto nos relatos financeiros, como nos relatos não financeiros. No relato financeiro, as normas IFRS definem o conceito de materialidade como a informação que, no caso da sua omissão, distorção ou ocultação, impactará as conclusões dos utilizadores das demonstrações financeiras (IASB, 2018). Este conceito tem sofrido alterações ao longo dos anos, mas ainda se mantém como o resultado do julgamento profissional dos auditores, dos preparadores da informação financeira ou dos *stakeholders* com grande influência no organismo. Relativamente ao relato sustentável, a materialidade apresenta-

se mais complexa devido às perspetivas sociais múltiplas destes relatos. É definida por um grupo mais abrangente de *stakeholders* influentes com os quais as empresas dialogam para identificar questões materiais.

A Comissão Europeia (CE), ao desenhar a diretiva europeia 2014/95/EU, reconheceu a importância da materialidade da informação não financeira de modo a prevenir o excesso de informação ou situações de *greenwashing*. As normas do GRI também incluem a materialidade no relato de sustentabilidade, ao refletirem os impactos económicos, ambientais e sociais do organismo ou influenciam as decisões dos *stakeholders* (La Torre et al., 2020).

Recentemente, a pandemia da Covid-19 alterou a forma como as empresas, os investidores e a sociedade encaram as informações não financeiras. É necessário um diálogo entre todos os atores para alavancar a confiança e ultrapassar os impactos negativos da crise (Dumay et al., 2020; La Torre et al., 2020).

2.3 As normas europeias de relato de sustentabilidade

O Pacto Ecológico Europeu tem como prioridade a transição planeada para uma economia sustentável. Nesse sentido, a Comissão Europeia tem encetado um processo de normalização, de que resultou a Diretiva 2014/95/EU, com o intuito de alterar a forma como grandes empresas divulgam as suas Informações Não Financeiras (INF) sobre as questões económicas, sociais e ambientais (La Torre et al., 2020).

A diretiva europeia exige que “as grandes empresas que sejam entidades de interesse público e que, à data de encerramento do respetivo balanço, excedam o critério do número médio de 500 empregados durante o exercício financeiro” (Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, 2014, p. 4), publiquem relatórios anuais com dados relativos “às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno” (Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, 2014, p. 6). Desde 2017, mais de 6000 empresas europeias têm a obrigação de preparar as suas demonstrações não financeiras anualmente. O objetivo da diretiva é aumentar a transparência e a responsabilização das empresas por forma a aumentar a confiança dos investidores e dos consumidores (La Torre et al., 2020).

A diretiva tem encontrado alguns obstáculos na sua implementação ao assumir que o seu caráter obrigatório em termos legais aumentará, *per se*, a transparência e a *accountability*, contudo existem pesquisas que refutam esta ideia (Cooper & Owen, 2007; La Torre et al., 2020; Luque-Vílchez & Larrinaga, 2016).

Segundo La Torre et al. (2020), a *accountability* é um conceito fundamental para construir confiança no contexto dos relatórios empresariais, ao ligar todos os atores que estão envolvidos – como os académicos, os contabilistas, as empresas, as empresas de *assurance* e os investidores. Esta responsabilização é o reflexo da política organizativa que define a governação.

Existem 3 elementos que caracterizam a confiança na contabilidade. Entre eles, encontra-se a vontade em aceitar riscos em atos incertos e a consequente diminuição da incerteza que advém da confiança; as expectativas das partes relativamente a determinados comportamentos; e a existência de dependência ou cooperação. Contudo, a relação entre confiança e a informação contabilística é afetada por variáveis diversas e continua a ser estudada e aprofundada (Baldvinsdottir et al., 2011; La Torre et al., 2020).

A UE promove o diálogo com os vários intervenientes, mediante reuniões de *feedback*, de modo a promover mudanças nas suas diretivas. Neste processo de consulta europeu, o artigo académico de La Torre et al. (2020) promove a discussão em torno da *accountability* e contribui com uma revisão da diretiva para os decisores políticos e o progresso nas práticas de relato não financeiro.

Alguns autores defendem que o aumento da divulgação das informações corporativas tem contribuído para o reforço da concentração do poder nos investidores e nos organismos e tem pouco contribuído para alargar o conceito de *accountability* (La Torre et al., 2020).

A diretiva europeia não define, ou menciona, o conceito de materialidade. Apesar disto, fornece uma definição de informação que deverá ser divulgada: “[o] relatório de gestão consolidado [é] uma demonstração não financeira consolidada que contenha informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades do grupo” (Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, 2014, p. 4) relativas às áreas previamente referidas.

No processo de revisão da diretiva, a Comissão Europeia (CE) emitiu novas orientações não vinculativas sobre as informações não financeiras (INF) e as divulgações

relacionadas com o clima (European Union, 2019), integrando as orientações anteriores sobre as INF de 2017 e as Recomendações do Grupo de Trabalho para a Divulgação de Informações Financeiras sobre o Clima. A CE reconhece, assim, a importância da materialidade nas INF, a sua complexidade e sublinham o compromisso e o contraste existentes entre o valor para a sociedade e o valor para os investidores (La Torre et al., 2020).

Desde 2020, o European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG) tem trabalhado na elaboração de normas de relato não financeiro e de sustentabilidade, mandatado pela CE. As ações desenvolvidas consistiram num processo inclusivo, consultivo e rigoroso e culminaram com a diretiva europeia relativa aos relatórios de sustentabilidade das empresas (Villiers et al., 2022).

A Diretiva 2022/2464, relativa ao Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD), veio modificar a Diretiva 2014/95/EU. Nesta alteração, as grandes empresas e as sociedades cotadas em bolsa ficam obrigadas a relatar a sua informação não financeira, incluindo a obrigação e especificação de mais detalhes a divulgar, a partir de 2024. Possui 12 normas com o seguinte agrupamento: 2 são Normas Gerais, 5 são relacionadas com o Ambiente, 4 com o Social e 1 com a Informação de Governança (Tabela 1).

A partir de 2026, estas normas estabelecem a obrigatoriedade da divulgação da informação não financeira às “PME’s cotadas, instituições de crédito e seguradoras pequenas e não complexas e às PME’s listadas com opção de *opt-out* (derrogação) por 2 anos” (PricewaterhouseCoopers & Associados, 2023, p. 2).

Tabela 1 - Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (NERS)

Normas Gerais	ESRS 1 - Requisitos Gerais
	ESRS 2 - Divulgações Gerais
Ambiente	ESRS E1 - Alterações Climáticas
	ESRS E2 – Poluição
	ESRS E3 - Água e recursos marinhos
	ESRS E4 – Biodiversidade e ecossistemas
	ESRS E5 – Uso de recursos e economia circular
Social	ESRS S1 – Trabalhadores da entidade
	ESRS S2 – Trabalhadores na cadeia de valor
	ESRS S3 – Comunidades

	ESRS S4 – Consumidores e utilizadores finais
<i>Governance</i>	ESRS G1 – Conduta de negócio

Fonte: Adaptado de *PricewaterhouseCoopers & Associados (2023, p.7)*

O princípio da dupla materialidade, apresentado em 2019 pela Proposta da CSRD da CE, pretende que as empresas comunicam as informações sobre como as questões de sustentabilidade as afetam (perspetiva “de fora para dentro”), bem como qual é o seu impacto que estas têm no ambiente e na sociedade (perspetiva “de dentro para fora”) [de Villiers et al., 2022; Proposal for a Directive of The European Parliament and of The Council Amending Directive 2013/34/EU, Directive 2004/109/EC, Directive 2006/43/EC and Regulation (EU) No 537/2014, 2021].

O conceito de dupla materialidade pode demonstrar que a materialidade ambiental e social pode ser utilizada como instrumento para gerir as opiniões e os interesses das partes interessadas, preservando o valor financeiro da empresa e dos investidores. Através da análise desta materialidade, os interesses dos *stakeholders*, muitas vezes diferentes e contraditórios, podem ser englobados e transformados em informação (La Torre et al., 2020).

O n.º 9 da Diretiva 2014/95/UE enumera alguns quadros e orientações internacionais, baseados na União Europeia (EU), que podem ser utilizados na elaboração dos relatórios não financeiros como: o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS), os Princípios Orientadores do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Empresas e Direitos Humanos, as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais, a *International Standardization Organization (ISO) 26000* da Organização Internacional de Normalização e as Normas do GRI (Villiers et al., 2022).

A Comissão Europeia reconheceu a necessidade em desenvolver normas de relato sustentável ajustadas às características das PME’s [Proposal for a Directive of The European Parliament and of The Council Amending Directive 2013/34/EU, Directive 2004/109/EC, Directive 2006/43/EC and Regulation (EU) No 537/2014, 2021; Pizzi et al., 2022].

2.4 O Relato da sustentabilidade nas PME's

A definição de PME, presente no artigo 2.º da Recomendação n.º 2003/361/CE da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, ao qual o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 372/2007 faz remissão, atribui às empresas com menos de 250 pessoas empregadas e com o volume de negócios anual inferior a 50 milhões de euros ou o balanço total inferior a 43 milhões de euros (Comissão Europeia, 2003; Ministério da Economia e da Inovação, 2007).

As PME's constituem 99% de todas as empresas da EU (Ortiz et al., 2023). Apresentam uma grande variedade em termos de dimensão e natureza, abrangendo desde microempresas a médias empresas relativamente avançadas. As suas práticas de responsabilidade social das empresas podem combinar elementos característicos tanto das pequenas como das grandes empresas em diferentes graus e em múltiplos espaços (Amaeshi et al., 2016; Preuss & Perschke, 2010).

As PME's têm alguns obstáculos na aplicação das normas do relato de sustentabilidade. Possuem um pior perfil de sustentabilidade (Ramos et al., 2013) pois os seus recursos são escassos e faltam-lhes conhecimentos técnicos (Cantele & Zardini, 2020). Outras PME's têm ainda dificuldade em perceberem o ganho com a adoção destas medidas, apesar de se mostrarem preocupadas com estas temáticas, mas acabam por aumentar a sua reputação (Brammer et al., 2012; Parsa & Kouhy, 2008). É apontada ainda a dificuldade em implementar as normas do GRI (Sampong et al., 2018).

O argumento principal para implementar atividades de RSE nas PME's prende-se com o aumento das suas vantagens competitivas (Torugsa et al., 2012) através do desenvolvimento dos seus recursos e capacidades (Barney, 2001). Outro fator, reside nas pressões de consumidores e decisores políticos (Dey et al., 2020).

A influência das grandes companhias na disponibilização de informações de sustentabilidade pelas PME's é designada de "*trickle-down effect*" que pode ser de encorajamento (Santos, 2011; Zarzycka & Krasodomska, 2021) ou de desencorajamento (Ciliberti et al., 2009). A indústria também é um fator importante a influenciar os relatórios de sustentabilidade das PME's (Williamson et al., 2006).

Wu (2017) explora a sustentabilidade através das inovações de produtos, processos e organizacionais e concluiu que o desenvolvimento de fornecedores socialmente

responsáveis impacta as inovações e as capacidades sustentáveis nos fornecedores, afetando positivamente a *performance* sustentável.

As PME's são melhores a adotar os relatos de sustentabilidade do que as grandes empresas, ao possuírem estruturas menos sofisticadas e podem fazê-lo informalmente. Faz parte da cultura da empresa deste tipo de organismos (Ram et al., 2001). Existe a diferença entre a implementação interna de práticas de RSE (melhor na PME's) e a comunicação externa e o reporte destas práticas (melhor nas multinacionais) (Baumann-Pauly et al., 2013).

Ayuso et al. (2013) estudaram a capacidade das PME's em transmitir os requisitos sociais e ambientais desde os seus consumidores até aos seus fornecedores mediante entrevistas telefónicas a PME's da zona da Catalunha, em Espanha. Concluem que a tipologia de fornecedor parece não ter influência nas PME's que impõem requisitos de RSE, mas a tipologia de consumidores é um fator importante na determinação dos requisitos de RSE impostos às PME's. A principal conclusão deste estudo refere que as PME's podem ser transmissoras efetivas apesar da sua capacidade de recursos baixa e poder de negociação.

Segundo Khoja et. al. (2022), as PME's adotam normalmente práticas sustentáveis, principalmente porque são obrigadas por lei ou existem regulamentos a fazê-lo. Referem que a adoção de práticas sustentáveis pode melhorar o seu desempenho não só a nível ambiental, mas também a nível económico e operacional. Além disso, essas estratégias apoiam práticas sustentáveis de compras ecológicas, cooperação com os clientes, eco design e retorno do investimento. Fazem ainda menção à “*resource-based view*” que é uma visão baseada nos recursos e capacidades como fatores críticos que ajuda a compreender o desenvolvimento de capacidades dinâmicas nas PME's como resultado da colaboração e das interações entre as partes interessadas, permitindo um melhor desempenho global.

A motivação, a filosofia e a determinação em adotar medidas de sustentabilidade dos gestores das PME's são fundamentais para ultrapassar as barreiras à implementação destas medidas (Eweje, 2020; Sánchez-Medina et al., 2015). As atitudes da gestão podem beneficiar positivamente a equação custo-benefício das PME (Knight et al., 2019).

2.5 O papel do contabilista certificado no processo de sustentabilidade das PME's

As PME's dependem do aconselhamento externo, muitas vezes representado pelo contabilista certificado ou o revisor de contas, no seu processo de tomada de decisão. Estes profissionais podem influenciar estas empresas acelerando o seu processo de sustentabilidade e melhorando a qualidade dos relatórios de sustentabilidade (Al-Muhanadi et al., 2020).

Çalışkan (2014), que analisa bases de dados *online*, concluiu que os profissionais de contabilidade estão a ser desafiados pela falta de definição nas relações entre a contabilidade e o relato de sustentabilidade.

Silva et al. (2020) examinaram o papel dos contabilistas sob a perspetiva de estudantes de contabilidade do ensino superior. Os resultados indicaram que é necessário definir o futuro papel dos contabilistas, constituindo um desafio. Nomeadamente, as mulheres inquiridas afirmam que a importância dos contabilistas na implementação de práticas de sustentabilidade ultrapassará a reconhecida pelos seus homólogos masculinos.

Realça-se ainda o papel essencial das organizações profissionais de contabilidade no apoio às pequenas e médias empresas de contabilidade através deste processo significativo de requalificação (Ortiz et al., 2023). As pequenas e médias empresas de contabilidade estão preparadas para assumir um novo papel em evolução, exigindo uma requalificação substancial. Além disso, quanto maior for a experiência das pequenas e médias empresas de contabilidade, maior será a probabilidade de as PME's procurarem a sua orientação. As pequenas e médias empresas de contabilidade experientes revelam uma maior sensibilização para as práticas de sustentabilidade e prestam o aconselhamento correspondente às PME's suas clientes.

Está demonstrado que o envolvimento dos contabilistas com a RSE vai para além de uma abordagem restrita aos impactos financeiros na sociedade. Alguns autores preveem um papel mais alargado para os contabilistas, que envolve o reforço da justiça social e a contribuição para benefícios sociais e ambientais globais. Debate-se a relação entre o relato financeiro e o relato não financeiro/de sustentabilidade (Tilt, 2009).

Contudo, os estudos que analisaram as ofertas de serviços relacionados com a sustentabilidade e as necessidades das empresas neste quadro focam-se essencialmente

na perspectiva das grandes empresas (Hartshorn & Wheeler, 2002; Schaltegger & Zvezdov, 2013).

As pequenas e médias empresas de contabilidade conjugam os seus serviços de sustentabilidade com os de relatórios financeiros. O departamento financeiro desempenha um papel crucial no desenvolvimento de métricas para medir as práticas sustentáveis, com destaque para a gestão do risco operacional como estratégia principal para lidar com os riscos relacionados com a sustentabilidade. Há um apelo para que os profissionais financeiros que servem as PME's alarguem o seu apoio, incentivando-as a melhorar as suas competências para além da contabilidade financeira tradicional. Isto é considerado essencial para capacitar os profissionais financeiros das PME's a tomarem decisões informadas relativamente às práticas de sustentabilidade (Gamede & Kimanzi, 2020).

Os profissionais financeiros das PME's expressam uma preocupação predominante em alcançar a longevidade do negócio através da sustentabilidade, mas enfrentam desafios devido às diversas definições de sustentabilidade e a uma falta de compreensão sobre a integração da sustentabilidade nas práticas financeiras diárias. A pouca sensibilização das pequenas empresas para a regulamentação e os subsídios que apoiam iniciativas sustentáveis, associada à dificuldade sentida em aceder a esses recursos, agrava a questão. As PME's hesitam em incorporar a sustentabilidade na devida diligência, invocando a falta de infraestruturas e de recursos [Association of Chartered Certified Accountants (ACCA), 2021].

Apesar dos claros benefícios financeiros, apenas uma pequena percentagem de PME's que estão significativamente envolvidas no combate às alterações climáticas, com os profissionais a sentirem-se pouco preparados para esta tarefa. Embora muitos reconheçam o potencial do seu conjunto de competências, existe uma lacuna na formação profissional e no apoio para potenciar as competências de relato financeiro sustentável. Além disso, a maioria dos participantes em comunidades virtuais não utiliza ferramentas para a sustentabilidade devido a uma falta de sensibilização ou dificuldade em encontrar opções adequadas. A resolução destes desafios poderá permitir que os profissionais adotem a sustentabilidade de forma mais eficaz [Association of Chartered Certified Accountants (ACCA), 2021].

As conclusões do inquérito da *Association of Chartered Certified Accountants* (ACCA) (2021) indicam que as PME's e as pequenas e médias empresas de contabilidade

necessitam de formas de assistência mais ajustadas às suas necessidades. Estas medidas de apoio visam encetar debates sobre a transformação sustentável, orientá-las ao longo de todo o percurso, capacitá-las para se tornarem consultores no domínio da sustentabilidade e facilitar o processo de elaboração de relatórios sobre a sustentabilidade.

É também relevante a análise da forma como o *assurance* de sustentabilidade afeta a redução da assimetria de informação, assim como a exploração dos contributos dos contabilistas e o grau de *assurance* providenciado sobre a informação de sustentabilidade. Os resultados de Cuadrado-Ballesteros et al. (2017) sugerem que as assimetrias de informação podem ser atenuadas quando um profissional de contabilidade fornece um nível plausível de *assurance*. Outros autores defenderam a necessidade de mais requisitos políticos em matéria de *assurance* externo para aumentar a qualidade dos relatórios de sustentabilidade (Badia et al., 2020; Villiers et al., 2022).

Vários estudos demonstram que as orientações em termos de *assurance* e de relato não asseguram uma informação de maior qualidade, pois estas práticas são percecionadas como simbólicas no incremento da perceção de responsabilidade (Michelon et al., 2015; Villiers et al., 2022).

A mudança dos sistemas tradicionais de contabilidade para sistemas de *accountability* que dialogam com o seu exterior requer mudanças na profissão do contabilista e nas atitudes dos gestores. O conhecimento geral dos assuntos não financeiros pelos contabilistas certificados é baixo e depende da identidade social do contabilista. A identidade social do contabilista depende da sua formação em matéria de divulgação da RSE, moldada pelo impacto das associações profissionais, dos governos e das principais empresas de contabilidade na formação da identidade social da profissão de contabilista (Krasodomska et al., 2020; La Torre et al., 2020).

CAPÍTULO III – OBJETIVOS, MODELO CONCEPTUAL E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

3.1 Introdução

O objetivo desta investigação é identificar e descrever as práticas de relato da sustentabilidade e *assurance* das PME's portuguesas e compreender as suas determinantes. Na abordagem utilizada procurou-se recolher informações junto daqueles com mais conhecimentos na gestão das PME's portuguesas.

Dada a escassa literatura de investigação sobre este tema, pretende-se recolher informações prementes, identificar potenciais desafios e compreender como os inquiridos discutem este assunto. Na prossecução dos objetivos do estudo, considerou-se que a amostra selecionada é adequada, e apresenta-se os resultados dos questionários *online*, enviados a PME's portuguesas constantes na base de dados SABI, via uma análise mista (englobando aspetos da análise quantitativa e qualitativa).

3.2 Objetivos de investigação

Considerando a fundamentação teórica apresentada no Capítulo 1 – Revisão de Literatura - e definido o objetivo do estudo, pretende-se avaliar os seguintes objetivos específicos de investigação:

1. As pressões externas influenciam diretamente as práticas morais, as práticas discricionárias e as práticas relacionais;
2. As pressões institucionais influenciam diretamente as práticas morais, as práticas discricionárias e as práticas relacionais;
3. A perceção sobre a qualidade do relato de sustentabilidade empresarial influencia diretamente a perceção sobre a importância do relato da RSE;
4. A perceção sobre a importância do relato da RSE influencia diretamente as práticas morais, as práticas discricionárias e as práticas relacionais;
5. As práticas morais, as práticas discricionárias e as práticas relacionais influenciam diretamente o indicador de RSE.

3.3 Modelo concetual e hipóteses de investigação

O modelo concetual encontra-se esquematizado na figura 3, onde 13 hipóteses de investigação materializam os objetivos específicos da investigação.

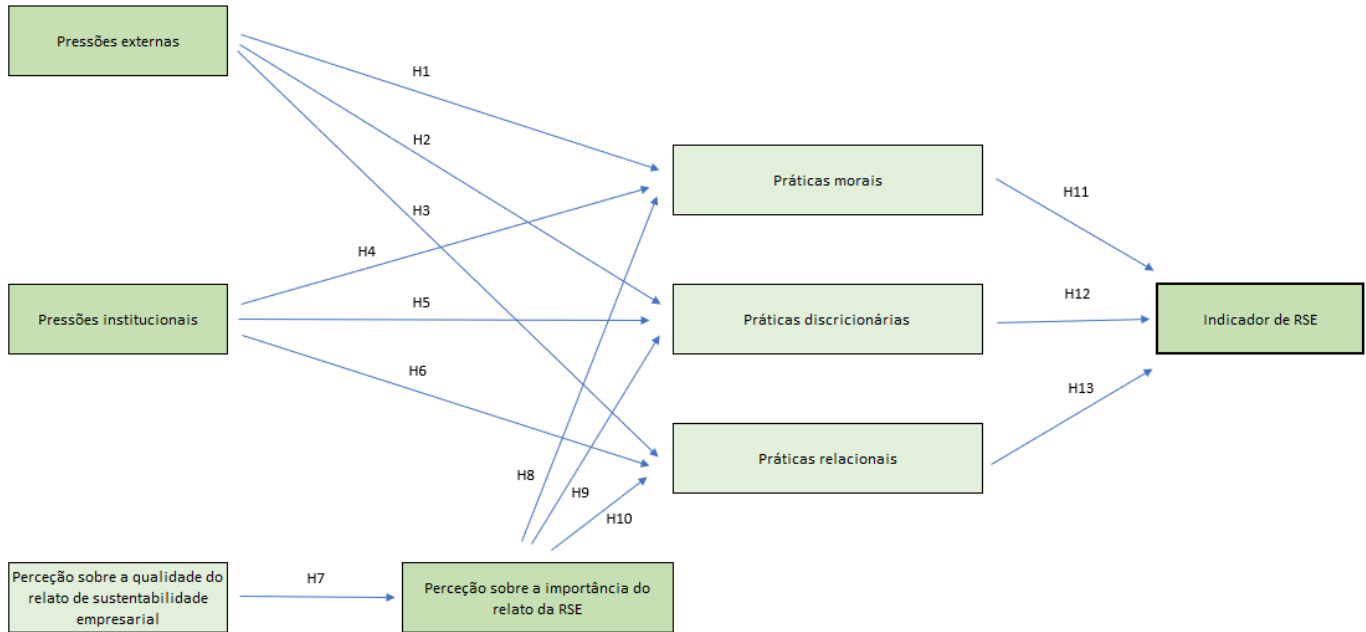


Figura 3 - Modelo concetual

Fonte: Elaboração própria

Segundo Bacharach (1989), uma teoria científica é um sistema de constructos e variáveis onde os constructos estão ligados entre si por preposições e as variáveis por hipóteses. Este sistema oferece uma explicação lógica, sistemática e coerente de um fenómeno de interesse, considerando certos pressupostos e condições delimitadoras.

De seguida, apresenta-se fundamentadamente as hipóteses de investigação que compõem o presente trabalho e estão expostas no modelo concetual anteriormente exposto.

Abdullah & Abdul Aziz (2013) apresentam o modelo de identidade corporativa onde as práticas de RSE estão subdivididas em três práticas distintas: as práticas morais ou éticas (onde a ética e a moral são percecionadas como credibilidade e responsabilidade), as práticas discricionárias (a capacidade da empresa em responder aos vários *stakeholders* com reivindicações legítimas mas sem poder nem urgência) e as práticas relacionais (que reflete a capacidade em gerir as relações com os seus *stakeholders*). Estas dimensões e os seus constructos foram usados na elaboração do modelo teórico deste trabalho.

O modelo de duplo processo de identidade empresarial, na sua fase inicial de desenvolvimento, possui uma base teórica robusta suficientemente validada. Este modelo permite a construção de três práticas de RSE: práticas morais, discricionárias e relacionais (Abdullah & Abdul Aziz, 2013; David et al., 2005). Usou-se esta divisão para representar as práticas de RSE de um organismo como um todo.

Agyabeng-Mensah et al. (2022) concluíram que a pressão externa é um fator importante que influencia positivamente o compromisso com a responsabilidade ambiental corporativa. Isso indica que as pressões de instituições reguladoras, organizações da sociedade civil e membros da comunidade impactam a decisão das PME's de se comprometerem com a proteção do meio ambiente natural.

Para o contexto chinês, com dados de funcionários e gestores intermediários, Tian et al. (2015) destacam a influência significativa da pressão dos *stakeholders* e da liderança ética nas práticas de RSC, enfatizando a interação entre esses fatores na promoção de iniciativas de responsabilidade social organizacionais. Defendem que os gestores devem estar atentos às exigências dos *stakeholders* e contratar líderes éticos para promover as práticas de RSC nas organizações chinesas.

Outro fator que pode explicar o modo como as PME's apostam nas práticas de RSE prende-se com as pressões externas que sofrem (Agyabeng-Mensah et al., 2022). De entre os fatores apontados pelo estudo encontram-se a adoção de convenções, diretivas ou regulamentos de âmbito transnacional, a apreciação positiva dos clientes e fornecedores relativamente à adoção das práticas sustentáveis e a procura da comunidade e da sociedade civil de práticas economia circular na cadeia de fornecimento.

Assim, Agyabeng-Mensah et al. (2022) confirmaram que as PME's respondem às pressões externas ao apostarem nas práticas de RSE, assim como desenvolver as suas capacidades de empenho e aliança na melhoria da capacidade da sua cadeia de abastecimento circular para atingir os objetivos de desempenho sustentável.

A teoria institucional permite explicar esta relação pois analisa como as forças externas influenciam as decisões e as práticas das organizações. Fundamenta-se na ideia de que o ambiente influencia as organizações e sugere que as forças institucionais levam as organizações a tornarem-se semelhantes. O conceito de isomorfismo explica que organizações de um mesmo setor, ou de setores semelhantes, apresentam estruturas e práticas parecidas. Dessa forma, a teoria institucional propõe que a homogeneidade entre

as organizações é resultado das pressões sociais predominantes e é essencial para a sua sobrevivência e legitimidade (Shamil et al., 2022; Tolbert & Zucker, 1983).

Foram identificados três mecanismos pelos quais ocorre a mudança isomórfica institucional, cada um com os seus próprios fatores antecedentes: 1) isomorfismo coercivo, que surge da influência política e da necessidade de legitimidade; 2) isomorfismo mimético, que é uma resposta padronizada à incerteza; e 3) isomorfismo normativo, relacionado com a profissionalização (DiMaggio & Powell, 1983).

O isomorfismo coercivo é provocado por pressões formais e informais exercidas sobre as organizações por outras entidades das quais dependem, assim como por expectativas culturais da sociedade em que operam (DiMaggio & Powell, 1983). Nesta tipologia enquadram-se variáveis como “Há muita pressão para a adoção de convenções/diretivas/regulamentos ambientais da ONU” ou “As instituições reguladoras insistem em seguir regras e regulamentos rigorosos no desenvolvimento de uma metodologia eco eficiente de gestão de resíduos nos processos de produção e da cadeia de abastecimento”.

No isomorfismo mimético, a incerteza é uma força poderosa que incentiva a imitação. Quando o ambiente gera incerteza simbólica, as organizações podem adotar o modelo de outras organizações (DiMaggio & Powell, 1983). Nesta tipologia enquadra-se a variável “As organizações da sociedade civil exigem a adoção de práticas de economia circular na cadeia de abastecimento”.

Outro argumento a favor dos relatórios de sustentabilidade, com base na teoria da legitimidade, é o efeito positivo na reputação da empresa (Momin & Parker, 2013).

Os teóricos argumentam que as pressões institucionais levam à adoção ou a disseminação de determinadas práticas (DiMaggio & Powell, 1983). Os estudos empíricos que analisam a relação entre essas pressões e as iniciativas de sustentabilidade corporativa sugerem uma associação positiva, pois o esforço das organizações para obedecer a regulamentações, normas, padrões e forças competitivas estimula a adoção de estratégias de sustentabilidade corporativa.

Como base nos estudos descritos, em países como a Malásia, a China ou o Gana, e na teoria institucional, propõem-se as seguintes hipóteses:

H1: As pressões externas têm impacto positivo nas práticas morais.

H2: As pressões externas têm impacto positivo nas práticas discricionárias.

H3: As pressões externas têm impacto positivo nas práticas relacionais.

Shamil et al. (2022), num estudo para empresas cotadas na bolsa no Sri Lanka, apresentam um modelo conceitual onde prevê que a pressão dos *stakeholders* institucionais afeta, direta e indiretamente, a adoção da estratégia de sustentabilidade empresarial.

Zhu et al., (2013) investigaram o impacto das pressões institucionais, tanto nacionais quanto internacionais, nos sistemas de gestão ambiental, utilizando uma amostra de uma empresa transformadora. O estudo deles revelou que essas pressões institucionais, nacionais e internacionais, influenciaram positivamente o comportamento pró-ambiental.

Segundo Sangle (2010), as pressões institucionais levam as empresas na Índia a adotarem estratégias ambientais proativas. As multinacionais são também influenciadas por pressões institucionais ao adotarem atividades e estratégias de RSE (Beddewela & Fairbrass, 2016; Bondy et al., 2012). Pesquisas realizadas em economias emergentes asiáticas também corroboram a ideia de que há uma forte ligação entre as pressões institucionais e o comportamento pró-sustentabilidade (Li, 2014; Singh et al., 2014).

Relacionando o modelo das três práticas de RSE de Abdullah & Abdul Aziz (2013) com a fundamentação teórica e os resultados empíricos acima referidos, que sugerem uma ligação positiva entre as pressões institucionais e a estratégia de sustentabilidade das empresas, propõem as seguintes hipóteses:

H4: As pressões institucionais têm impacto positivo nas práticas morais.

H5: As pressões institucionais têm impacto positivo nas práticas discricionárias.

H6: As pressões institucionais têm impacto positivo nas práticas relacionais.

Chiat & Chi (2013) avaliaram a percepção de gestores de empresas e estudantes universitários de Singapura sobre os relatórios de sustentabilidade. Concluem que a maioria considera os relatórios de sustentabilidade importantes e úteis, mas, no entanto, incluir fatores de custo pode torná-los menos atrativos, pois os benefícios são difíceis de quantificar. Os autores também reconheceram a necessidade de um quadro estruturado e

padronizado para lidar com a grande quantidade de dados e integrar informações financeiras e não financeiras. A maioria dos entrevistados demonstrou interesse em cursos sobre o Relato de Sustentabilidade para melhorar a compreensão dos relatórios.

Este facto vem apoiar a teoria do custo-benefício, que afirma que os benefícios de uma atividade devem ser considerados em relação ao seu custo. Se os conhecimentos dos gestores em matéria de práticas de sustentabilidade os expuserem aos benefícios dos relatórios de sustentabilidade, o que, por sua vez, os encorajará a divulgar informações sobre a sustentabilidade, então a perceção dos benefícios intervém na relação entre os conhecimentos sobre sustentabilidade e os relatórios de sustentabilidade (Appiah-Kubi, 2024).

Michelon et al. (2015) referem que, nos relatórios não financeiros, regista-se uma crescente falta de integralidade e uma diminuição da credibilidade da informação comunicada, bem como uma preocupação geral com as práticas globais de relato. As empresas que recorrem a estas práticas não fornecem informações de maior qualidade, e a utilização destas práticas continua a ser simbólica. De facto, a utilização de um modelo de relatório não financeiro (como o GRI) pode aumentar o desempenho simbólico das empresas e pode diminuir o desempenho substantivo. Isto pode lançar dúvidas sobre a qualidade dos relatórios não financeiros.

Transpondo estes fatores para o caso em estudo, relacionando-os com as práticas de RSE, propõe-se a seguinte hipótese:

H7: A perceção sobre a qualidade do relato de sustentabilidade empresarial tem impacto positivo na perceção sobre a importância do relato da RSE.

Guerrero-Baena et al. (2024) relataram que a transparência e a vontade de comunicar de forma abrangente o valor social e ambiental derivado da gestão das atividades empresariais foram as principais motivações para as práticas sustentáveis nas PME's. Referiram ainda que o papel dos empreendedores institucionais é particularmente importante nas PME's porque as PME's sustentáveis dependem da iniciativa pessoal e das capacidades das pessoas empreendedoras para alcançar inovações ambientais ou sociais.

Ortiz et al. (2023) apontam alguns fatores que avaliam a percepção da importância das práticas de relato empresarial no negócio das PME's portuguesas. Entre estes fatores encontram-se a facilidade no acesso ao financiamento quando as empresas relatam as suas práticas de RSE, o relato como consequência da integração da PME na cadeia de valor de grandes empresas ou o relato como a satisfação das necessidades dos seus investidores.

H8: A percepção sobre a importância do relato da RSE tem impacto positivo nas práticas morais.

H9: A percepção sobre a importância do relato da RSE tem impacto positivo nas práticas discricionárias.

H10: A percepção sobre a importância do relato da RSE tem impacto positivo nas práticas relacionais.

Qian et al. (2020) referiram, num estudo realizado na região do Indo-Pacífico, que os relatórios de sustentabilidade das empresas são geralmente motivados por aumento da reputação, os requisitos regulamentares e o compromisso da gestão de topo.

Quando existe um alinhamento entre a comunicação de uma empresa e as suas ações, a imagem da marca é reforçada, a satisfação dos clientes aumenta, gera-se um “passa-a-palavra” positivo e a posição competitiva da organização melhora. Esta coerência representa um ativo valioso para as empresas, uma vez que amplia os benefícios mensuráveis e tangíveis dos seus produtos ou serviços e contribui para criar um conhecimento e uma diferenciação de valor tanto para a empresa como para os seus clientes. Essas vantagens têm um impacto positivo no desempenho financeiro da empresa (López-Pérez et al., 2017).

É sugerido que as PME's também são capazes de capitalizar a sustentabilidade e as oportunidades de negócio relacionadas com a RSE. No entanto, fatores como o acesso limitado a recursos, a diversidade de responsabilidades de gestão e a falta de formação específica em RSE podem reduzir o impacto da RSE no desempenho empresarial destas empresas (López-Pérez et al., 2017).

Uma das teorias que ajuda a explicar a ligação entre as práticas de RSE e o seu indicador é a teoria da legitimidade. Esta teoria refere que as ações são consideradas aceitáveis quando estão alinhadas com um sistema socialmente construído de normas, valores,

crenças e definições. Por conseguinte, o relato não financeiro ajuda a enquadrar os valores sociais de uma empresa com comportamentos considerados aceitáveis nos seus sistemas sociais. Uma empresa arrisca-se a perder a sua legitimidade se atuar de uma forma que contrarie as expectativas da sociedade ou se as suas operações forem consideradas incoerentes com esses pontos de vista. A legitimidade, na sua base, funciona como uma “luz verde” para operar, um conceito que sublinha a ênfase crescente na publicação de relatórios não financeiros (Badia et al., 2020).

Outra teoria que justifica a ligação entre as práticas de RSE e o seu indicador é a teoria da dependência de recursos. Esta teoria, desenvolvida em 1978, sugere que as organizações dependem do seu ambiente externo para assegurar os recursos críticos necessários à sua sobrevivência. Consequentemente, as organizações devem responder às exigências daqueles que, no seu ambiente, controlam esses recursos para garantir a sua existência contínua. Embora a teoria da dependência de recursos seja frequentemente associada à teoria institucional, uma distinção fundamental é o facto da primeira incorporar explicitamente a tomada de decisões estratégicas (Frynas & Yamahaki, 2016).

Kanji & Chopra (2010) pretendem apresentar uma nova medida, através de uma abordagem holística e de modelização de sistemas, para medir o RSE. Este indicador iria determinar a responsabilidade social de uma empresa e em que áreas não tem essa responsabilidade. Disto decorre que o indicador será mais positivo decorrente de uma maior atuação da empresa quanto às suas práticas de RSE.

Para a avaliação do indicador de RSE são apresentados fatores como as respostas a ONG's pelo seu comportamento socialmente responsável, a utilização do poder dos meios de comunicação social e da Internet para aumentar o escrutínio e o ativismo coletivo em torno do comportamento da empresa ou a compensação total ao público pelos maus efeitos sociais ou ambientais de ações ou produtos. Da incorporação destes fatores no estudo em causa propõe-se a seguinte hipótese:

H11: As práticas morais têm impacto positivo no indicador de RSE.

H12: As práticas discricionárias têm impacto positivo no indicador de RSE.

H13: As práticas relacionais têm impacto positivo no indicador de RSE.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O presente estudo cruza técnicas da análise qualitativa e quantitativa. Numa primeira fase, foi realizada uma análise qualitativa dos relatórios de sustentabilidade das empresas do *Portuguese Stock Index* (PSI). A ferramenta de análise foi desenvolvida no âmbito do projeto *Smart Teaching in Accounting* (STAMP) e baseia-se em quadros internacionais ESG. A grelha de análise avalia dimensões como o envolvimento das partes interessadas, a gestão das questões sociais e ambientais, a governação empresarial, a diversidade e a transparência nas práticas anticorrupção.

Os resultados revelam que, embora as empresas tenham progredido em domínios como a saúde e a segurança dos trabalhadores e a inclusão de indicadores-chave de desempenho ambientais, subsistem lacunas significativas, especialmente no que respeita à integração de práticas ESG nas suas cadeias de abastecimento e à formalização de programas anticorrupção. No entanto, a análise também sugere um potencial significativo de melhoria nas empresas portuguesas. Além disso, o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas é ainda inconsistente.

Este estudo qualitativo permitiu fazer um esboço do modelo concetual. No entanto, o modelo concetual testado neste trabalho ganhou a sua configuração final a partir da revisão de literatura.

4.1 Instrumento de medida

Foi realizado um inquérito, por questionário, aos profissionais responsáveis pela preparação e/ou revisão da informação financeira das PME's, através da plataforma *Microsoft Forms*. Esta investigação é operacionalizada numa pesquisa mista (na sua maioria assente na análise quantitativa e, em poucos pontos, qualitativa).

4.2 Pré-teste

O instrumento de medida foi previamente testado por 4 gestores de PME's de modo a obter *feedback* sobre o questionário (melhorando a forma como se o poderia tornar mais perceptível e obter as informações necessárias a este estudo). O questionário foi assim alvo de uma reestruturação para o tornar mais eficaz.

4.3 Estrutura do inquérito por questionário

O questionário está repartido em duas partes essenciais e possui 23 perguntas na sua totalidade. A primeira parte pretende identificar o inquirido e a sua empresa. Possui

questões de resposta fechada, apenas duas respostas permitem ao inquirido indicar a sua opção de resposta não apresentada. Todas as respostas são obrigatórias para completar o questionário (apêndice I).

Na segunda parte são apresentados os itens que permitem aferir sobre cada uma das dimensões a estudar. As escalas de medida utilizadas são validadas ou adaptadas de estudos prévios. A escala de *Likert* de 5 pontos é utilizada na ordenação das respostas para cada item, em que 1 corresponde a “Nada importante”, “Discordo totalmente”, “Totalmente impreparado” e 5 corresponde a “Muito importante”, “Concordo totalmente” ou “Totalmente preparado”, respetivamente. As últimas duas perguntas, desta segunda parte, são de resposta aberta.

Os itens usados para aferir sobre as Pressões Externas (PE) estão apresentados na tabela 2, sendo adaptados dos estudos de Ortiz *et al.* (2023) e Agyabeng-Mensah *et al.* (2022).

Tabela 2 - Itens relativos às PE

Código	Item	Autores
Indique o grau de importância que a sua empresa atribui às questões mencionadas nas seguintes afirmações:		
PE1	Normas europeias de sustentabilidade adaptadas às PME's portuguesas	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PE2	Normas europeias de <i>assurance</i> adaptadas às PME's portuguesas	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PE3	Definição clara da informação necessária para compreender o impacto do organismo no ambiente e na sociedade	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PE4	Definição clara da informação necessária para compreender o impacto do ambiente e na sociedade no organismo	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PE5	Aconselhamento adequado de especialistas da área da sustentabilidade sobre a apresentação dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PE6	Proporcionalidade dos requisitos de informações de sustentabilidade/não financeiras para as PME's portuguesas	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PE7	Motivação ou incentivos (benefícios fiscais, por exemplo) para emitir informações de sustentabilidade/não financeiras	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PE8	Há muita pressão para a adoção de convenções/diretivas/regulamentos ambientais da ONU	Adaptado de Agyabeng-Mensah <i>et al.</i> (2022)
PE9	As instituições reguladoras insistem em seguir regras e regulamentos rigorosos no desenvolvimento de uma metodologia eco eficiente de gestão de resíduos nos processos de produção e da cadeia de abastecimento	Adaptado de Agyabeng-Mensah <i>et al.</i> (2022)
PE10	Uma forte responsabilidade social é apreciada pelos clientes e fornecedores e atrai colaborações	Adaptado de Agyabeng-Mensah <i>et al.</i> (2022)

PE11	A comunidade exige a adoção de práticas de economia circular na cadeia de abastecimento	Adaptado de Agyabeng-Mensah <i>et al.</i> (2022)
PE12	As organizações da sociedade civil exigem a adoção de práticas de economia circular na cadeia de abastecimento	Adaptado de Agyabeng-Mensah <i>et al.</i> (2022)

Escala de *Likert*: 1 - Nada importante; 2 - Não importante; 3 - Indiferente; 4 - Importante e 5- Muito importante

Relativamente aos itens que medem as Pressões Institucionais (PI), estes foram adaptados do estudo de Shamil *et al.* (2022) e estão apresentados na tabela 3.

Tabela 3 - Itens relativos às PI

Código	Item	Autores
Relativamente à atitude da sua empresa perante as questões da sustentabilidade, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:		
PI1	É a coisa certa a fazer	Adaptado de Shamil <i>et al.</i> (2022)
PI2	É benéfico adotar normas internacionais em matéria de sustentabilidade (ISO, GRI)	Adaptado de Shamil <i>et al.</i> (2022)
PI3	Está empenhada na sustentabilidade empresarial	Adaptado de Shamil <i>et al.</i> (2022)
PI4	Quer ser reconhecida como uma empresa socialmente e ambientalmente responsável	Adaptado de Shamil <i>et al.</i> (2022)
PI5	É o resultado da influência de leis, regulamentos, acordos e protocolos internacionais	Adaptado de Shamil <i>et al.</i> (2022)
PI6	Concorda com a aplicadas de coimas e sanções por violação das leis em matéria de justiça social e ambiente	Adaptado de Shamil <i>et al.</i> (2022)
PI7	O incumprimento das leis em matéria de justiça social e ambiente dá origem a ações judiciais	Adaptado de Shamil <i>et al.</i> (2022)
PI8	A não adoção pode afetar as perspetivas futuras e o valor da organização	Adaptado de Shamil <i>et al.</i> (2022)

Escala de *Likert*: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Indiferente; 4 - Concordo e 5- Concordo totalmente

A tabela 4 apresenta os itens que permitem avaliar a Perceção sobre a Qualidade do Relato de Sustentabilidade Empresarial (PQRSE), que foram adaptados de Ortiz *et al.* (2023).

Tabela 4 - Itens relativos à PQRSE

Código	Item	Autores
Indique o grau de importância que a sua empresa atribui às questões mencionadas nas seguintes afirmações:		
PQRSE1	Tem necessidade em preparar os relatos sobre a informação não financeira/de sustentabilidade	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PQRSE2	Prepara os seus relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)

PQRSE3	Prepara as suas demonstrações financeiras	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PQRSE4	Faz auditoria ou outro <i>assurance</i> às suas demonstrações financeiras	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PQRSE5	Verifica os seus relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PQRSE6	Questiona sobre a verificação dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PQRSE7	Questiona sobre os requisitos obrigatórios dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PQRSE8	Questiona sobre a apresentação voluntária dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras e a sua relevância para as PME's	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)

Escala de *Likert*: 1 - Nada importante; 2 - Não importante; 3 - Indiferente; 4 - Importante e 5- Muito importante

A Perceção sobre a Importância do Relato da RSE (PIRS) é avaliada pelos itens apresentados na tabela 5 e que são adaptados do estudo de Ortiz *et al.* (2023).

Tabela 5 - Itens relativos à PIRS

Código	Item	Autores
Indique o grau de concordância com as seguintes informações de sustentabilidade/não financeiras na sua empresa:		
PIRS1	Os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras ajudam a sua empresa a ter acesso ao financiamento	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PIRS2	Os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras são exigidos à sua empresa pois está na cadeia de valor de grandes empresas	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PIRS3	Os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras ajudam a sua empresa a satisfazer as necessidades dos seus investidores	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PIRS4	A verificação dos relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PIRS5	Não divulga os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras pois é voluntária a sua divulgação	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PIRS6	Não divulga os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras pois os seus custos excedem os seus benefícios	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)
PIRS7	Perceciona os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras como uma atividade onerosa e complicada	Adaptado de Ortiz <i>et al.</i> (2023)

Escala de *Likert*: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Indiferente; 4 - Concordo e 5- Concordo totalmente

As Práticas Morais (PM) são avaliadas apenas por um item, que se encontra na tabela 6 e surge adaptado do estudo de Abdullah e Abdul Aziz (2013).

Tabela 6 - Item relativo às PM

Código	Item	Autores
Relativamente às práticas da sua empresa, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:		
PM1	É honesta e sincera ao dizer a verdade quando algo corre mal	Adaptado de Abdullah e Abdul Aziz (2013)

Escala de *Likert*: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Indiferente; 4 - Concordo e 5- Concordo totalmente

No que diz respeito aos itens utilizados para medir as Práticas Discricionárias (PD) estes estão apresentados na tabela 7 e são adaptados do estudo de Abdullah e Abdul Aziz (2013).

Tabela 7 - Itens relativos às PD

Código	Item	Autores
Relativamente às práticas da sua empresa, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:		
PD1	Contribui com recursos para os programas artísticos e culturais da comunidade	Adaptado de Abdullah e Abdul Aziz (2013)
PD2	Contribui com recursos para aumentar a consciencialização social sobre questões como a fome e a violência doméstica	Adaptado de Abdullah e Abdul Aziz (2013)
PD3	Apoia questões relacionadas com as crianças e a família, como a adoção e o acolhimento familiar	Adaptado de Abdullah e Abdul Aziz (2013)
PD4	Apoia programas de saúde pública, como a luta contra a SIDA, o cancro e outras doenças	Adaptado de Abdullah e Abdul Aziz (2013)

Escala de *Likert*: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Indiferente; 4 - Concordo e 5- Concordo totalmente

A tabela 8 apresenta os itens utilizados para medir as Práticas Relacionais (PR), sendo adaptados do estudo de Abdullah e Abdul Aziz (2013).

Tabela 8 - Itens relativos às PR

Código	Item	Autores
Relativamente às práticas da sua empresa, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:		
PR1	Esforça-se por construir relações duradouras com os seus consumidores	Adaptado de Abdullah e Abdul Aziz (2013)
PR2	Está disposta a ouvir os seus consumidores e outras partes interessadas e está aberta a críticas construtivas sobre as suas práticas comerciais	Adaptado de Abdullah e Abdul Aziz (2013)
PR3	Esforça-se por promover uma relação favorável com os empregados	Adaptado de Abdullah e Abdul Aziz (2013)

PR4	Parece ser digna de confiança	Adaptado de Abdullah e Abdul Aziz (2013)
PR5	Preocupa-se em alinhar os seus valores e crenças com os interesses das partes interessadas	Adaptado de Abdullah e Abdul Aziz (2013)

Escala de *Likert*: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Indiferente; 4 - Concordo e 5- Concordo totalmente

Por último, a avaliação o Indicador da RSE (IRSE) utiliza os itens apresentados na tabela 9 e são adaptados do estudo de Kanji e Chopra (2010).

Tabela 9 - Itens relativos ao IRSE

Código	Item	Autores
Indique o nível de preparação da sua empresa para dar atender às questões mencionadas abaixo:		
IRSE1	Respostas a organizações não governamentais pelo seu comportamento socialmente responsável	Adaptado de Kanji e Chopra (2010)
IRSE2	Utilização do poder dos meios de comunicação social e da Internet para aumentar o escrutínio e o ativismo coletivo em torno do comportamento da empresa	Adaptado de Kanji e Chopra (2010)
IRSE3	Compensação total ao público pelos maus efeitos sociais ou ambientais de ações ou produtos	Adaptado de Kanji e Chopra (2010)
IRSE4	Disponibilizar ao seu pessoal e à sua direção todos os instrumentos e meios necessários para a prossecução de objetivos sociais mais amplos	Adaptado de Kanji e Chopra (2010)
IRSE5	Relatórios anuais auditados externamente sobre questões de responsabilidade social das empresas	Adaptado de Kanji e Chopra (2010)
IRSE6	Projetos de desenvolvimento baseados na comunidade, como a educação de crianças, novas competências para adultos, etc.	Adaptado de Kanji e Chopra (2010)
IRSE7	Cumprimento integral da legislação e da regulamentação, evitando causar danos ao bem social em geral, incluindo as pessoas e o ambiente	Adaptado de Kanji e Chopra (2010)
IRSE8	Políticas da empresa em matéria de RSE e informações sobre a forma como essas políticas são aplicadas na prática e quais os resultados obtidos até à data, incluindo as expectativas futuras	Adaptado de Kanji e Chopra (2010)

Escala de *Likert*: 1 - Totalmente impreparada; 2 - Impreparada; 3 - Indiferente; 4 - Preparada e 5- Totalmente preparada

4.4 Processo de recolha de dados e amostra

Na prossecução dos objetivos do presente estudo, começou-se por selecionar a população à qual seria submetido o questionário para preenchimento. Para selecionar a população recorreu-se à base de dados SABI que possui a informação geral e financeira de empresas

portuguesas. Recorreu-se à filtragem destas empresas usando a definição de PME, apresentada no capítulo 1.4 - O Relato da sustentabilidade nas PME's.

Entre o dia 17 de abril e 3 de junho de 2024, esteve disponível na aplicação *Forms* da plataforma Microsoft 365 (via *online*), o questionário para resposta através do *link* enviado às empresas selecionadas. O número de emails enviados rondou os 81.000 às entidades pré-selecionadas. Visto que as PME's portuguesas são uma população de grande dimensão, optou-se por uma amostra de conveniência em detrimento de uma amostra probabilística, o que é uma prática usual em estudos científicos com populações desta dimensão (Monteiro et al., 2021).

Foram rececionadas 453 respostas das quais apenas 422 foram consideradas válidas por terem completado o questionário.

4.5 Procedimentos estatísticos na análise de dados

Inicialmente, os procedimentos estatísticos na análise dos dados consistiram na análise preliminar dos dados, que envolveu a sua exportação e consequente tratamento para análise. Desta feita, exportaram-se 453 respostas do *software Microsoft Forms* para o *Microsoft Excel*. O passo seguinte consistiu na codificação dos itens do inquérito e a importação destes dados, agora codificados, no *software* de estatística SPSS. Tendo os dados no *software* estatístico, procedeu-se à “limpeza dos dados”, que consiste no tratamento dos dados em falta (*missing-values*) e nas análises da centralidade e normalidade dos dados, os dados extremos (*outliers*) e dimensão da amostra. No fim destes procedimentos, garantiu-se que os dados podiam ser analisados. Os passos seguintes são a caracterização da amostra e a avaliação de medida e do modelo estrutural.

4.5.1 Avaliação do modelo de medida

A avaliação do modelo de medida é feita no *software* estatístico AMOS e utiliza como técnica estatística o Modelo de Equações Estruturais (MEE).

Hancock & Mueller (2006) referem que a Análise Fatorial Exploratória é usada em estudos onde não estão definidas as correlações entre as variáveis a estudar. Por outro lado, utiliza-se a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) em estudos onde haja uma previsão da correlação das variáveis, tendo que se confirmar a sua estrutura fatorial (Marôco, 2010). Refere, ainda, que a AFC é o “passo inicial na mensuração de um MEE (modelo de medida mais modelo casual)” (Marôco, 2010, p. 172).

Existem vários métodos para estimação dos parâmetros do MEE, entre eles: a máxima verossimilhança, o mínimo quadro generalizado, o mínimo quadrado ponderado e a distribuição assintoticamente (Ainur et al., 2017). Contudo, o método padrão mais utilizado pelos *softwares* estatísticos, como é o caso do *software* AMOS, é o método da máxima verossimilhança.

Segundo Marôco (2010), o MEE tem dois submodelos (o de medida e o estrutural), que possuem simbologia específica na sua representação. Os principais símbolos e o seu significado (apresentados na tabela 10) foram considerados na delineação do modelo de medida e do modelo estrutural.

Tabela 10 - Símbolos usados na representação gráfica do MEE

Símbolo	Significado
□	Variável manifesta ou variável observada
○	Variável latente (fatores ou erros)
→	Relação causal
↔	Relação recursiva ou de <i>feedback</i>
↔	Relação correlacional

Fonte: Marôco (2010)

As medidas para aferir o ajustamento do modelo dividem-se em três categorias: as medidas absolutas, as incrementais e as parcimoniosas. As principais medidas e valores de referência a considerar na avaliação deste ajustamento são apresentados na tabela 11.

Tabela 11 - Índices e valores de referência de ajustamento do modelo

Medida	Descrição	Valores de referência
Medidas absolutas		
X^2 <i>Chi-square</i>	Valor de qui-quadrado	Pretende-se o menor valor possível; $p > 0.05$
$X^2/g.l.$ <i>Normed Chi-squared</i>	Valor de qui-quadrado dividido pelos graus de liberdade]3;5] – Ajustamento aceitável;]2;3] – Ajustamento bom
RMSEA <i>Root Mean Square Error of Approximation</i>	Valor da discrepância entre o modelo teórico e o observado, tendo em conta os graus de liberdade	[0.08;0.09[– Ajustamento aceitável; [0.05;0.08[– Ajustamento razoável; < 0.05 – Ajustamento bom;
GFI <i>Goodness-of-Fit-Index</i>	Mede o grau de ajustamento global	< 0.8 - Ajustamento inaceitável; [0.8;0.9[- Ajustamento aceitável;

		[0.9;0.95[- Ajustamento bom; ≥ 0.95 - Ajustamento muito bom
Medidas Incrementais		
AGFI <i>Adjusted Goodness-of-Fit Index</i>	Extensão da GFI, tendo em conta os graus de liberdade]0.81; 0.9[- Ajustamento aceitável; > 0.9 - Ajustamento bom
NFI <i>Normed Fit Index</i>	Compara o modelo apresentado e o modelo nulo	< 0.8 - Ajustamento inaceitável;]0.8;0.9[- Ajustamento aceitável; > 0.9 - Ajustamento bom
CFI <i>Comparative Fit Index</i>	Similar ao NFI, mas tem em conta o tamanho da amostra	< 0.8 - Ajustamento inaceitável;]0.8;0.9[- Ajustamento aceitável;]0.9;0.95[- Ajustamento bom; ≥0.95 Ajustamento muito bom
Medidas Parcimoniosas		
PNFI <i>Parsimonious Normed Fit Index</i>	Usa os graus de liberdade para ajustar o NFI	< 0.6 - Ajustamento inaceitável;]0.6;0.8[- Ajustamento aceitável; ≥ 0.8 - Ajustamento bom
PGFI <i>Parsimonious Goodness-of-Fit Index</i>	Usa os graus de liberdade para ajustar o GFI	< 0.6 - Ajustamento inaceitável;]0.6;0.8[- Ajustamento aceitável; ≥ 0.8 - Ajustamento bom

Fonte: Adaptado de Hair et al. (1998) e Marôco (2010).

Marôco (2010) refere ainda que, juntamente com a avaliação do ajustamento do modelo, é igualmente necessário avaliar a unidimensionalidade, a fiabilidade e a validade dos construtos.

A validade dos construtos é medida pela unidimensionalidade através do garante dos indicadores melhor representativos do modelo analisado. Esta validade é alcançada através de um processo de tentativa e erro, através da observação das covariâncias dos erros fornecidas pelo *software* AMOS, identificando os indicadores com um melhor ajustamento por construto analisado (Anderson & Gerbing, 1988).

A *composite reliability* (CR) afere sobre a fiabilidade dos construtos e deve apresentar um valor superior a 0.70 (Marôco, 2010).

Em relação à validade dos construtos, esta avalia a aptidão do instrumento de medida representar a mensuração pretendida (Bilich et al., 2006). Seguindo as orientações destes últimos autores, usar-se-á os valores dos coeficientes estandardizados (superiores a 0.50) para demonstrar a validade fatorial, que mede a eficácia individual dos construtos (Marôco, 2010). A Média da Variância Extraída (MVE) é usada na verificação da correlação e da significância entre os construtos do modelo e deve apresentar um valor igual ou superior a 0.50 (Hair et al., 1998).

Após verificada a adequação do modelo de medida, reúnem-se as condições necessárias para avançar para a fase seguinte: a avaliação do modelo estrutural.

4.5.2 Avaliação do modelo estrutural

O MEE é apropriado quando há a presença de relações complexas entre as variáveis latentes, as quais atuam simultaneamente como variáveis dependentes e independentes (Schreiber et al., 2006).

Esta etapa da análise de dados envolve a avaliação do modelo teórico, onde as hipóteses de investigação são testadas. Caso alguma das hipóteses não apresente suporte estatístico ($p\text{-value} > 0.05$), o modelo inicial é ajustado e, em seguida, reavaliado. Neste estudo, serão também analisados os efeitos diretos e indiretos das relações estabelecidas no modelo teórico.

CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Análise preliminar dos dados

A análise preliminar dos dados é uma fase antecipatória à fase da avaliação do modelo estrutural proposto. Pretende verificar se os dados cumprem os requisitos para se proceder à análise do modelo. Começou-se por codificar as variáveis e a escala de *Likert* em dados numéricos para que o *software* AMOS os reconheça e calcule.

Este processo consiste na análise dos valores em falta (*missing values*), a tendência central e a normalidade dos dados, os valores extremos e a dimensão da amostra.

5.1.1 Valores em falta

Um dado em falta corresponde, na definição apresentada por Grung & Manne (1998), a uma não resposta dada pelo inquirido a uma pergunta do questionário. A técnica do MEE não permite a existência de valores em falta.

Nesta fase não foram encetadas mais ações visto que os inquiridos não poderiam completar o questionário sem responder às perguntas necessárias às formulações das variáveis.

5.1.2 Análise da tendência central e da normalidade

Recorrendo ao *software* AMOS, elaborou-se a análise da tendência central e da normalidade dos dados, através do teste de Kolmogorov-Smirnov (KS) e do teste Shapiro-Wilk (SW). O teste SW é usualmente usado para amostras inferiores a 50 observações e o teste KS é usado para amostras de maior dimensão (Mohd Razali & Yap, 2011). Observando-se os resultados verifica-se que os dados não se encontram dentro dos parâmetros de normalidade, a um nível de significância de 5% (apêndice III).

A qualidade do ajustamento dos dados é posta em causa quando, segundo Marôco (2010), a assimetria é superior a 2-3 e a curtose é superior a 7-10 (violação extrema da normalidade). Como é possível verificar no apêndice III, os dados encontram-se bem ajustados pois os limites anteriormente descritos não foram ultrapassados.

5.1.3 Valores extremos

A identificação de valores extremos, ou *outliers* é realizada para detetar possíveis problemas nas variáveis em análise, caso estas não sigam os padrões esperados dos dados ou apresentem uma dispersão anormal dos dados (Chandola et al., 2007).

Após a análise dos *outliers* das variáveis em estudo (usando a função *boxplot* do *software* SPSS), decidiu-se manter as variáveis porque na escala de Likert (com 5 pontos) utilizada no questionário, os *outliers* estão nos extremos da escala, 1 ou 5 (Hair et al., 1998).

5.1.4 Dimensão da amostra

No que diz respeito ao tamanho da amostra, tanto o método da máxima verossimilhança como o dos quadrados mínimos ponderados apresentam bom desempenho para amostras que variam entre 200 e 500 indivíduos (Pilati & Laros, 2007).

De acordo com Hancock & Mueller (2006), a utilização de variáveis ordinais, como é a escala de *Likert* de 5 pontos neste estudo, tende a resultar em distribuições não normais. No entanto, se os dados observados apresentarem pelo menos cinco categorias ordenadas e forem aproximadamente normais, é possível aplicar técnicas de estimativa, como o método de máxima verossimilhança, sem que isso introduza um viés significativo nos resultados dos parâmetros.

Gao et al. (2008) referem que é comum a estimação dos parâmetros e a avaliação do modelo serem realizadas através do método de máxima verossimilhança, mesmo que exista algum grau de não-normalidade multivariada. Como neste estudo não há uma violação extrema da normalidade dos dados e a amostra excede as 200 observações, o método de máxima verossimilhança foi escolhido para calcular as estimativas dos parâmetros e para avaliar tanto o modelo de medida como o estrutural (Marôco, 2010; Pilati & Laros, 2007).

5.2 Caracterização da amostra

5.2.1 Análise dos inquiridos

A idade dos inquiridos encontra-se representada na figura 4. O grupo predominante encontra-se na faixa etária dos 31 aos 50 anos com 238 respondentes e 56% do total. Seguidamente o grupo “51 anos ou mais” apresentou um volume de 37% com 155 inquiridos. O grupo “30 anos ou menos” teve 29 respostas, o que representou 7% do total.

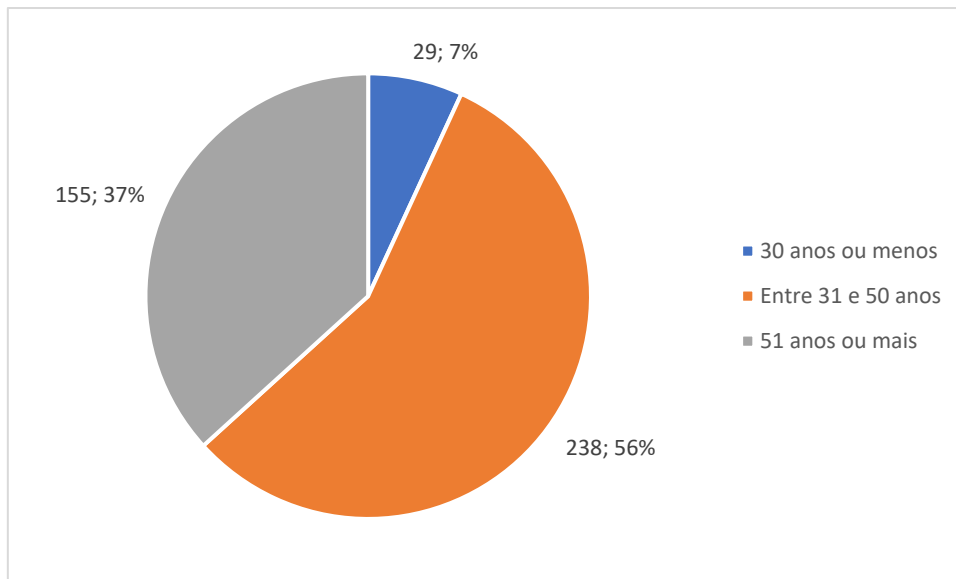


Figura 4 - Idade dos inquiridos

Fonte: Elaboração própria

O sexo dos inquiridos encontra-se representado na figura 5. O sexo masculino é predominante com 245 inquiridos e um volume de 58% do total. O sexo feminino apresentou um resultado de 176 inquiridas e um volume de 42%. Apenas 1 inquirido (0% do total) respondeu como “Indiferente” quando confrontado com esta questão.

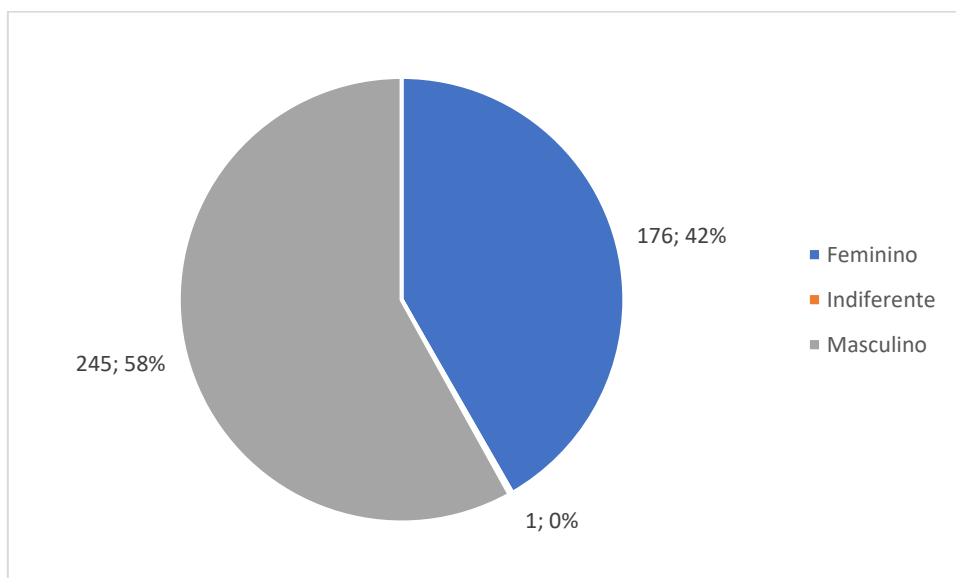


Figura 5 - Sexo dos inquiridos

Fonte: Elaboração própria

Na questão sobre as funções que os inquiridos desempenham na PME estes podiam seleccionar as que são aplicáveis ao seu caso, tendo em conta que concentram em si várias devido às dimensões dos organismos. As opções apresentadas eram as seguintes: CEO /

Administrador / Diretor Geral, Diretor Financeiro, Contabilista, Auditor, Consultor Fiscal, Consultor Empresarial e Especialista em Sustentabilidade.

A maior parte dos inquiridos afirmou desempenhar funções de CEO / Administrador / Diretor Geral (283 respostas). Em seguida, 50 inquiridos afirmou ser Diretor Financeiro e 33 afirmaram ser Contabilista.

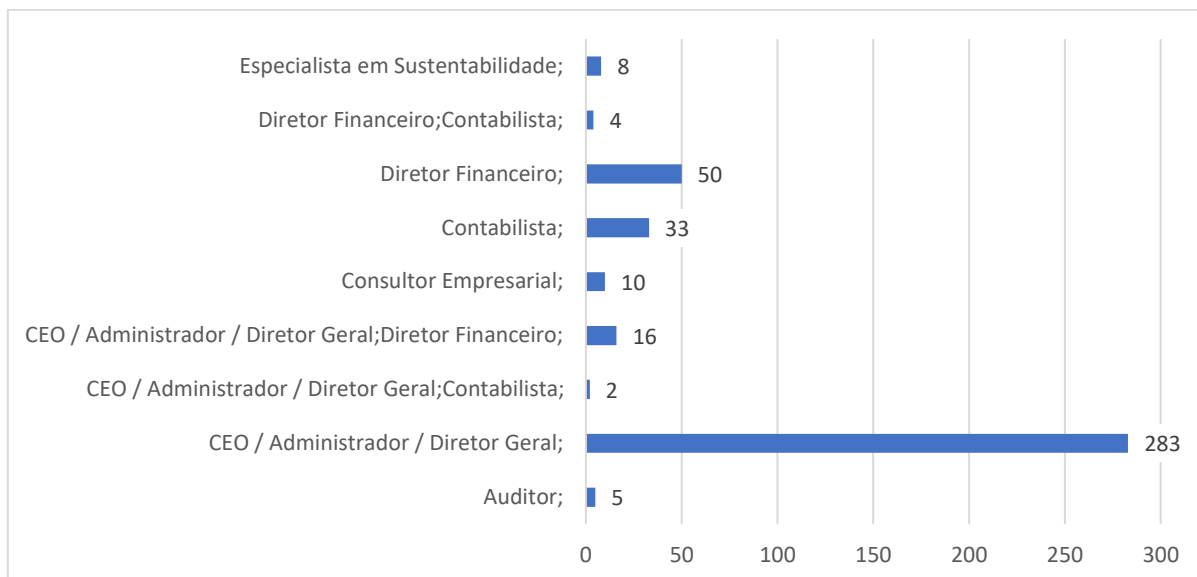


Figura 6 - Funções dos inquiridos na organização

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à antiguidade dos respondentes nas PME's que dirigem ou nas quais desenvolvem o seu trabalho, obteve-se 245 profissionais, representando 58% do total, com mais de 10 anos de funções na sua empresa. Seguidamente, 135 profissionais (32% do total) afirmaram possuir uma antiguidade na faixa “Entre 4 e 10 anos” e 42 (10%) afirmaram estar “Até 3 anos” na sua atual organização.

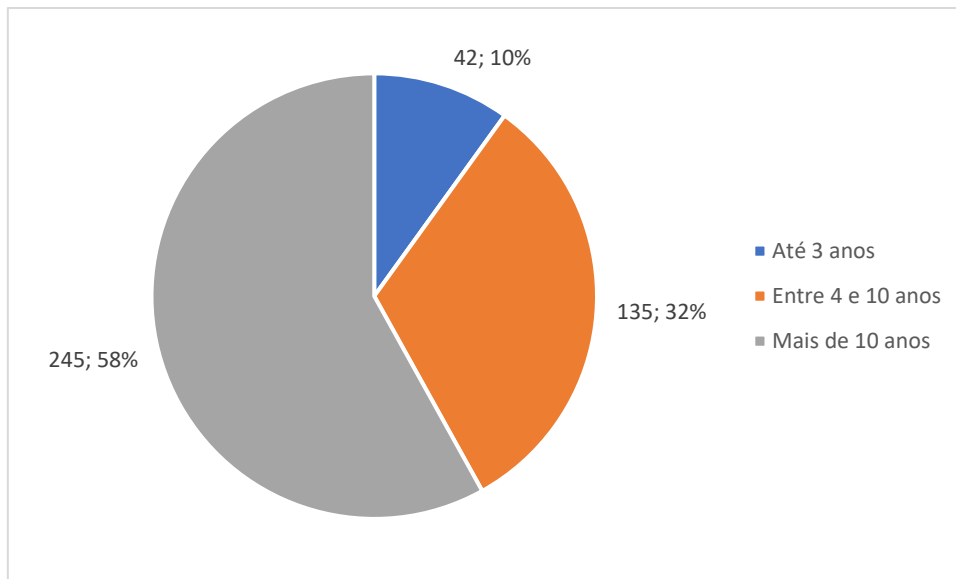


Figura 7 - Antiguidade dos inquiridos na organização

Fonte: Elaboração própria

5.2.2 Caracterização das empresas inquiridas

Quando à descrição das empresas inquiridas, começou-se por inquirir sobre o número de trabalhadores que constituem os seus quadros. No grupo “Até 5 trabalhadores” apresentaram-se 144 respondentes, representando 34% do total e o seu maior volume. No grupo “Entre 6 e 10 trabalhadores” apresentaram-se 100 respondentes (24%), “Entre 11 e 50 trabalhadores” apresentaram-se 118 (28%), “Entre 51 e 100 trabalhadores” apresentaram-se 27 (6%) e “Mais de 100 trabalhadores” apresentaram-se 33 (8%).

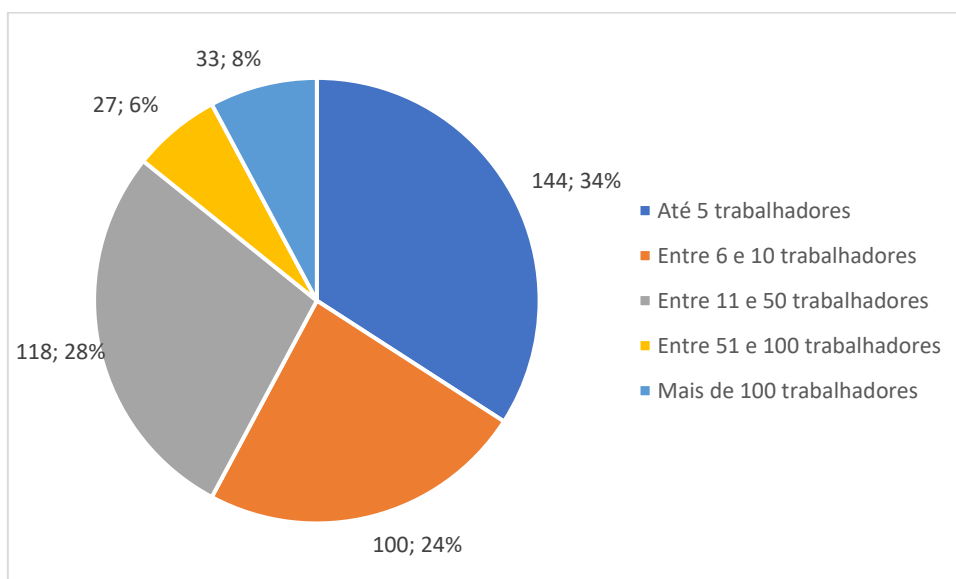


Figura 8 - Número de trabalhadores das empresas inquiridas

Fonte: Elaboração própria

Um segundo ponto para caracterizar a população em estudo prendeu-se com aferir sobre o seu volume de negócios anual, em euros. O maior número de respondentes concentrou-se na faixa “Entre os 250.000 € e inferior a 500.000 €” com 117 respostas. Seguidamente, a faixa “Entre 1.000.000 € e inferior a 5.000.000 €” obteve 84 respostas. A faixa “Inferior a 250.000 €” obteve 78 respostas e a faixa “Entre 500.000 € e inferior a 1.000.000 €” obteve 70 respostas. Os grupos já mencionados concentraram 349 do total de 422 respostas obtidas.

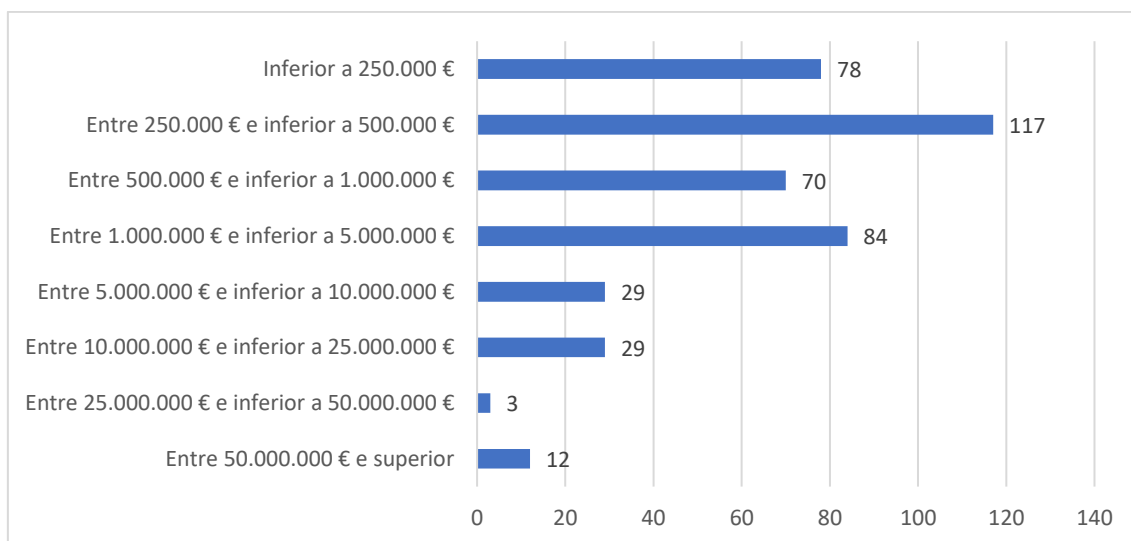


Figura 9 - Volume de negócios anual, em euros, das empresas inquiridas

Fonte: Elaboração própria

No grupo das empresas respondentes, as políticas ou planos de sustentabilidade apresentam baixa popularidade pois 274 (65% do total) destas afirmaram não terem nenhum implementado, tendo as restantes respondido afirmativamente.

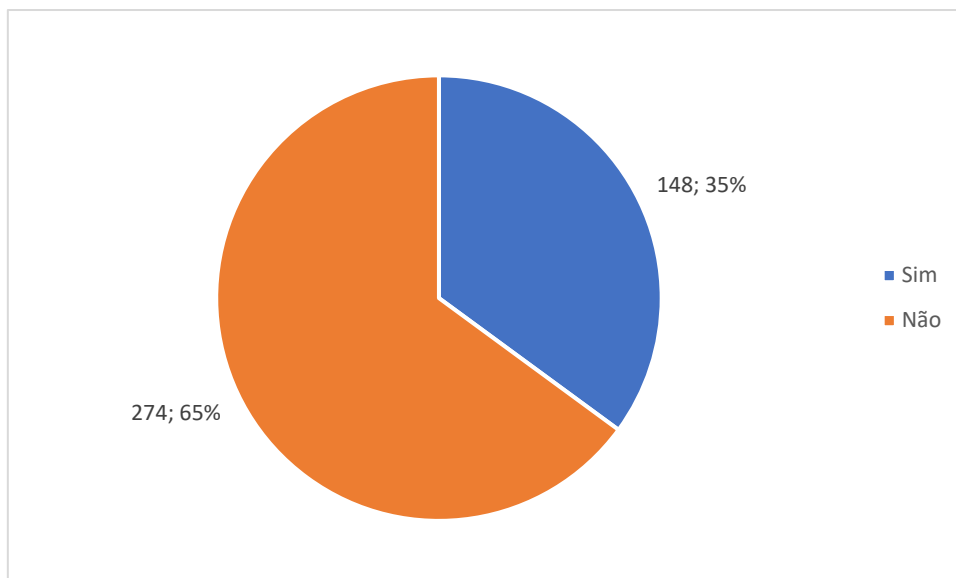


Figura 10 - Política ou plano de sustentabilidade nas empresas inquiridas

Fonte: Elaboração própria

Um cenário ainda mais negativo surgiu na questão sobre se as PME's questionadas possuem algum selo ou certificação de sustentabilidade. Cerca de 93% das empresas afirmou não possuir nenhum selo ou certificação de sustentabilidade (com 394 respostas).

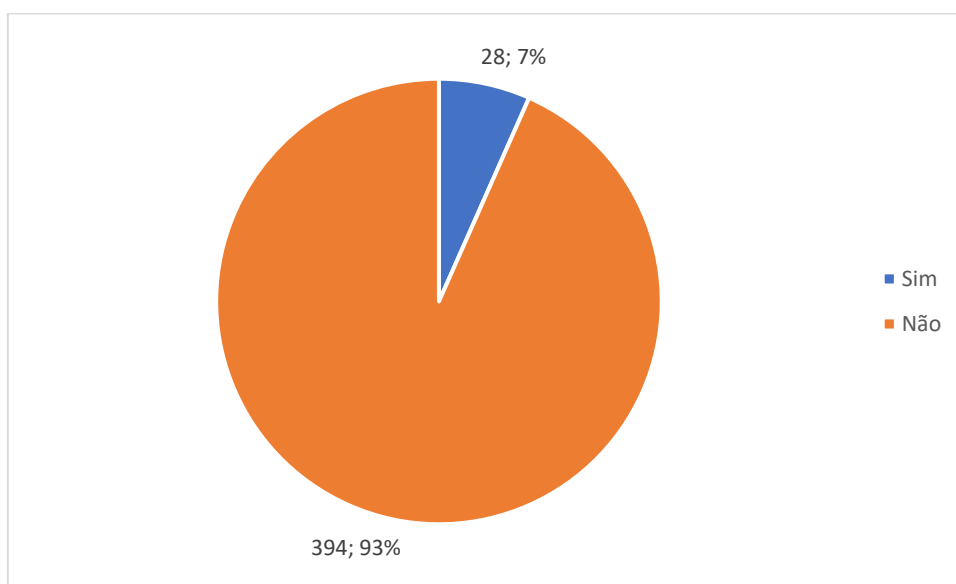


Figura 11 - Selos ou certificações de sustentabilidade nas empresas inquiridas

Fonte: Elaboração própria

Seguidamente, pediu-se para os que responderam afirmativamente à questão anterior que indicassem quais as que possuíam. Nesta representação é possível identificar os principais selos e certificações de sustentabilidade mundialmente reconhecidos pelos benefícios ambientais, económicos e/ou sociais.

A resposta “FSC” obteve 3 inquiridos (11% do total). O *Forest Stewardship Council* (FSC) é um sistema internacional de certificação florestal que possibilita a identificação de fontes responsáveis de madeira, papel, cortiça e outros produtos de origem florestal. São mundialmente reconhecidas pelos seus benefícios ambientais, económicos e sociais (FSC, 2021).



Figura 12 - Nuvem de palavras que representa os selos ou certificações de sustentabilidade das empresas inquiridas

Fonte: Elaboração própria

Nas empresas inquiridas, a certificação de contas é realizada em 290 (representando 69% do total). As restantes empresas, 132 respondentes (31%) afirmam não realizar a certificação de contas.

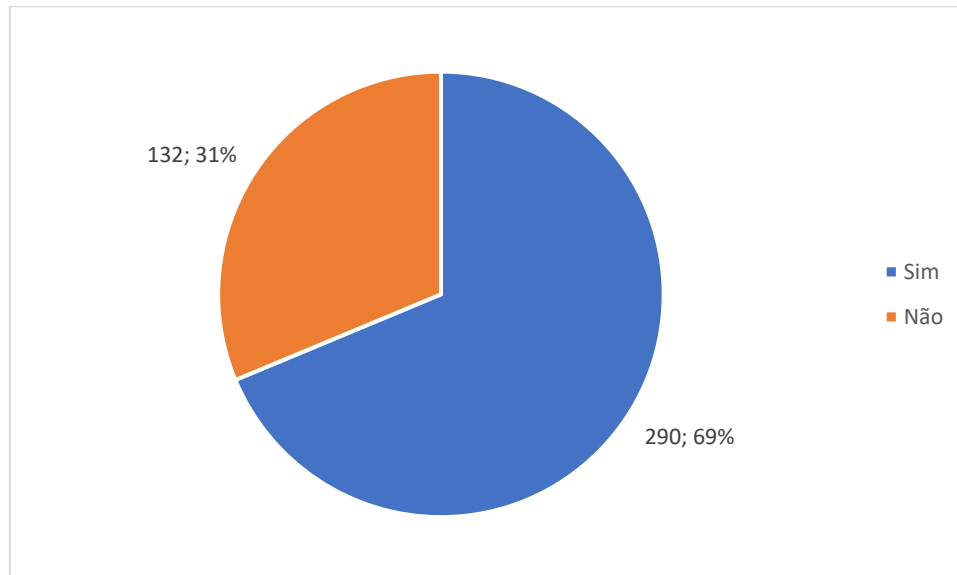


Figura 13 - Certificação de contas nas empresas inquiridas

Fonte: Elaboração própria

Também foi questionado quais os setores de atividade em que as empresas inquiridas operam, segundo as grandes categorias (Secções) da CAE-Rev.3. Esta nomenclatura, da responsabilidade do INE, tem como objetivos a classificação e agrupamento das unidades

estatísticas de acordo com a respetiva atividade económica; a organização sistemática e coerente das informações estatísticas económicas e sociais por setor de atividade em diversos domínios; e a garantia de comparabilidade estatística a nível nacional, comunitário e global (Instituto Nacional de Estatística, I.P, 2007).

A figura 14 representa num gráfico de barras horizontais as respostas obtidas filtradas pelas categorias que obtiveram mais que 10 respostas. Os respondentes podiam selecionar as que são aplicáveis ao seu caso, tendo em conta que as PME's operam em secções diferentes, tendo em conta a amplitude das atividades que desenvolvem.

O maior número de respostas concentrou-se na secção “G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” com 60 empresas. Em segundo lugar, com 51 respostas surge a secção “S - Outras atividades de serviços”. A secção que surge na terceira posição é a “C - Indústrias transformadoras” com 47 respostas.

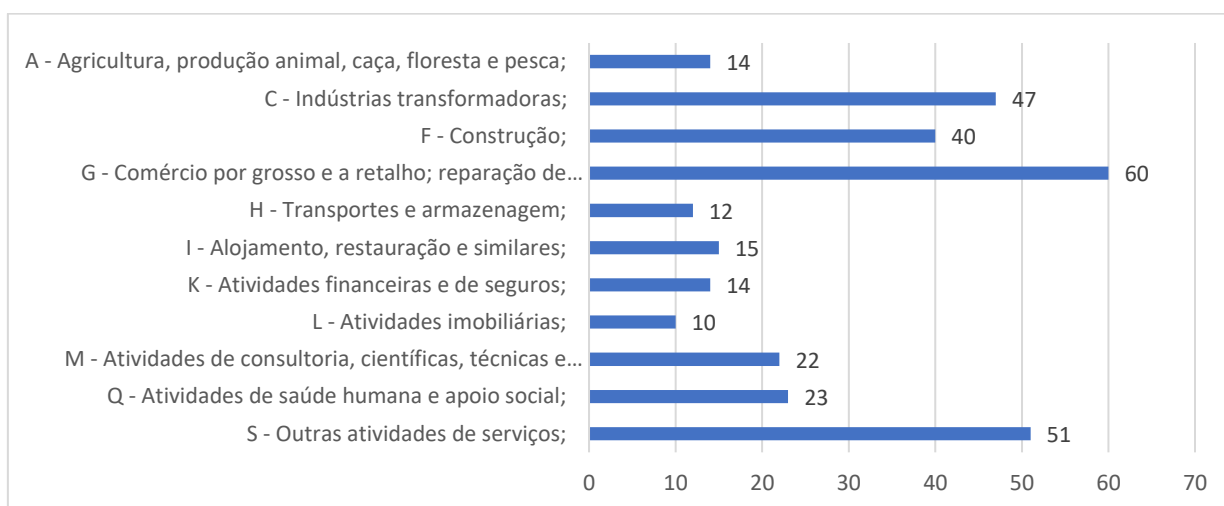


Figura 14 - Setores de atividade em que as empresas inquiridas operam, segundo as grandes categorias (Secções) da CAE-Rev.3, filtrado por grupos superiores a 10

Fonte: Elaboração própria

5.3 Análise do modelo de medida

Através da utilização do software SPSS AMOS, procedeu-se à avaliação do modelo de medida através da aferição individual da unidimensionalidade das medidas, a fiabilidade e a validade de cada um dos constructos.

Na tabela 12 pode-se observar que os resultados do modelo de medida inicial (mmi) de todas as dimensões avaliadas apresentam um RMSEA superior a 0.08, o que é inaceitável. De modo a melhorar o ajustamento de cada construto e, posteriormente, os resultados dos

indicadores do modelo, optou-se pela revisão do modelo proposto, recorrendo aos índices de modificação (calculados pelo *software*). Os índices de modificação “estimam a redução (conservadora) da estatística χ^2 do modelo” (Marôco, 2010, p.54). Analisou-se também os coeficientes do modelo sem níveis de significância para cada construto, com um coeficiente inferior a 0.50 (tabela 13). A AFC não foi realizada na variável PM por ter apenas um item na sua representação.

Tabela 12 - Medidas de ajustamento de cada um dos construtos antes da revisão do modelo

		Medidas absolutas			Medidas incrementais			Medidas parcimoniais	
		χ^2 / gl	RMSEA	GFI	AGFI	NFI	CFI	PNFI	PGFI
PE	mmi	39,654	0,303	0,534	0,327	0,618	0,624	0,506	0,370
	mmr	0,947	0,000	0,998	0,989	0,998	1,000	0,333	0,200
PI	mmi	18,978	0,207	0,800	0,640	0,827	0,834	0,591	0,444
	mmr	2,080	0,051	0,995	0,976	0,995	0,998	0,332	0,199
PQRSE	mmi	20,302	0,214	0,823	0,681	0,885	0,890	0,632	0,457
	mmr	0,028	0,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,167	0,100
PIRS	mmi	50,507	0,343	0,695	0,390	0,666	0,669	0,444	0,348
	mmr	3,121	0,071	0,989	0,964	0,992	0,995	0,496	0,297
PM	mmi	Construto não avaliado pois apenas possui um item							
	mmr								
PD	mmi	6,846	0,118	0,983	0,916	0,986	0,988	0,329	0,197
	mmr	2,465	0,059	0,991	0,971	0,992	0,995	0,496	0,297
PR	mmi	7,660	0,126	0,964	0,893	0,975	0,978	0,487	0,321
	mmr	1,898	0,046	0,993	0,973	0,995	0,998	0,398	0,265
IRSE	mmi	13,306	0,171	0,852	0,733	0,903	0,909	0,645	0,473
	mmr	1,494	0,034	0,994	0,979	0,995	0,998	0,398	0,265

A tabela 13 apresenta os itens eliminados e retidos resultantes da AFC ao modelo proposto.

Tabela 13 - Itens eliminados e retidos pela AFC

Construto	Itens eliminados	Itens retidos
PE	PE1,PE2,PE3,PE4,PE5,PE6,PE7,PE11	PE8,PE9,PE10,PE12
PI	PI2,PI5,PI6,PI7	PI1,PI3,PI4,PI8
PQRSE	PQRSE1,PQRSE2,PQRSE3,PQRSE4	PQRSE5,PQRSE6,PQRSE7,PQRSE8
PIRS	PIRS5,PIRS6,PIRS7	PIRS1,PIRS2,PIRS3,PIRS4
PM	-	PM1
PD	-	PD1,PD2,PD3,PD4
PR	-	PR1,PR2,PR3,PR4,PR5
IRSE	IRSE3,IRSE4,IRSE7	IRSE1,IRSE2,IRSE5,IRSE6,IRSE8

Os resultados do modelo de medida surgem evidenciados na tabela 14.

A fiabilidade dos modelos de medida é medida pela CR com valores superiores a 0.70 em cada um dos construtos (Marôco, 2010). A verificação da unidimensionalidade dos constructos também é aferida, pois cada item destes reporta com significância cada fator/construto (Fornell & Larcker, 1981; Steenkamp & Van Trijp, 1991).

A validade convergente encontra-se verificada pois os coeficientes estandardizados são superiores a 0.50 (Marôco, 2010; Steenkamp & Van Trijp, 1991).

Tabela 14 - Resultado do modelo de medida

Construto	c.e.
Pressões Externas (CR= 0,896; MVE=0,744)	
- Há muita pressão para a adoção de convenções/diretivas/regulamentos ambientais da ONU	0,743
- As instituições reguladoras insistem em seguir regras e regulamentos rigorosos no desenvolvimento de uma metodologia eco eficiente de gestão de resíduos nos processos de produção e da cadeia de abastecimento	0,768
- Uma forte responsabilidade social é apreciada pelos clientes e fornecedores e atrai colaborações	0,695
- As organizações da sociedade civil exigem a adoção de práticas de economia circular na cadeia de abastecimento	0,768
Pressões Institucionais (CR= 0,926; MVE= 0,798)	
- É a coisa certa a fazer	0,755
- Está empenhada na sustentabilidade empresarial	0,888
- Quer ser reconhecida como uma empresa socialmente e ambientalmente responsável	0,836
- A não adoção pode afetar as perspetivas futuras e o valor da organização	0,711
Perceção sobre a qualidade do relato da sustentabilidade empresarial (CR= 0,979; MVE= 0,927)	
- Verifica os seus relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	0,945
- Questiona sobre a verificação dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	0,956
- Questiona sobre os requisitos obrigatórios dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	0,908
- Questiona sobre a apresentação voluntária dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras e a sua relevância para as PME's	0,898
Perceção sobre a importância do relato da RSE (CR= 0,954; MVE= 0,857)	
- Os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras ajudam a sua empresa a ter acesso ao financiamento	0,753
- Os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras são exigidos à sua empresa pois está na cadeia de valor de grandes empresas	0,855
- Os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras ajudam a sua empresa a satisfazer as necessidades dos seus investidores	0,910
- A verificação dos relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras	0,910
Práticas discricionárias (CR= 0,938; MVE= 0,821)	
- Contribui com recursos para os programas artísticos e culturais da comunidade	0,730
- Contribui com recursos para aumentar a consciencialização social sobre questões como a fome e a violência doméstica	0,939
- Apoia questões relacionadas com as crianças e a família, como a adoção e o acolhimento familiar	0,808
- Apoia programas de saúde pública, como a luta contra a SIDA, o cancro e outras doenças	0,808
Práticas relacionais (CR= 0,950; MVE= 0,821)	
- Esforça-se por construir relações duradouras com os seus consumidores	0,729
- Está disposta a ouvir os seus consumidores e outras partes interessadas e está aberta a críticas construtivas sobre as suas práticas comerciais	0,823
- Esforça-se por promover uma relação favorável com os empregados	0,910
- Parece ser digna de confiança	0,898
- Preocupa-se em alinhar os seus valores e crenças com os interesses das partes interessadas	0,746
Indicador de RSE (CR= 0,938; MVE= 0,793)	
- Respostas a organizações não governamentais pelo seu comportamento socialmente responsável	0,722
- Utilização do poder dos meios de comunicação social e da Internet para aumentar o escrutínio e o ativismo coletivo em torno do comportamento da empresa	0,682
- Relatórios anuais auditados externamente sobre questões de responsabilidade social das empresas	0,871
- Projetos de desenvolvimento baseados na comunidade, como a educação de crianças, novas competências para adultos, etc.	0,847
- Políticas da empresa em matéria de RSE e informações sobre a forma como essas políticas são aplicadas na prática e quais os resultados obtidos até à data, incluindo as expectativas futuras	0,841

Legenda: c.e.: coeficiente estandardizado; CR: Composite Reliability; MVE: Média da Variância Extraída. Os cálculos de CR e MVE para cada construto encontram-se nos apêndices V a XI.

5.4 Análise do modelo estrutural

Seguidamente, realizar-se-á a avaliação do modelo estrutural através da avaliação do modelo teórico apresentado e testadas as hipóteses de investigação. Procede-se, assim, à avaliação do modelo estrutural inicial e do modelo estrutural revisto.

5.4.1 Avaliação do modelo estrutural inicial

Os valores estimados da avaliação do modelo estrutural inicial encontram-se representados na figura 15. O *software* AMOS apresenta a possibilidade de adicionar covariâncias entre os erros dos itens de cada construto, de modo a melhorar a qualidade de ajuste do modelo. A resolução de questões relacionadas com a unidimensionalidade dos construtos é favorecida com este mecanismo (Baumgartner & Homburg, 1996; Ping, 2004). Foram assim adicionadas as seguintes covariâncias de erro ao modelo: e1-e2; e1-e4; e1-e5; e2-e3; e2-e4; e2-e5; e3-e4; e3-e5; e8-e11; e9-e11; e10-e11; e12-e13; e12-e14; e12-e15; e13-e14; e13-e15; e14-e15; e17-e18; e17-e19; e18-e19; e19-e20; e25-e26; e26-e27; e29-e31; e30-e31; e33-e34; e35-e36 (representadas na figura 15).

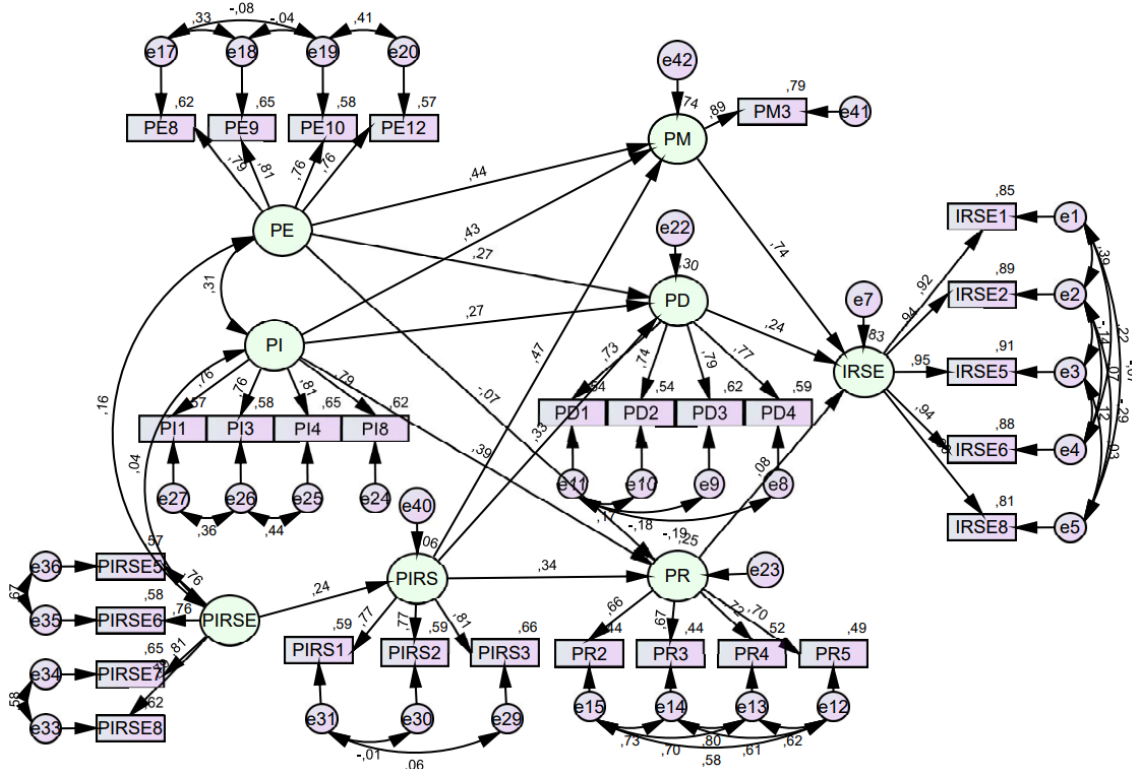


Figura 15 - Diagrama de caminhos do modelo teórico inicial alterado

Legenda: PE - Pressões Externas; PI - Pressões Institucionais; PQRSE - Perceção sobre a Qualidade do Relato da Sustentabilidade Empresarial; PIRS - Perceção sobre a importância do relato da RSE; PM - Práticas Morais; PD - Práticas Discricionárias; PR - Práticas Relacionais; IRSE - Indicador de RSE.

Através da análise do modelo estrutural inicial, verifica-se as hipóteses H1 (PE e PM), H4 (PI e PM), H8 (PIRS e PM); H11 (PM e IRSE), não apresentam uma correlação significativa (representadas na figura 15), por apresentarem um *p-value* superior a 0.05. Procedeu-se assim à exclusão da variável PM do modelo teórico.

Relativamente ao ajustamento do modelo teórico inicial, este apresenta um ajustamento deficitário em todas as medidas consideradas, conforme se verifica na tabela 15 (Hair et al., 1998; Marôco, 2010).

Tabela 15 - Medidas de ajustamento global do modelo estrutural inicial

Medida	Medidas absolutas			Medidas incrementais			Medidas parcimoniais	
	χ^2 / gl	RMSEA	GFI	AGFI	NFI	CFI	PNFI	PGFI
Valor	8,33	0,13	0,65	0,61	0,67	0,70	0,65	0,59
Valor de referência]1;2]	< 0.05	[0.8;0.9[]0.81; 0.9]	>0.83	[0.9;0.95[[0.6;0.8[[0.6;0.8[
Resultado	Não aceitável	Não aceitável	Não aceitável	Não aceitável	Não aceitável	Não aceitável	Não aceitável	Não aceitável

Os resultados da avaliação do modelo teórico estrutural inicial encontram-se apresentados na figura 16.

Tabela 16 - Resultados da avaliação do modelo teórico inicial

Parâmetros	Coefficiente não estandardizado	Coefficiente estandardizado	p-value	R ²
PE - PM	0,863	0,411	***	0,739
PI - PM	0,840	0,429	***	
PIRS - PM	0,901	0,474	***	
PE - PD	0,250	0,268	***	0,303
PI - PD	0,250	0,268	***	
PIRS - PD	0,295	0,326	***	
PE - PR	-0,051	-0,067	0,398	0,252
PI - PR	0,295	0,386	***	
PIRS - PR	0,250	0,337	***	
PQRSE - PIRS	0,250	0,242	***	0,059
PM - IRSE	0,901	0,738	***	0,826
PD - IRSE	0,618	0,241	***	
PR - IRSE	0,250	0,080	***	

Legenda: PE - Pressões Externas; PI - Pressões Institucionais; PQRSE - Perceção sobre a Qualidade do Relato da Sustentabilidade Empresarial; PIRS - Perceção sobre a importância do relato da RSE; PM - Práticas Morais; PD - Práticas Discricionárias; PR - Práticas Relacionais; IRSE - Indicador de RSE; R² – coeficiente de determinação; *** - valor significativo para 0.1%.

A melhoria do modelo estrutural passa pela sua revisão, pela eliminação das relações e dos itens que não apresentaram significância estatística.

5.4.2 Avaliação do modelo estrutural revisto

Ao rever o modelo estrutura inicial, procedeu-se à eliminação do construto PM e das suas relações correlações com as outras variáveis, por não apresentarem significância estatística. O modelo revisto apresenta todas as relações significativas ($p < 0.01$), exceto a relação entre as variáveis PE-PR, como se mostra na figura 16. As covariâncias de erro mantiveram-se neste modelo iguais à do modelo inicial.

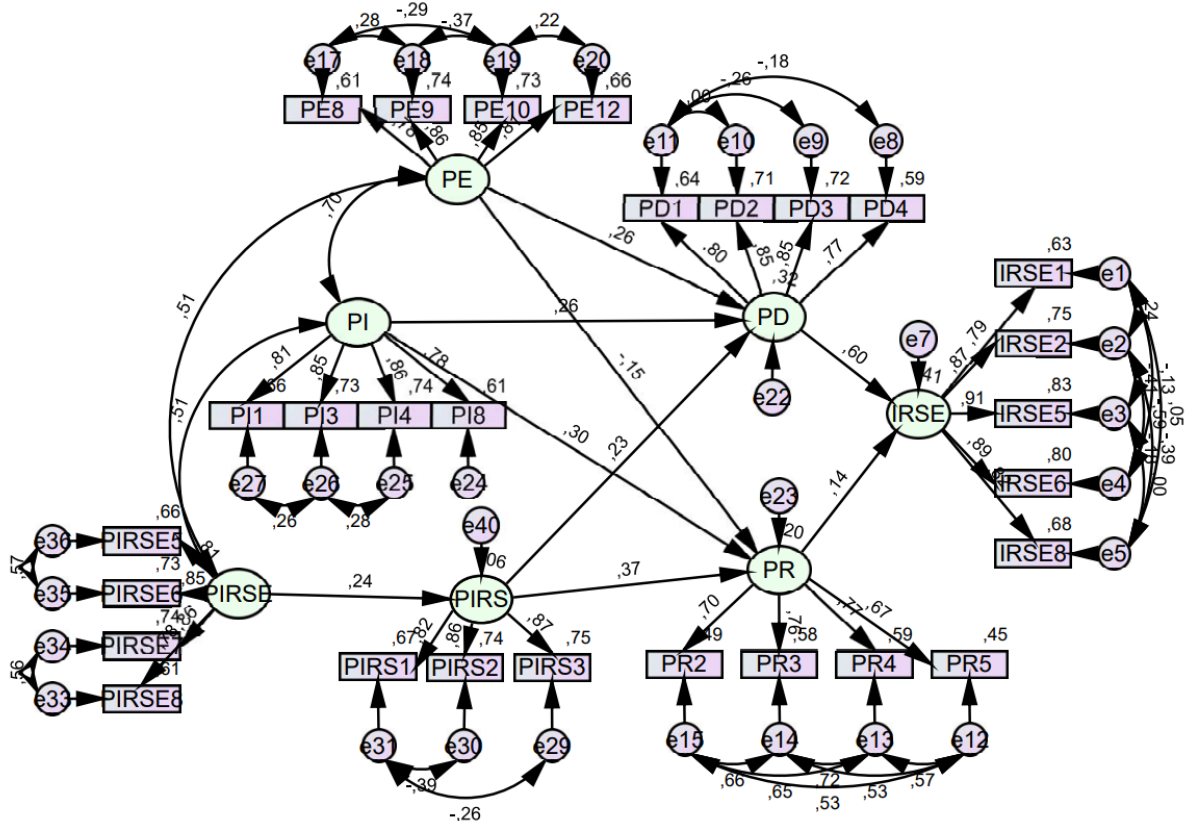


Figura 16 - Diagrama de caminhos do modelo teórico revisto

Legenda: PE - Pressões Externas; PI - Pressões Institucionais; PQRSE - Perceção sobre a Qualidade do Relato da Sustentabilidade Empresarial; PIRS - Perceção sobre a importância do relato da RSE; PD - Práticas Discricionárias; PR - Práticas Relacionais; IRSE - Indicador de RSE.

A tabela 17 apresenta as medidas de ajustamento do modelo revisto. Todos os indicadores encontram-se dentro dos patamares de aceitabilidade com exceção do AGFI (Hair et al., 1998; Marôco, 2010). A medida AGFI é a única que está muito próximo do limiar da aceitabilidade, considera-se que o modelo apresenta um ajustamento aceitável.

Tabela 17 - Medidas de ajustamento global do modelo estrutural revisto

	Medidas de ajustamento no modelo teórico revisto							
	Medidas absolutas			Medidas incrementais			Medidas parcimoniais	
Medida	χ^2 / gl	RMSEA	GFI	AGFI	NFI	CFI	PNFI	PGFI
Valor	3,99	0,08	0,81	0,79	0,85	0,88	0,82	0,72
Valor de referência]1;2]	< 0.05	[0.8;0.9[]0.81; 0.9]	>0.83	[0.9;0.95[[0.6;0.8[[0.6;0.8[
Resultado	Aceitável até 5	Aceitável de 0,08 a 0,09	Ajustamento aceitável	Próximo do nível limiar de aceitabilidade (0,81)	Ajustamento aceitável	Ajustamento aceitável	Ajustamento bom	Ajustamento bom

Os resultados da avaliação do modelo teórico revisto estão apresentados na tabela 18. Analisando esta tabela, verifica-se que as relações do modelo revisto são significativas para 0.5% ($p < 0.005$). A relação entre as variáveis PE e PR apresenta uma relação negativa ($\beta = -0.146$; $p\text{-value} = 0.045$).

Considerando as 9 hipóteses de investigação incluídas no modelo estrutural revisto, 8 são suportadas estatisticamente (H2, H5, H6, H7, H9, H10, H12 e H13) e 1 rejeitada (H3).

A condição necessária para que o modelo estrutural seja considerado explicativo das variáveis dependentes prende-se com o coeficiente de determinação (R^2) que deverá ser igual ou superior a 0.25 (Marôco, 2010). Esta condição encontra-se cumprida nas variáveis dependentes PD e IRSE, considerando o seu valor de R^2 .

Os valores do indicador R^2 permitem concluir que: as PE, PI e PIRS explicam 31.60% da variância de PD; e todas as variáveis do modelo explicam 40.60% de IRSE.

Tabela 18 - Resultados da avaliação do modelo teórico revisto

Hipótese	Parâmetros	Coeficiente não estandardizado	Coeficiente estandardizado	p-value	R^2
H2	PE - PD	0,252	0,262	***	0,316
H5	PI - PD	0,252	0,262	***	
H9	PIRS - PD	0,214	0,230	***	
H3	PE - PR	-0,104	-0,146	0,045	0,198
H6	PI - PR	0,214	0,301	***	
H10	PIRS - PR	0,252	0,365	***	
H7	PQRSE - PIRS	0,252	0,245	***	0,060
H12	PD - IRSE	0,805	0,597	***	0,406
H13	PR - IRSE	0,252	0,138	***	

Legenda: PE - Pressões Externas; PI - Pressões Institucionais; PQRSE - Perceção sobre a Qualidade do Relato da Sustentabilidade Empresarial; PIRS - Perceção sobre a importância do relato da RSE; PD - Práticas Discricionárias; PR - Práticas Relacionais; IRSE - Indicador de RSE; R^2 - coeficiente de determinação; *** - valor significativo para 0.1%.

5.4.3 Avaliação do efeito direto, indireto e total

Recorrendo aos cálculos feitos automaticamente pelo *software* AMOS, é possível analisar os efeitos diretos, indiretos e totais entre os construtos (tabela 19).

Tabela 19 - Efeitos diretos, indiretos e totais

	PQRSE	PI	PE	PIRS	PR	PD	IRSE
Efeitos diretos padronizados							
PD	0,000	0,262	0,262	0,230	0,000	0,000	0,000
IRSE	0,000	0,000	0,000	0,000	0,138	0,597	0,000
Efeitos indiretos padronizados							
PD	0,056	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
IRSE	0,046	0,198	0,136	0,188	0,000	0,000	0,000
Efeitos totais padronizados							
PD	0,056	0,262	0,262	0,230	0,000	0,000	0,000
IRSE	0,046	0,198	0,136	0,188	0,138	0,597	0,000

Legenda: PE - Pressões Externas; PI - Pressões Institucionais; PQRSE - Perceção sobre a Qualidade do Relato da Sustentabilidade Empresarial; PIRS - Perceção sobre a importância do relato da RSE; PD - Práticas Discricionárias; PR - Práticas Relacionais; IRSE - Indicador de RSE.

Analisando o modelo revisto, conclui-se que PE, PI e PIRS têm um efeito direto na PD de 0.262, 0.252 e 0.230, respetivamente. A variável PQRSE tem o efeito indireto na PD de 0.056.

No respeitante à variável IRSE, esta é influenciada diretamente pelas variáveis PR e PD de 0.138 e 0.597, respetivamente. As variáveis PQRSE, PI, PE e PIRS têm o efeito indireto na IRSE de 0.046, 0.198, 0.136 e 0.188, respetivamente.

5.5 Discussão dos resultados

Pretendeu-se analisar os fatores externos e internos que impactam as práticas de RSE e estas, por sua vez, influenciam o indicador de RSE das PME's portuguesas. Com esse fim, pretendeu-se avaliar se as PE, as PI, a PIRS e a PQRSE impactam as PM, as PD e as PR e se estas últimas, por sua vez, afetam o IRSE.

No modelo teórico inicialmente proposto foram consideradas 13 hipóteses de investigação. Através da avaliação do modelo foram excluídas a variável PM e as hipóteses H1, H4, H8 e H11. Disto, resultou o modelo alterado com 9 hipóteses (H2, H3, H5, H6, H7, H9, H10, H12 e H13).

Da avaliação do modelo alterado, concluiu-se pelo ajustamento adequado para a avaliação das hipóteses identificadas.

O efeito das PE nas PD é positivo e significativo ($\beta=0.262$; $p\text{-value}<0.001$). Logo, a H2 é suportada em linha com os resultados de DiMaggio & Powell (1983), Tolbert & Zucker (1983), David et al. (2005), Abdullah & Abdul Aziz (2013), Momin & Parker (2013), Tian et al. (2015), Agyabeng-Mensah et al. (2022) e Shamil et al. (2022).

Relativamente aos resultados entre PE e PR conclui-se que não existe um impacto positivo e significativo ($\beta=-0.146$; $p\text{-value}=0.045$), o que leva a rejeitar a H3. Os resultados contrariam as conclusões de DiMaggio & Powell (1983), Tolbert & Zucker (1983), David et al. (2005), Abdullah & Abdul Aziz (2013), Momin & Parker (2013), Tian et al. (2015), Agyabeng-Mensah et al. (2022) e Shamil et al. (2022).

Os resultados mostram que as PI têm um efeito positivo e significativo no PD ($\beta=0.262$; $p\text{-value}<0.001$), o que leva a suportar a H5. Os resultados estão conforme as conclusões de Sangle (2010), Bondy et al. (2012), Abdullah & Abdul Aziz (2013), Zhu et al. (2013), Li (2014), Singh et al. (2014), Beddewela & Fairbrass (2016) e Shamil et al. (2022).

O efeito das PI nas PR é positivo e significativo ($\beta=0.301$; $p\text{-value}<0.001$). Assim, a H6 é suportada e vai ao encontro aos resultados apresentados por Sangle (2010), Bondy et al. (2012), Abdullah & Abdul Aziz (2013), Zhu et al. (2013), Li (2014), Singh et al. (2014), Beddewela & Fairbrass (2016) e Shamil et al. (2022).

A PQRSE tem impacto positivo e significativo no PIRS ($\beta=0.245$; $p\text{-value}<0.001$). Logo, a H7 é suportada. Os resultados estão em sintonia com os obtidos por Chiat & Chi (2013), Michelon et al. (2015) e Appiah-Kubi (2024).

Quanto à relação entre as dimensões PIRS e PD, esta mostra-se positiva e significativa ($\beta=0.230$; $p\text{-value}<0.001$), o que leva a suportar a H9. Desta forma, os resultados deste estudo estão em consonância com os verificados por Ortiz et al. (2023) e Guerrero-Baena et al. (2024).

Os resultados apontam que a PIRS apresenta um efeito positivo e significativo nas PR ($\beta=0.365$; $p\text{-value}<0.001$). Logo, a H10 é suportada e vai de encontro aos resultados apresentados por Ortiz et al. (2023) e Guerrero-Baena et al. (2024).

As PD têm um efeito positivo e significativo no IRSE ($\beta=0.597$; $p\text{-value}<0.001$). Assim, a H12 é suportada neste estudo. Os resultados estão de acordo com Kanji & Chopra

(2010), Frynas & Yamahaki (2016), López-Pérez et al. (2017), Badia et al. (2020) e Qian et al. (2020).

No que diz respeito à relação entre as PR relativamente ao IRSE, esta mostra-se positiva e significativa ($\beta=0.138$; $p\text{-value}<0.001$), suportando a H13. Este resultado também é verificado por Kanji & Chopra (2010), Frynas & Yamahaki (2016), López-Pérez et al. (2017), Badia et al. (2020) e Qian et al. (2020).

Por último, os resultados mostram que as variáveis do modelo explicam 40.6% da variância de IRSE.

Concluindo a análise e discussão dos resultados, apresentar-se-á no capítulo seis as conclusões, as limitações deste estudo e as possíveis linhas de investigação futura.

O capítulo final desta dissertação é dedicado às principais conclusões da pesquisa, bem como às suas contribuições e as limitações do estudo. Para finalizar, são apresentadas sugestões para futuras investigações.

6.1 Principais conclusões

A RSC têm ganho notoriedade no meio empresarial desde a década 90 do século passado. Esta mudança de paradigma tem sido liderada por grandes empresas, muitas delas multinacionais, com capacidade para responder aos desafios legais, como as recomendações no Código de Governo das Sociedades pela CMVM, e às crises financeiras globais, como a de 2008, que aumentou a necessidade de maior transparência nas questões ESG (Ortiz-Martínez & Marín-Hernández, 2022).

No contexto europeu, a Diretiva 2014/95/EU veio introduzir uma mudança nas práticas de sustentabilidade das empresas em Portugal. Consequentemente, as PME's portuguesas, que representam quase a totalidade do tecido empresarial nacional, assistirão a um maior escrutínio na verificação das suas informações não financeiras (Gannon et al., 2021; Pordata, 2023).

Neste sentido, as PME's portuguesas sofrem pressões de várias ordens o que, conjuntamente com as suas próprias crenças e códigos de valores internos, impulsionam um conjunto de práticas de RSE. Pretendeu-se com este estudo identificar e descrever as práticas de relato da sustentabilidade e *assurance* das PME's portuguesas e compreender as suas determinantes.

Com base numa amostra de 422 PME's portuguesas foi possível responder aos seguintes objetivos específicos desta investigação: (1) As pressões externas influenciam diretamente as práticas morais, as práticas discricionárias e as práticas relacionais; (2) As pressões institucionais influenciam diretamente as práticas morais, as práticas discricionárias e as práticas relacionais; (3) A perceção sobre a qualidade do relato de sustentabilidade empresarial influencia diretamente a perceção sobre a importância do relato da RSE; (4) A perceção sobre a importância do relato da RSE influencia diretamente as práticas morais, as práticas discricionárias e as práticas relacionais; (5) As práticas morais, as práticas discricionárias e as práticas relacionais influenciam diretamente o indicador de RSE.

Como a variável PM foi afastada no modelo proposto, não foi possível validar as H1, H4, H8 e H11. As conclusões são referentes às restantes hipóteses postuladas no modelo.

Relativamente ao primeiro objetivo, os resultados mostram que as pressões externas têm uma influência direta nas práticas discricionárias, mas não há impacto significativo das pressões externas nas práticas relacionais. Assim, os resultados suportam a segunda hipótese de investigação (H2) e rejeitam a terceira hipótese de investigação (H3). Isto vai de encontro dos fundamentos apresentados nos estudos de DiMaggio & Powell (1983), Tolbert & Zucker (1983), David et al. (2005), Abdullah & Abdul Aziz (2013), Momin & Parker (2013), Tian et al. (2015), Agyabeng-Mensah et al. (2022) e Shamil et al. (2022) para a H2 mas não para a H3.

Quanto ao segundo objetivo, os resultados mostram uma influência direta entre as pressões institucionais e as práticas discricionárias e as práticas relacionais, dando assim suporte à H5 e à H6. Os resultados do estudo estão de acordo com as evidências de Sangle (2010), Bondy et al. (2012), Abdullah & Abdul Aziz (2013), Zhu et al. (2013), Li (2014), Singh et al. (2014), Beddewela & Fairbrass (2016) e Shamil et al. (2022).

No que diz respeito ao terceiro objetivo, os resultados mostram uma correlação significativa entre PQRSE e PIRS, ou seja, a perceção sobre a qualidade do relato de sustentabilidade empresarial influencia diretamente a perceção sobre a importância do relato da RSE. Neste sentido, H7 é suportada e está de acordo com os fundamentos apresentados por Chiat & Chi (2013), Michelon et al. (2015) e Appiah-Kubi (2024).

Em relação ao quarto objetivo, os resultados apontam para a influência direta da perceção sobre a importância do relato da RSE nas práticas discricionárias e as práticas relacionais. Assim, suporta-se a nona e a décima hipóteses de investigação (H9 e H10). Os resultados vão de encontro dos fundamentos apresentados por Ortiz et al. (2023) e Guerrero-Baena et al. (2024).

Nesta investigação é possível concluir que as variáveis PE, PI e PIRS, em conjunto, explicam 31.6% das PD.

Relativamente ao último objetivo, é possível concluir que as práticas discricionárias e as práticas relacionais influenciam diretamente o indicador de RSE. Assim, as últimas duas hipóteses formuladas neste estudo (H12 e H13) são suportadas. Os resultados estão de

acordo com as evidências de Kanji & Chopra (2010), Frynas & Yamahaki (2016), López-Pérez et al. (2017), Badia et al. (2020) e Qian et al. (2020).

De salientar que, neste estudo, verifica-se que todas as variáveis do modelo explicam 40.6% do IRSE.

As conclusões destacam os papéis significativos desempenhados pelas Pressões Externas, pelas Pressões Institucionais e pela Perceção sobre a Importância da RSE na formação das Práticas Discricionárias que contribuem para o Indicador de RSE. Estas conclusões sublinham a necessidade de políticas e iniciativas específicas para apoiar as PME's na adoção de práticas e relatórios de sustentabilidade. Para além disso, as PME's devem dar prioridade ao desenvolvimento de uma cultura ética forte, às expectativas das partes interessadas e ao reconhecimento dos benefícios dos relatórios de sustentabilidade.

6.2 Contribuições do estudo

Este estudo melhora a compreensão dos fatores que impulsionam o envolvimento das PME's nos relatórios de sustentabilidade e na RSE. Ao abordar estes fatores, as PME's podem melhorar a sua reputação, reforçar a sua competitividade e contribuir para um futuro mais sustentável.

As conclusões podem ainda ser úteis para os decisores políticos e outros grupos da sociedade responsáveis pela formulação e aplicação de políticas destinadas às PME's. Para incentivar a RSE, é crucial que os decisores políticos explorem as motivações para o fazer.

Adicionalmente, contribui-se para o aumento de estudos desta área em Portugal, que são muito escassos, dadas as particularidades do mercado empresarial nacional. Este documento representa uma primeira aproximação a um domínio que tem sido pouco abordado pela investigação na RSE e que merece uma atenção mais detalhada

6.3 Limitações do estudo

Apesar dos contributos significativos do estudo, há que reconhecer várias limitações. Em primeiro lugar, a amostra foi limitada às PME portuguesas, o que pode restringir a generalização dos resultados a outras regiões geográficas ou contextos empresariais.

Em segundo lugar, a utilização de questionários como principal método de recolha de dados introduz um potencial enviesamento de resposta, uma vez que as perceções dos

inquiridos podem não estar totalmente alinhadas com as práticas de sustentabilidade reais das suas empresas. Pode ainda a generalização dos resultados estar limitada pela utilização de uma amostra por conveniência e não probabilística (Etikan et al., 2016).

Além disso, as motivações não permanecem necessariamente inalteradas, uma vez que são específicas de um determinado momento no tempo; como tal, a natureza transversal dos dados limita a capacidade de avaliar as alterações ao longo do tempo.

6.4 Linhas de investigação futura

A investigação futura poderia alargar o âmbito geográfico, examinando a forma como as perceções dos relatórios de sustentabilidade diferem entre países ou regiões. Além disso, outros estudos poderiam explorar os fatores que influenciam as práticas de sustentabilidade das PME em diversos contextos e investigar os impactos a longo prazo dos relatórios de sustentabilidade no desempenho das PME.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdullah, Z., & Abdul Aziz, Y. (2013). Institutionalizing corporate social responsibility: Effects on corporate reputation, culture, and legitimacy in Malaysia. *Social Responsibility Journal*, 9(3), 344–361. <https://doi.org/10.1108/SRJ-05-2011-0110>
- Abhayawansa, S., Guthrie, J., & Bernardi, C. (2019). Intellectual capital accounting in the age of integrated reporting: A commentary. *Journal of Intellectual Capital*, 20(1), 2–10. <https://doi.org/10.1108/JIC-01-2019-223>
- Adams, C. A., & Abhayawansa, S. (2022). Connecting the COVID-19 pandemic, environmental, social and governance (ESG) investing and calls for ‘harmonisation’ of sustainability reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, 82, 102309. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2021.102309>
- Adams, C. A., Alhamood, A. M., He, X., Tian, J., Wang, L., & Wang, Y. (2022). The development and implementation of GRI Standards: Practice and policy issues. *Handbook of Accounting and Sustainability*. <https://drCarolAdams.net/the-development-and-implementation-of-gri-standards-practice-and-policy-issues/>
- Agyabeng-Mensah, Y., Afum, E., Baah, C., & Essel, D. (2022). Exploring the role of external pressure, environmental sustainability commitment, engagement, alliance and circular supply chain capability in circular economy performance. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, 52(5/6), 431–455. <https://doi.org/10.1108/IJPDLM-12-2021-0514>
- Ainur, A. K., Sayang, M. D., Jannoo, Z., & Yap, B. W. (2017). Sample Size and Non-normality Effects on Goodness of Fit Measures in Structural Equation Model. *Pertanika Journal of Science and Technology*, 25, 575–586.

- Almeida, M. C. (2023). Responsabilidade Social das Empresas: O papel da comunicação no combate ao Greenwashing. *The Trends Hub*, 3, Artigo 3. <https://doi.org/10.34630/tth.vi3.5022>
- Al-Muhanadi, M., Al-Fadhel, H., & Al-Jalahma, A. (2020). How can the Accounting Profession Contribute to the Reduction of CO2 Emissions in the GCC Region? *2020 Second International Sustainability and Resilience Conference: Technology and Innovation in Building Designs (51154)*, 1–4. <https://doi.org/10.1109/IEEECONF51154.2020.9319946>
- Amaeshi, K., Adegbite, E., Ogbechie, C., Idemudia, U., Kan, K. A. S., Issa, M., & Anakwue, O. I. J. (2016). Corporate Social Responsibility in SMEs: A Shift from Philanthropy to Institutional Works? *Journal of Business Ethics*, 138(2), 385–400. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2633-1>
- Anderson, J. C., & Gerbing, D. W. (1988). Structural equation modeling in practice: A review and recommended two-step approach. *Psychological Bulletin*, 103(3), 411–423. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.103.3.411>
- Appiah-Kubi, E. (2024). Management knowledge and sustainability reporting in SMEs: The role of perceived benefit and stakeholder pressure. *Journal of Cleaner Production*, 434, 140067. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.140067>
- Association of Chartered Certified Accountants (ACCA). (2021, novembro). *Accountants and SMEs Creating A Sustainable World: SME Community Views*. ACCA. https://www.accaglobal.com/content/dam/ACCA_Global/professional-insights/SMEsustainability/PI-SME-SUSTAINABILITY%E2%80%933VIEWS%20v3.pdf

- Ayuso, S., Roca, M., & Colomé, R. (2013). SMEs as “transmitters” of CSR requirements in the supply chain. *Supply Chain Management: An International Journal*, 18(5), 497–508. <https://doi.org/10.1108/SCM-04-2012-0152>
- Bacharach, S. B. (1989). Organizational Theories: Some Criteria for Evaluation. *Academy of Management Review*, 14(4), 496–515. <https://doi.org/10.5465/amr.1989.4308374>
- Badia, F., Bracci, E., & Tallaki, M. (2020). Quality and Diffusion of Social and Sustainability Reporting in Italian Public Utility Companies. *Sustainability*, 12(11), Artigo 11. <https://doi.org/10.3390/su12114525>
- Baldvinsdottir, G., Hagberg, A., Johansson, I., Jonäll, K., & Marton, J. (2011). Accounting research and trust: A literature review. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 8(4), 382–424. <https://doi.org/10.1108/11766091111189891>
- Barnett, M. L., & Salomon, R. M. (2012). Does it pay to be really good? Addressing the shape of the relationship between social and financial performance. *Strategic Management Journal*, 33(11), 1304–1320. <https://doi.org/10.1002/smj.1980>
- Barney, J. B. (2001). Resource-based theories of competitive advantage: A ten-year retrospective on the resource-based view. *Journal of Management*, 27(6), 643–650. <https://doi.org/10.1177/014920630102700602>
- Base, P., & Vaz Ribeiro, A. (2022). *Introdução ao Reporte Não Financeiro*. APEE – Associação de Ética Empresarial. <https://pmesustentavel.apee.pt/media/oqgd22tx/brochura-informa%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-financeira-compressed.pdf>

- Baumann-Pauly, D., Wickert, C., Spence, L. J., & Scherer, A. G. (2013). Organizing Corporate Social Responsibility in Small and Large Firms: Size Matters. *Journal of Business Ethics*, *115*(4), 693–705. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1827-7>
- Baumgartner, H., & Homburg, C. (1996). Applications of structural equation modeling in marketing and consumer research: A review. *International Journal of Research in Marketing*, *13*(2), 139–161. [https://doi.org/10.1016/0167-8116\(95\)00038-0](https://doi.org/10.1016/0167-8116(95)00038-0)
- Beddewela, E., & Fairbrass, J. (2016). Seeking Legitimacy Through CSR: Institutional Pressures and Corporate Responses of Multinationals in Sri Lanka. *Journal of Business Ethics*, *136*(3), 503–522. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2478-z>
- Bilich, F., Silva, R. D., & Ramos, P. (2006). Análise de flexibilidade em economia da informação: Modelagem de equações estruturais. *JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management*, *3*, 93–122. <https://doi.org/10.4301/S1807-17752006000200002>
- Bondy, K., Moon, J., & Matten, D. (2012). An Institution of Corporate Social Responsibility (CSR) in Multi-National Corporations (MNCs): Form and Implications. *Journal of Business Ethics*, *111*(2), 281–299. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1208-7>
- Brammer, S., Hojmosse, S., & Marchant, K. (2012). Environmental Management in SMEs in the UK: Practices, Pressures and Perceived Benefits. *Business Strategy and the Environment*, *21*(7), 423–434. <https://doi.org/10.1002/bse.717>
- Cantele, S., & Zardini, A. (2020). What drives small and medium enterprises towards sustainability? Role of interactions between pressures, barriers, and benefits. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, *27*(1), 126–136. <https://doi.org/10.1002/csr.1778>

- Chandola, V., Kumar, V., & Banerjee, A. (2007). Outlier Detection: A Survey. *ACM Computing Surveys*, 41.
- Chartered Accountants Australia and New Zealand & Association of Chartered Certified Accounts (ACCA). (2022). *How SMEs can create a more sustainable world*. ACCA. https://www.accaglobal.com/content/dam/ACCA_Global/professional-insights/SMEsustainability/ACCA%20CAANZ%20Playbook-ART.pdf
- Cheng, M., Green, W., Conradie, P., Konishi, N., & Romi, A. (2014). The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 25(1), 90–119. <https://doi.org/10.1111/jifm.12015>
- Chiat, H. S., & Chi, W. D. (2013). Perception of Preparers and Users on Sustainability Reporting in Singapore. *Journal of Education and Vocational Research*, 4(6), 174–183. <https://doi.org/10.22610/jevr.v4i6.117>
- Ciliberti, F., Baden, D., & Harwood, I. A. (2009). Insights into supply chain pressure on CSR-practice: A multiple-case study of SMEs in the UK. *Operations and Supply Chain Management*, 2(3), Artigo 3.
- Comissão Europeia. (2003, maio 6). *Recomendação da Comissão, de 6 de Maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas—2003/361/CE*. <https://eur-lex.europa.eu/eli/reco/2003/361/oj?locale=pt>
- Cooper, S. M., & Owen, D. L. (2007). Corporate social reporting and stakeholder accountability: The missing link. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7), 649–667. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2007.02.001>
- Cuadrado-Ballesteros, B., Martínez-Ferrero, J., & García-Sánchez, I. M. (2017). Mitigating information asymmetry through sustainability assurance: The role of

- accountants and levels of assurance. *International Business Review*, 26(6), 1141–1156. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2017.04.009>
- David, P., Kline, S., & Dai, Y. (2005). Corporate Social Responsibility Practices, Corporate Identity, and Purchase Intention: A Dual-Process Model. *Journal of Public Relations Research*, 17(3), 291–313. https://doi.org/10.1207/s1532754xjpr1703_4
- Dey, P. K., Malesios, C., De, D., Chowdhury, S., & Abdelaziz, F. B. (2020). The Impact of Lean Management Practices and Sustainably-Oriented Innovation on Sustainability Performance of Small and Medium-Sized Enterprises: Empirical Evidence from the UK. *British Journal of Management*, 31(1), 141–161. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.12388>
- DiMaggio, P., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields (translated by G. Yudin). *Journal of Economic Sociology*, 48(2), 147–160. <https://doi.org/10.17323/1726-3247-2010-1-34-56>
- Dincer, C., & Dincer, B. (2010). An investigation of Turkish small and medium-sized enterprises online CSR communication. *Social Responsibility Journal*, 6(2), 197–207. <https://doi.org/10.1108/17471111011051711>
- Dumay, J., Guthrie, J., & Rooney, J. (2020). Being critical about intellectual capital accounting in 2020: An overview. *Critical Perspectives on Accounting*, 70, 102185. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2020.102185>
- Elkington, J. (1994). Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development. *California Management Review*, 36(2), 90–100. <https://doi.org/10.2307/41165746>

- Etikan, I., Abubakar Musa, S., & Sunusi Alkassim, R. (2016). Comparison of Convenience Sampling and Purposive Sampling. *American Journal of Theoretical and Applied Statistics*, 5(1), 1–4. <https://doi.org/10.11648/j.ajtas.20160501.11>
- European Commission. (2021). *Proposal for a Directive of The European Parliament and of The Council amending Directive 2013/34/EU, Directive 2004/109/EC, Directive 2006/43/EC and Regulation (EU) No 537/2014, as regards corporate sustainability reporting*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52021PC0189>
- European Union. (2019, junho 20). *Guidelines on non-financial reporting: Supplement on reporting climate-related information—Official Journal of the European Union—C II - 209—1-30*. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019XC0620\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019XC0620(01)&from=EN)
- Evans, S., Vladimirova, D., Holgado, M., Van Fossen, K., Yang, M., Silva, E. A., & Barlow, C. Y. (2017). Business Model Innovation for Sustainability: Towards a Unified Perspective for Creation of Sustainable Business Models. *Business Strategy and the Environment*, 26(5), 597–608. <https://doi.org/10.1002/bse.1939>
- Eweje, G. (2020). Proactive environmental and social strategies in a small- to medium-sized company: A case study of a Japanese SME. *Business Strategy and the Environment*, 29(7), 2927–2938. <https://doi.org/10.1002/bse.2582>
- Flower, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1–17. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002>

- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating Structural Equation Models with Unobservable Variables and Measurement Error. *Journal of Marketing Research*, 18(1), 39–50. <https://doi.org/10.1177/002224378101800104>
- Frynas, J. G., & Yamahaki, C. (2016). Corporate social responsibility: Review and roadmap of theoretical perspectives. *Business Ethics: A European Review*, 25(3), 258–285. <https://doi.org/10.1111/beer.12115>
- FSC. (2021, julho). *O que é o FSC?* Apresentação do FSC. <https://pt.fsc.org/sites/default/files/2021-07/O%20que%20%C3%A9%20o%20FSC.pdf>
- Gamede, V., & Kimanzi, M. (2020). *Embracing The Role Of Finance In Sustainability For SMEs*. <https://doi.org/10.34109/ijefs.202012213>
- Gannon, K. E., Crick, F., Atela, J., & Conway, D. (2021). What role for multi-stakeholder partnerships in adaptation to climate change? Experiences from private sector adaptation in Kenya. *Climate Risk Management*, 32, 100319. <https://doi.org/10.1016/j.crm.2021.100319>
- Gao, S., Mokhtarian, P. L., & Johnston, R. A. (2008). Nonnormality of Data in Structural Equation Models. *Transportation Research Record*, 2082(1), 116–124. <https://doi.org/10.3141/2082-14>
- García-Torea, N., Fernández-Feijoo, B., & De La Cuesta, M. (2020). CSR reporting communication: Defective reporting models or misapplication? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(2), 952–968. <https://doi.org/10.1002/csr.1858>
- González Pérez, M., & Ortiz Martínez, E. (2017). Información no financiera y su verificación externa: GRI. *Revista de responsabilidad social de la empresa*, 27 (Cuatrimestre III), 85–106.

- Graafland, J., van de Ven, B., & Stoffele, N. (2003). Strategies and Instruments for Organising CSR by Small and Large Businesses in the Netherlands. *Journal of Business Ethics*, 47(1), 45–60. <https://doi.org/10.1023/A:1026240912016>
- Gray, S. J. (1988). Towards a Theory of Cultural Influence on the Development of Accounting Systems Internationally. *Abacus*, 24(1), 1–15. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.1988.tb00200.x>
- GRI. (2023). *GRI 1: Fundamentos 2021—Norma Universal*. GRI. <https://globalreporting.org/pdf.ashx?id=13898&page=8>
- Grung, B., & Manne, R. (1998). Missing values in principal component analysis. *Chemometrics and Intelligent Laboratory Systems*, 42(1), 125–139. [https://doi.org/10.1016/S0169-7439\(98\)00031-8](https://doi.org/10.1016/S0169-7439(98)00031-8)
- Guerrero-Baena, M. D., Castilla-Polo, F., & Rodríguez-Gutiérrez, P. (2024). Motivations for social and environmental reporting in Spanish SMEs: An inductive content analysis. *Business Strategy and the Environment*, 33(5), 4130–4144. <https://doi.org/10.1002/bse.3693>
- Hair, J., Andreson, R., Tatham, R., & Black, W. (1998). *Multivariate data analysis* (5th ed). New Jersey: Prentice-Hall Inc.
- Halamka, R., & Teplý, P. (2017). The Effect of Ethics on Banks' Financial Performance. *Prague Economic Papers*, 26(3), 330–344.
- Halkos, G., & Nomikos, S. (2021). Corporate social responsibility: Trends in global reporting initiative standards. *Economic Analysis and Policy*, 69, 106–117. <https://doi.org/10.1016/j.eap.2020.11.008>
- Hancock, G. R., & Mueller, R. O. (Eds.). (2006). *Quantitative methods in education and the behavioral sciences: Issues, research, and teaching. Structural equation modeling: A second course, (1^a ed.)*. IAP Information Age Publishing.

- Hartshorn, J., & Wheeler, D. (2002). Facilitating Strategic Business Responses to Sustainability: Prospects and Challenges for Professional Services Firms. *Greener Management International*, 40, 107–119.
- Hofstede, G. (2001). *Culture's Consequences: Comparing Values, Behaviors, Institutions and Organizations Across Nations*. SAGE.
- Hussain, N., Rigoni, U., & Oriji, R. P. (2018). Corporate Governance and Sustainability Performance: Analysis of Triple Bottom Line Performance. *Journal of Business Ethics*, 149(2), 411–432. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3099-5>
- IASB. (2018). *IAS 1 Presentation of Financial Statements*. International Accounting Standards Board. <https://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias1>
- IFRS Foundation. (2022, março 24). *IFRS Foundation and GRI to align capital market and multi-stakeholder standards to create an interconnected approach for sustainability disclosures*. <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2022/03/ifrs-foundation-signs-agreement-with-gri/>
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2007). *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas* Rev.3. https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf
- Kanji, G. K., & Chopra, P. K. (2010). Corporate social responsibility in a global economy. *Total Quality Management & Business Excellence*, 21(2), 119–143. <https://doi.org/10.1080/14783360903549808>
- Khoja, F., Adams, J., Kauffman, R., & Yegiyan, M. (2022). How SMEs benefit from environmental sustainability strategies and practices. *Supply Chain Forum: An International Journal*, 23(2), 97–112. <https://doi.org/10.1080/16258312.2022.2036580>

- Kılıç, M., & Kuzey, C. (2018). Determinants of forward-looking disclosures in integrated reporting. *Managerial Auditing Journal*, 33(1), 115–144. <https://doi.org/10.1108/MAJ-12-2016-1498>
- Knight, H., Megicks, P., Agarwal, S., & Leenders, M. a. a. m. (2019). Firm resources and the development of environmental sustainability among small and medium-sized enterprises: Evidence from the Australian wine industry. *Business Strategy and the Environment*, 28(1), 25–39. <https://doi.org/10.1002/bse.2178>
- KPMG International. (2023, outubro). *Big shifts, small steps—Survey of Sustainability Reporting* 2022. <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/se/pdf/komm/2022/Global-Survey-of-Sustainability-Reporting-2022.pdf>
- Krasodomska, J., Michalak, J., & Świetla, K. (2020). Directive 2014/95/EU: Accountants’ understanding and attitude towards mandatory non-financial disclosures in corporate reporting. *Meditari Accountancy Research*, 28(5), 751–779. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2019-0504>
- La Torre, M., Sabelfeld, L., Blomkvist, M., & Dumay, J. (2020). Rebuilding trust: Sustainability and non-financial reporting and the European Union regulation. *Meditari Accountancy Research*, 28, 701–725. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2020-0914>
- Li, Y. (2014). Environmental innovation practices and performance: Moderating effect of resource commitment. *Journal of Cleaner Production*, 66, 450–458. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.11.044>
- Lopes, A. I., & Coelho, A. M. (2018). Engaged in integrated reporting? Evidence across multiple organizations. *European Business Review*, 30(4), 398–426. <https://doi.org/10.1108/EBR-12-2016-0161>

- López-Pérez, M. E., Melero, I., & Javier Sese, F. (2017). Management for Sustainable Development and Its Impact on Firm Value in the SME Context: Does Size Matter? *Business Strategy and the Environment*, 26(7), 985–999. <https://doi.org/10.1002/bse.1961>
- Luque-Vílchez, M., & Larrinaga, C. (2016). Reporting Models do not Translate Well: Failing to Regulate CSR Reporting in Spain. *Social and Environmental Accountability Journal*, 36(1), 56–75. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2016.1149301>
- Machado, B. A. A., Dias, L. C. P., & Fonseca, A. (2021). Transparency of materiality analysis in GRI-based sustainability reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 28(2), 570–580. <https://doi.org/10.1002/csr.2066>
- Marôco, J. (2010). *Análise de Equações Estruturais: Fundamentos teóricos, Software & Aplicações*. ReportNumber, Lda.
- Michelon, G., Pilonato, S., & Ricceri, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 59–78. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.10.003>
- Ministério da Economia e da Inovação. (2007, novembro 6). *Decreto-Lei n.º 372/2007—Diário da República N.º 213/2007—Série I - Páginas 8080-8084*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/372-2007-629439>
- Mohd Razali, N., & Yap, B. (2011). Power Comparisons of Shapiro-Wilk, Kolmogorov-Smirnov, Lilliefors and Anderson-Darling Tests. *J. Stat. Model. Analytics*, 2(1), 21–33.
- Momin, M. A., & Parker, L. D. (2013). Motivations for corporate social responsibility reporting by MNC subsidiaries in an emerging country: The case of Bangladesh.

The British Accounting Review, 45(3), 215–228.

<https://doi.org/10.1016/j.bar.2013.06.007>

Monteiro, A. P., Vale, J., Silva, A., & Cláudia, P. (2021). Impact of the internal control and accounting systems on the financial information usefulness: The role of the financial information quality. *Academy of Strategic Management Journal*, 20(3), 1–13.

Moroney, R., Windsor, C., & Aw, Y. T. (2012). Evidence of assurance enhancing the quality of voluntary environmental disclosures: An empirical analysis. *Accounting & Finance*, 52(3), 903–939. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2011.00413.x>

Neto, J. B., & Branco, M. C. (2019). Controversial sectors in banks' sustainability reporting. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 26(6), 495–505. <https://doi.org/10.1080/13504509.2019.1605546>

Nobes, C. (1998). Towards a General Model of the Reasons for International Differences in Financial Reporting. *Abacus*, 34(2), 162–187.

O'Donohue, W., & Torugsa, N. (Ann). (2016). The moderating effect of 'Green' HRM on the association between proactive environmental management and financial performance in small firms. *The International Journal of Human Resource Management*, 27(2), 239–261. <https://doi.org/10.1080/09585192.2015.1063078>

Ortiz, E., Marín, S., & Thompson, P. (2023). The role of small- and medium-sized practices in the sustainable transition of SMEs. *Environment, Development and Sustainability*. <https://doi.org/10.1007/s10668-023-03507-3>

Ortiz-Martínez, E., & Marín-Hernández, S. (2022). European SMEs and non-financial information on sustainability. *International Journal of Sustainable Development*

- & *World Ecology*, 29(2), 112–124.
<https://doi.org/10.1080/13504509.2021.1929548>
- Oyelere, P., Laswad, F., & Fisher, R. (2003). Determinants of Internet Financial Reporting by New Zealand Companies. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 14(1), 26–63. <https://doi.org/10.1111/1467-646X.00089>
- Özsözgün Çalışkan, A. (2014). How accounting and accountants may contribute in sustainability? *Social Responsibility Journal*, 10(2), 246–267.
<https://doi.org/10.1108/SRJ-04-2012-0049>
- Parlamento Europeu, & Conselho Europeu. (2014, outubro 22). *Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro de 2014 , que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos—OJ L 330—CONSIL, EP.*
<http://data.europa.eu/eli/dir/2014/95/oj/por>
- Parsa, S., & Kouhy, R. (2008). Social Reporting by Companies Listed on the Alternative Investment Market. *Journal of Business Ethics*, 79(3), 345–360.
<https://doi.org/10.1007/s10551-007-9402-8>
- Pilati, R., & Laros, J. A. (2007). Modelos de equações estruturais em psicologia: Conceitos e aplicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 205–216.
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000200011>
- Ping, R. A. (2004). On assuring valid measures for theoretical models using survey data. *Journal of Business Research*, 57(2), 125–141. [https://doi.org/10.1016/S0148-2963\(01\)00297-1](https://doi.org/10.1016/S0148-2963(01)00297-1)
- Pizzi, S., Caputo, A., Venturelli, A., & Caputo, F. (2022). Embedding and managing blockchain in sustainability reporting: A practical framework. *Sustainability*

- Accounting, Management and Policy Journal*, 13(3), 545–567.
<https://doi.org/10.1108/SAMPJ-07-2021-0288>
- Pordata. (2023, dezembro 15). *Empresas: Total e por dimensão*.
<https://www.pordata.pt/portugal/empresas+total+e+por+dimensao-2857-246182>
- Preuss, L., & Perschke, J. (2010). Slipstreaming the Larger Boats: Social Responsibility in Medium-Sized Businesses. *Journal of Business Ethics*, 92(4), 531–551.
<https://doi.org/10.1007/s10551-009-0171-4>
- PricewaterhouseCoopers & Associados. (2023, julho). *Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD)* [Página institucional da PwC].
<https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/docs/pwc-sustentabilidade-diretiva-report.pdf>
- Qian, W., Tilt, C., Dissanayake, D., & Kuruppu, S. (2020). Motivations and impacts of sustainability reporting in the Indo-Pacific region: Normative and instrumental stakeholder approaches. *Business Strategy and the Environment*, 29(8), 3370–3384. <https://doi.org/10.1002/bse.2577>
- Ram, M., Edwards, P., Gilman, M., & Arrowsmith, J. (2001). The Dynamics of Informality: Employment Relations in Small Firms and the Effects of Regulatory Change. *Work, Employment and Society*, 15(4), 845–861.
<https://doi.org/10.1177/095001701400438233>
- Ramos, T. B., Cecílio, T., Douglas, C. H., & Caeiro, S. (2013). Corporate sustainability reporting and the relations with evaluation and management frameworks: The Portuguese case. *Journal of Cleaner Production*, 52, 317–328.
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.03.002>
- Safari, M., & Areeb, A. (2020). A qualitative analysis of GRI principles for defining sustainability report quality: An Australian case from the preparers' perspective.

Accounting Forum, 44(4), 344–375.

<https://doi.org/10.1080/01559982.2020.1736759>

Sampong, F., Song, N., Boahene, K. O., & Wadie, K. A. (2018). Disclosure of CSR Performance and Firm Value: New Evidence from South Africa on the Basis of the GRI Guidelines for Sustainability Disclosure. *Sustainability*, 10(12), Artículo 12. <https://doi.org/10.3390/su10124518>

Sánchez, R. G., & Pérez, M. V. L. (2016). Aplicación del informe integrado en las empresas públicas. *Auditoría Pública*, 68, 69–82.

Sánchez-Medina, P. S., Díaz-Pichardo, R., Bautista-Cruz, A., & Toledo-López, A. (2015). Environmental Compliance and Economic and Environmental Performance: Evidence from Handicrafts Small Businesses in Mexico. *Journal of Business Ethics*, 126(3), 381–393. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1945-2>

Sangle, S. (2010). Empirical analysis of determinants of adoption of proactive environmental strategies in India. *Business Strategy and the Environment*, 19(1), 51–63. <https://doi.org/10.1002/bse.651>

Santos, M. (2011). CSR in SMEs: Strategies, practices, motivations and obstacles. *Social Responsibility Journal*, 7(3), 490–508. <https://doi.org/10.1108/17471111111154581>

Schaltegger, S., & Zvezdov, D. (2013). In control of sustainability information: Untangling the role of accountants. Em *Accounting and Control for Sustainability* (Vol. 26, pp. 265–296). Emerald Group Publishing Limited. [https://doi.org/10.1108/S1479-3512\(2013\)0000026008](https://doi.org/10.1108/S1479-3512(2013)0000026008)

Schreiber, J. B., Nora, A., Stage, F. K., Barlow, E. A., & King, J. (2006). Reporting Structural Equation Modeling and Confirmatory Factor Analysis Results: A

- Review. *The Journal of Educational Research*, 99(6), 323–338.
<https://doi.org/10.3200/JOER.99.6.323-338>
- Shamil, M. M., Shaikh, J. M., Ho, P., & Krishnan, A. (2022). External Pressures, Managerial Motive and Corporate Sustainability Strategy: Evidence from a Developing Economy. *Asian Journal of Accounting and Governance*, 18, 17–36.
<https://doi.org/10.17576/AJAG-2022-18-02>
- Silva, R. J., Tommasetti, R., Zaidan Gomes, M., & da Silva Macedo, M. Á. (2020). How green is accounting? Brazilian students' perception. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 21(2), 228–243.
<https://doi.org/10.1108/IJSHE-07-2019-0232>
- Singh, N., Jain, S., & Sharma, P. (2014). Determinants of proactive environmental management practices in Indian firms: An empirical study. *Journal of Cleaner Production*, 66, 469–478. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.11.055>
- Steenkamp, J.-B. E. M., & Van Trijp, H. C. M. (1991). The use of lisrel in validating marketing constructs. *International Journal of Research in Marketing*, 8(4), 283–299. [https://doi.org/10.1016/0167-8116\(91\)90027-5](https://doi.org/10.1016/0167-8116(91)90027-5)
- Tauringana, V. (2020). Sustainability reporting challenges in developing countries: Towards management perceptions research evidence-based practices. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 11(2), 194–215.
<https://doi.org/10.1108/JAEE-01-2020-0007>
- Tian, Q., Liu, Y., & Fan, J. (2015). The effects of external stakeholder pressure and ethical leadership on corporate social responsibility in China. *Journal of Management & Organization*, 21, 1–23. <https://doi.org/10.1017/jmo.2015.14>
- Tilt, C. A. (2009). Corporate Responsibility, Accounting and Accountants. Em S. O. Idowu & W. Leal Filho (Eds.), *Professionals' Perspectives of Corporate Social*

- Responsibility* (pp. 11–32). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-642-02630-0_2
- Tolbert, P. S., & Zucker, L. G. (1983). Institutional Sources of Change in the Formal Structure of Organizations: The Diffusion of Civil Service Reform, 1880-1935. *Administrative Science Quarterly*, 28(1), 22–39. <https://doi.org/10.2307/2392383>
- Torugsa, N. A., O’Donohue, W., & Hecker, R. (2012). Capabilities, Proactive CSR and Financial Performance in SMEs: Empirical Evidence from an Australian Manufacturing Industry Sector. *Journal of Business Ethics*, 109(4), 483–500. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1141-1>
- Usó, G. C. (2015). *El informe integrado y la creación de valor sostenible: Análisis de los factores determinantes en las empresas del IBEX 35* [Proyecto/Trabajo fin de carrera/grado, Universitat Politècnica de València]. <https://riunet.upv.es/handle/10251/58972>
- Villiers, C., La Torre, M., & Molinari, M. (2022). The Global Reporting Initiative’s (GRI) past, present and future: Critical reflections and a research agenda on sustainability reporting (standard-setting). *Pacific Accounting Review*, 34(5), 728–747. <https://doi.org/10.1108/PAR-02-2022-0034>
- Villiers, C., Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1042–1067. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>
- Watts, P., Holme, Lord, International, S., & Tinto, R. (2016). *Corporate Social Responsibility—Meeting Changing Expectations*. World Business Council For Sustainable Development. <https://growthorientedsustainableentrepreneurship.files.wordpress.com/2016/07/csr-wbcsd-csr-primer.pdf>

- Williamson, D., Lynch-Wood, G., & Ramsay, J. (2006). Drivers of Environmental Behaviour in Manufacturing SMEs and the Implications for CSR. *Journal of Business Ethics*, 67(3), 317–330. <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9187-1>
- Worthington, I., Ram, M., & Jones, T. (2006). Exploring Corporate Social Responsibility in the U.K. Asian Small Business Community. *Journal of Business Ethics*, 67(2), 201–217. <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9024-6>
- Wu, G.-C. (2017). Effects of Socially Responsible Supplier Development and Sustainability-Oriented Innovation on Sustainable Development: Empirical Evidence from SMEs. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 24(6), 661–675. <https://doi.org/10.1002/csr.1435>
- Xiao, J. Z., Yang, H., & Chow, C. W. (2004). The determinants and characteristics of voluntary Internet-based disclosures by listed Chinese companies. *Journal of Accounting and Public Policy*, 23(3), 191–225. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2004.04.002>
- Zarzycka, E., & Krasodomska, J. (2021). Non-financial key performance indicators: What determines the differences in the quality and quantity of the disclosures? *Journal of Applied Accounting Research*, 23(1), 139–162. <https://doi.org/10.1108/JAAR-02-2021-0036>
- Zhu, Q., Cordeiro, J., & Sarkis, J. (2013). Institutional pressures, dynamic capabilities and environmental management systems: Investigating the ISO 9000 – Environmental management system implementation linkage. *Journal of Environmental Management*, 114, 232–242. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2012.10.006>

Apêndice I – Questionário

Os Relatos de Sustentabilidade nas PME's Portuguesas

No âmbito da realização da dissertação de Mestrado em Auditoria, ministrado pelo ISCAP - P. Porto, pretende-se identificar o nível de implementação dos relatórios de sustentabilidade e *assurance* nas PME's portuguesas. O questionário é direcionado aos profissionais com responsabilidades na gestão, na preparação e/ou revisão da informação financeira das PME's pela sua proximidade e conhecimento com a questão a investigar.


A sua participação é fundamental para atingir os objetivos do estudo. Assim, assegura-se a total confidencialidade e anonimato absoluto, bem como o respeito pela proteção dos dados pessoais. Os dados obtidos serão tratados de forma agregada e serão respeitados todos os princípios éticos no seu tratamento e análise.

Caso tenha alguma dúvida, não hesite em contactar através do e-mail: 2221758@iscap.ipp.pt.

Agradeço desde já pela sua participação neste questionário que possui uma duração estimada de 10 minutos.

Luís Miguel Silva

* Obrigatório

Tomei conhecimento dos objetivos e características do estudo (de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados - RGPD), pretendo responder a este questionário e autorizo a publicação de dados, de forma agregada, para fins académicos. * 

Sim

Não

Seguinte

Página 1 de 4



* Obrigatório

Identificação do respondente e da sua organização



Qual é a sua faixa etária? *

- 30 anos ou menos
- Entre 31 e 50 anos
- 51 anos ou mais

Qual é o género que se identifica? *

- Feminino
- Masculino
- Outro


Quais são as funções que desempenha na sua organização? Assinale todas as opções aplicáveis. *




- CEO / Administrador / Diretor Geral
- Diretor Financeiro
- Contabilista
- Auditor
- Consultor Fiscal
- Consultor Empresarial
- Especialista em Sustentabilidade

Qual é a antiguidade da sua empresa? *


- Até 3 anos
- Entre 4 e 10 anos
- Mais de 10 anos

Quantos trabalhadores tem a sua empresa? * 


- Até 5 trabalhadores
- Entre 6 e 10 trabalhadores
- Entre 11 e 50 trabalhadores
- Entre 51 e 100 trabalhadores
- Mais de 100 trabalhadores

Qual é o volume de negócios anual, em euros? Indique um valor inteiro. * 

- Inferior a 250.000 €
- Entre 250.000 € e inferior a 500.000 €
- Entre 500.000 € e inferior a 1.000.000 €
- Entre 1.000.000 € e inferior a 5.000.000 €
- Entre 5.000.000 € e inferior a 10.000.000 €
- Entre 10.000.000 € e inferior a 25.000.000 €
- Entre 25.000.000 € e inferior a 50.000.000 €
- Entre 50.000.000 € e superior

A sua empresa tem uma política ou plano de sustentabilidade? * 

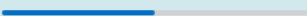
- Não
- Sim

A sua empresa possui selos ou certificações de sustentabilidade? * 

- Não
- Sim

Anterior

Seguinte

Página 2 de 4 

Se sim, qual(quais)? *

Introduza a sua resposta

A sua empresa tem certificação de contas? *

Sim

Não

Qual(quais) é(são) o setor de atividade em que a sua PME's opera? Assinale todas as opções aplicáveis, de acordo com as grandes categorias (Secções) da CAE-Rev.3. *

A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

B - Indústrias extrativas

C - Indústrias transformadoras

D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição

F - Construção

G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos

H - Transportes e armazenagem

I - Alojamento, restauração e similares

J - Atividades de informação e de comunicação

K - Atividades financeiras e de seguros

L - Atividades imobiliárias

M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio

O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória

P - Educação

- Q - Atividades de saúde humana e apoio social
- R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
- S - Outras atividades de serviços
- T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio
- U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Anterior

Seguinte

Página 2 de 4

Indique à grau importância que a sua empresa atribui às questões mencionadas nas seguintes afirmações: (Escala de Likert entre 1 e 5 em que 1 é "Nada importante" e 5 é "Muito importante") *



	Nada importante	Não importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Tem necessidade em preparar os relatos sobre a informação não financeira/de sustentabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prepara os seus relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prepara as suas demonstrações financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Faz auditoria ou outro <i>assurance</i> às suas demonstrações financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Verifica os seus relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questiona sobre a verificação dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Questiona sobre os requisitos obrigatórios dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>


Questiona sobre a apresentação voluntária dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras e a sua relevância para as PME's

Indique o grau de importância que a sua empresa atribui às questões mencionadas nas seguintes afirmações: (Escala de Likert entre 1 e 5 em que 1 é "Nada importante" e 5 é "Muito importante") *




	Nada importante	Não importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Normas europeias de sustentabilidade adaptadas às PME's portuguesas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Normas europeias de assurance adaptadas às PME's portuguesas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Definição clara da informação necessária para compreender o impacto do organismo no ambiente e na sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Definição clara da informação necessária para compreender o impacto do ambiente e na sociedade no organismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aconselhamento adequado de especialistas da área da sustentabilidade sobre a apresentação dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proporcionalidade dos requisitos de informações de sustentabilidade/não financeiras para as PME's portuguesas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Motivação ou incentivos (benefícios fiscais, por exemplo) para emitir informações de sustentabilidade/não financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
---	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

Indique o grau de concordância com as seguintes informações de sustentabilidade/não financeiras na sua empresa: (Escala de Likert entre 1 e 5 em que 1 é "Discordo totalmente" e 5 é "Concordo totalmente") * 

	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
Os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras ajudam a sua empresa a ter acesso ao financiamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras são exigidos à sua empresa pois está na cadeia de valor de grandes empresas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras ajudam a sua empresa a satisfazer as necessidades dos seus investidores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A verificação dos relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não divulga os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras pois é voluntária a sua divulgação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não divulga os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras pois os seus custos excedem os seus benefícios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Perceciona os relatos de sustentabilidade/ informações não financeiras como uma atividade onerosa e complicada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
--	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

Para cada um dos profissionais identificados, indique qual o respetivo nível de preparação para assumir a responsabilidade pelo relato de sustentabilidade/informações não financeiras na sua empresa: (Escala de Likert entre 1 e 5 em que 1 é "Totalmente Impreparado" e 5 é "Totalmente Preparado") * 

	Totalmente impreparado	Impreparado	Indiferente	Preparado	Totalmente preparado
Contabilista Certificado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auditor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consultor Fiscal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consultor Empresarial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Especialista em Sustentabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Para cada um dos profissionais identificados, indique qual o respetivo nível de preparação para dar *assurance* aos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras na sua empresa: (Escala de Likert entre 1 e 5 em que 1 é "Totalmente Impreparado" e 5 é "Totalmente Preparado")

* 

	Totalmente impreparado	Impreparado	Indiferente	Preparado	Totalmente preparado
Contabilista Certificado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auditor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consultor Fiscal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consultor Empresarial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Especialista em Sustentabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Anterior

Seguinte

Página 3 de 4

Indique o nível de preparação da sua empresa para dar atender às questões mencionadas abaixo: (Escala de Likert entre 1 e 5 em que 1 é "Totalmente impreparada" e 5 é "Totalmente preparada")

* 

	Totalmente impreparada	Impreparada	Indiferente	Preparada	Totalmente preparada
Respostas a organizações não governamentais pelo seu comportamento socialmente responsável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Utilização do poder dos meios de comunicação social e da Internet para aumentar o escrutínio e o ativismo coletivo em torno do comportamento da empresa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Compensação total ao público pelos maus efeitos sociais ou ambientais de ações ou produtos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilizar ao seu pessoal e à sua direção todos os instrumentos e meios necessários para a prossecução de objetivos sociais mais amplos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relatórios anuais auditados externamente sobre questões de responsabilidade social das empresas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projectos de desenvolvimento baseados na comunidade, como a educação de crianças, novas competências para adultos, etc.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Cumprimento integral da legislação e da regulamentação, evitando causar danos ao bem social em geral, incluindo as pessoas e o ambiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Políticas da empresa em matéria de RSE e informações sobre a forma como essas políticas são aplicadas na prática e quais os resultados obtidos até à data, incluindo as expectativas futuras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Relativamente às práticas da sua empresa, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações: (Escala de Likert entre 1 e 5 em que 1 é "Discordo totalmente" e 5 é "Concordo totalmente")

* 

	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
É honesta e sincera ao dizer a verdade quando algo corre mal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribui com recursos para os programas artísticos e culturais da comunidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribui com recursos para aumentar a consciencialização social sobre questões como a fome e a violência doméstica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoia questões relacionadas com as crianças e a família, como a adoção e o acolhimento familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoia programas de saúde pública, como a luta contra a SIDA, o cancro e outras doenças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esforça-se por construir relações duradouras com os seus consumidores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Está disposta a ouvir os seus consumidores e outras partes interessadas e está aberta a críticas construtivas sobre as suas práticas comerciais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esforça-se por promover uma relação favorável com os empregados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Parece ser digna de confiança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preocupa-se em alinhar os seus valores e crenças com os interesses das partes interessadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Relativamente à atitude da sua empresa perante as questões da sustentabilidade, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações: (Escala de Likert entre 1 e 5 em que 1 é "Discordo totalmente" e 5 é "Concordo totalmente")


* 40

	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
É a coisa certa a fazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É benéfico adotar normas internacionais em matéria de sustentabilidade (ISO, GRI)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quer ser reconhecidas como uma empresa socialmente e ambientalmente responsável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Está empenhada na sustentabilidade empresarial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
É o resultado da influência de leis, regulamentos, acordos e protocolos internacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda com a aplicação de coimas e sanções por violação das leis em matéria de justiça social e ambiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O incumprimento das leis em matéria de justiça social e ambiente dá origem a ações judiciais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A não adoção pode afetar as perspetivas futuras e o valor da organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>


Relativamente à envolvente externa da sua empresa perante as questões da sustentabilidade, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações: (Escala de Likert entre 1 e 5 em que 1 é "Discordo totalmente" e 5 é "Concordo totalmente")

* 

	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
Há muita pressão para a adoção de convenções/diretivas/regulamentos ambientais da ONU	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As instituições reguladoras insistem em seguir regras e regulamentos rigorosos no desenvolvimento de uma metodologia eco eficiente de gestão de resíduos nos processos de produção e da cadeia de abastecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uma forte responsabilidade social é apreciada pelos clientes e fornecedores e atrai colaborações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A comunidade exige a adoção de práticas de economia circular na cadeia de abastecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As organizações da sociedade civil exigem a adoção de práticas de economia circular na cadeia de abastecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Qual é o fator mais decisivo no futuro desenvolvimento dos relatos de sustentabilidade/informações não financeiras para uma PME's portuguesas? Explique com o exemplo do seu organismo, por favor. * 

Introduza a sua resposta

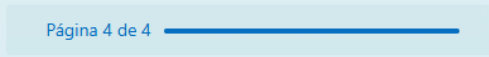
Acrescente quaisquer outras observações que possa ter em relação ao nível de preparação das PME's portuguesas para aplicar as normas de sustentabilidade. * 

Introduza a sua resposta

[Anterior](#)

[Submeter](#)

Página 4 de 4



Apêndice II – Email enviado às PME's selecionadas

Convite para a Participação no Questionário "Os Relatos de Sustentabilidade nas PME's Portuguesas" ∨

Caro/a Empresário/a,

Espero que este e-mail o/a encontre bem. O meu nome é Luís Miguel Silva e sou estudante de mestrado em Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP). Estou atualmente a realizar uma pesquisa como parte dos requisitos para a minha tese de mestrado.

O objetivo da minha pesquisa é identificar o nível de implementação dos relatórios de sustentabilidade e *assurance* nas PME's portuguesas. Neste contexto, gostaria de convidá-lo a responder a um breve questionário.

A sua participação neste estudo é extremamente valiosa e contribuirá significativamente para o avanço do conhecimento nesta área. O questionário foi elaborado de forma a ser rápido e fácil de responder, demorando apenas 10 minutos.

Para responder ao questionário, por favor clique no seguinte link: <https://forms.office.com/e/nye1M0SihK>.

Todas as informações fornecidas serão tratadas de forma confidencial e os dados serão analisados apenas para fins académicos. Além disso, não será feita nenhuma divulgação de informações que possam identificar a sua empresa.

Se precisar de qualquer esclarecimento adicional ou tiver alguma dúvida, não hesite em entrar em contato comigo através deste e-mail.

Agradeço antecipadamente pela sua colaboração e contribuição. A sua participação é fundamental para o sucesso deste projeto.

Atenciosamente,

Luís Miguel Silva
Aluno Nº 2221758
2221758@iscap.ipp.pt

Apêndice III – Teste da normalidade dos dados

Testes de Normalidade						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatistic a	gl	Sig.	Estatistic a	gl	Sig.
PE1	0,276	422	0,000	0,855	422	0,000
PE2	0,274	422	0,000	0,858	422	0,000
PE3	0,291	422	0,000	0,844	422	0,000
PE4	0,296	422	0,000	0,841	422	0,000
PE5	0,274	422	0,000	0,860	422	0,000
PE6	0,259	422	0,000	0,867	422	0,000
PE7	0,279	422	0,000	0,849	422	0,000
PE8	0,229	422	0,000	0,887	422	0,000
PE9	0,226	422	0,000	0,876	422	0,000
PE10	0,249	422	0,000	0,870	422	0,000
PE11	0,228	422	0,000	0,872	422	0,000
PE12	0,242	422	0,000	0,866	422	0,000
PI1	0,248	422	0,000	0,797	422	0,000
PI2	0,259	422	0,000	0,839	422	0,000
PI3	0,256	422	0,000	0,821	422	0,000
PI4	0,258	422	0,000	0,844	422	0,000
PI5	0,252	422	0,000	0,863	422	0,000
PI6	0,288	422	0,000	0,850	422	0,000
PI7	0,288	422	0,000	0,853	422	0,000
PI8	0,277	422	0,000	0,838	422	0,000
PQRSE1	0,210	422	0,000	0,889	422	0,000
PQRSE2	0,195	422	0,000	0,899	422	0,000
PQRSE3	0,287	422	0,000	0,787	422	0,000
PQRSE4	0,251	422	0,000	0,873	422	0,000
PQRSE5	0,205	422	0,000	0,899	422	0,000
PQRSE6	0,211	422	0,000	0,896	422	0,000
PQRSE7	0,228	422	0,000	0,890	422	0,000
PQRSE8	0,199	422	0,000	0,901	422	0,000
PIRS1	0,211	422	0,000	0,887	422	0,000
PIRS2	0,230	422	0,000	0,888	422	0,000
PIRS3	0,223	422	0,000	0,883	422	0,000
PIRS4	0,245	422	0,000	0,876	422	0,000
PIRS5	0,254	422	0,000	0,884	422	0,000
PIRS6	0,265	422	0,000	0,881	422	0,000
PIRS7	0,230	422	0,000	0,894	422	0,000
PM1	0,368	422	0,000	0,668	422	0,000
PD1	0,217	422	0,000	0,898	422	0,000
PD2	0,186	422	0,000	0,901	422	0,000
PD3	0,204	422	0,000	0,891	422	0,000
PD4	0,190	422	0,000	0,897	422	0,000
PR1	0,360	422	0,000	0,660	422	0,000
PR2	0,348	422	0,000	0,699	422	0,000
PR3	0,381	422	0,000	0,639	422	0,000
PR4	0,400	422	0,000	0,635	422	0,000
PR5	0,324	422	0,000	0,710	422	0,000
IRSE1	0,237	422	0,000	0,890	422	0,000
IRSE2	0,201	422	0,000	0,902	422	0,000
IRSE3	0,196	422	0,000	0,905	422	0,000
IRSE4	0,252	422	0,000	0,882	422	0,000
IRSE5	0,188	422	0,000	0,903	422	0,000
IRSE6	0,191	422	0,000	0,899	422	0,000
IRSE7	0,269	422	0,000	0,870	422	0,000
IRSE8	0,211	422	0,000	0,893	422	0,000

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Apêndice IV – Análise descritiva

Estatísticas Descritivas									
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Assimetria		Curtose	
	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Erro Padrão	Estatística	Erro Padrão
PE1	422	1	5	3,44	1,141	-0,773	0,119	-0,123	0,237
PE2	422	1	5	3,45	1,141	-0,761	0,119	-0,136	0,237
PE3	422	1	5	3,60	1,089	-0,907	0,119	0,343	0,237
PE4	422	1	5	3,59	1,094	-0,917	0,119	0,322	0,237
PE5	422	1	5	3,41	1,145	-0,732	0,119	-0,226	0,237
PE6	422	1	5	3,40	1,140	-0,700	0,119	-0,211	0,237
PE7	422	1	5	3,62	1,136	-0,874	0,119	0,151	0,237
PE8	422	1	5	3,20	0,990	-0,433	0,119	-0,005	0,237
PE9	422	1	5	3,43	0,964	-0,574	0,119	0,322	0,237
PE10	422	1	5	3,61	0,994	-0,704	0,119	0,415	0,237
PE11	422	1	5	3,44	0,950	-0,587	0,119	0,421	0,237
PE12	422	1	5	3,47	0,921	-0,619	0,119	0,545	0,237
PI1	422	1	5	4,17	0,795	-1,003	0,119	1,704	0,237
PI2	422	1	5	3,93	0,847	-0,721	0,119	0,942	0,237
PI3	422	1	5	4,03	0,853	-0,911	0,119	1,387	0,237
PI4	422	1	5	3,96	0,891	-0,780	0,119	0,596	0,237
PI5	422	1	5	3,68	0,905	-0,629	0,119	0,646	0,237
PI6	422	1	5	3,77	0,979	-0,863	0,119	0,584	0,237
PI7	422	1	5	3,72	0,967	-0,837	0,119	0,618	0,237
PI8	422	1	5	3,86	0,904	-0,893	0,119	1,196	0,237
PQRSE1	422	1	5	3,11	1,164	-0,418	0,119	-0,697	0,237
PQRSE2	422	1	5	3,00	1,173	-0,271	0,119	-0,865	0,237
PQRSE3	422	1	5	4,03	1,041	-1,291	0,119	1,382	0,237
PQRSE4	422	1	5	3,47	1,259	-0,594	0,119	-0,674	0,237
PQRSE5	422	1	5	3,15	1,179	-0,362	0,119	-0,729	0,237
PQRSE6	422	1	5	3,18	1,168	-0,409	0,119	-0,660	0,237
PQRSE7	422	1	5	3,21	1,173	-0,457	0,119	-0,658	0,237
PQRSE8	422	1	5	3,14	1,162	-0,348	0,119	-0,690	0,237
PIRS1	422	1	5	3,27	1,114	-0,523	0,119	-0,317	0,237
PIRS2	422	1	5	2,98	1,171	-0,316	0,119	-0,704	0,237
PIRS3	422	1	5	3,05	1,177	-0,400	0,119	-0,680	0,237
PIRS4	422	1	5	3,16	1,093	-0,499	0,119	-0,208	0,237
PIRS5	422	1	5	3,09	1,072	-0,350	0,119	-0,197	0,237
PIRS6	422	1	5	2,95	1,050	-0,334	0,119	-0,296	0,237
PIRS7	422	1	5	3,12	1,035	-0,376	0,119	-0,234	0,237
PM1	422	1	5	4,55	0,640	-1,641	0,119	4,354	0,237
PD1	422	1	5	3,46	1,127	-0,444	0,119	-0,517	0,237
PD2	422	1	5	3,34	1,193	-0,380	0,119	-0,630	0,237
PD3	422	1	5	3,49	1,175	-0,510	0,119	-0,476	0,237
PD4	422	1	5	3,40	1,175	-0,439	0,119	-0,513	0,237
PR1	422	1	5	4,51	0,735	-1,934	0,119	4,990	0,237
PR2	422	1	5	4,50	0,657	-1,399	0,119	3,165	0,237
PR3	422	1	5	4,56	0,693	-2,012	0,119	5,525	0,237
PR4	422	1	5	4,60	0,630	-1,849	0,119	4,989	0,237
PR5	422	1	5	4,43	0,751	-1,599	0,119	3,599	0,237
IRSE1	422	1	5	3,20	1,156	-0,436	0,119	-0,710	0,237
IRSE2	422	1	5	3,10	1,140	-0,317	0,119	-0,715	0,237
IRSE3	422	1	5	3,04	1,097	-0,275	0,119	-0,625	0,237
IRSE4	422	1	5	3,33	1,121	-0,569	0,119	-0,425	0,237
IRSE5	422	1	5	3,01	1,173	-0,254	0,119	-0,806	0,237
IRSE6	422	1	5	3,08	1,177	-0,323	0,119	-0,753	0,237
IRSE7	422	1	5	3,55	1,118	-0,718	0,119	-0,135	0,237
IRSE8	422	1	5	3,20	1,125	-0,458	0,119	-0,486	0,237
N válido (de lista)	422								

Apêndice V – Fiabilidade das medidas de PE

PE	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
PE8	0.743	0.552	0.257
PE9	0.768	0.590	0.232
PE10	0.695	0.483	0.305
PE12	0.768	0.590	0.232
Total	2.974	2.215	1.026

Média da Variância Extraída	$MVE = \frac{\sum(\lambda_p^2)}{k}$	0.744
Composite Reliability	$CR = \frac{(\sum \lambda)^2}{(\sum \lambda)^2 + \sum \epsilon}$	0.896

Apêndice VI – Fiabilidade das medidas de PI

PI	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
PI1	0.755	0.570	0.245
PI3	0.888	0.789	0.112
PI4	0.836	0.699	0.164
PI8	0.711	0.506	0.289
Total	3.190	2.563	0.810

Média da Variância Extraída	$MVE = \frac{\sum(\lambda_p^2)}{k}$	0.798
Composite Reliability	$CR = \frac{(\sum \lambda)^2}{(\sum \lambda)^2 + \sum \epsilon}$	0.926

Apêndice VII – Fiabilidade das medidas de PQRSE

PQRSE	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
PQRSE5	0.945	0.893	0.055
PQRSE6	0.956	0.914	0.044
PQRSE7	0.908	0.824	0.092
PQRSE8	0.898	0.806	0.102
Total	3.707	3.438	0.293

Média da Variância Extraída	$MVE = \frac{\sum(\lambda_p^2)}{k}$	0.927
Composite Reliability	$CR = \frac{(\sum \lambda)^2}{(\sum \lambda)^2 + \sum \epsilon}$	0.979

Apêndice VIII – Fiabilidade das medidas de PIRS

PIRS	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
PIRS1	0.753	0.567	0.247
PIRS2	0.855	0.731	0.145
PIRS3	0.910	0.828	0.090
PIRS4	0.910	0.828	0.090
Total	3.428	2.954	0.572

Média da Variância Extraída	$MVE = \frac{\sum(\lambda_p^2)}{k}$	0.857
Composite Reliability	$CR = \frac{(\sum \lambda)^2}{(\sum \lambda)^2 + \sum \epsilon}$	0.954

Apêndice IX – Fiabilidade das medidas de PD

PD	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
PD1	0.730	0.533	0.270
PD2	0.939	0.882	0.061
PD3	0.808	0.653	0.192
PD4	0.808	0.653	0.192
Total	3.285	2.720	0.715

Média da Variância Extraída	$MVE = \frac{\sum(\lambda_p^2)}{k}$	0.821
Composite Reliability	$CR = \frac{(\sum \lambda)^2}{(\sum \lambda)^2 + \sum \epsilon}$	0.938

Apêndice X – Fiabilidade das medidas de PR

PR	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
PR1	0.729	0.531	0.271
PR2	0.823	0.677	0.177
PR3	0.910	0.828	0.090
PR4	0.898	0.806	0.102
PR5	0.746	0.557	0.254
Total	4.106	3.400	0.894

Média da Variância Extraída	$MVE = \frac{\sum(\lambda_p^2)}{k}$	0.821
Composite Reliability	$CR = \frac{(\sum \lambda)^2}{(\sum \lambda)^2 + \sum \epsilon}$	0.950

Apêndice XI – Fiabilidade das medidas de IRSE

IRSE	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
IRSE1	0.722	0.521	0.278
IRSE2	0.682	0.465	0.318
IRSE5	0.871	0.759	0.129
IRSE6	0.847	0.717	0.153
IRSE8	0.841	0.707	0.159
Total	3.963	3.170	1.037

Média da Variância Extraída	$MVE = \frac{\sum(\lambda_p^2)}{k}$	0.793
Composite Reliability	$CR = \frac{(\sum \lambda)^2}{(\sum \lambda)^2 + \sum \epsilon}$	0.938

Apêndice XII – Artigo submetido ao Journal of Contemporary Administration – “ASSESSING THE SUSTAINABILITY PERFORMANCE OF PORTUGUESE PSI COMPANIES”

Abstract

This study presents a qualitative analysis of the sustainability reports of Portuguese Stock Index (PSI) companies. The analysis tool was developed as part of the STAMP - Smart Teaching in Accounting project and is based on international ESG frameworks, including the Global Reporting Initiative (GRI), the Sustainability Accounting Standards Board (SASB) and the Integrated Reporting Framework (IRF). The analysis grid assesses dimensions such as stakeholder involvement, management of social and environmental issues, corporate governance, diversity, and transparency in anti-corruption practices.

The results reveal that while companies have progressed in areas such as workers' health and safety and the inclusion of environmental KPIs, significant gaps remain, especially in integrating ESG practices into their supply chains and formalising anti-corruption programmes. However, the analysis also suggests a significant potential for improvement in Portuguese companies. In addition, alignment with the UN's Sustainable Development Goals (SDGs) is still inconsistent. The study proposes areas for improvement aimed at aligning companies' operations with global sustainability standards, offering a hopeful outlook for the future.

Keywords: integrated report; non-financial information; sustainability; qualitative research, Portuguese Stock Index

1. Introduction

While corporate sustainability and corporate responsibility have historically been distinct fields with different foundations, they have converged in recent years to the point where their boundaries have become blurred. Bansal and Song (2017) argue that corporate responsibility has traditionally focused on the social obligations of businesses to their stakeholders, often driven by normative concerns about the moral responsibilities of companies, while corporate sustainability, on the other hand, has been more concerned with the systemic relationships between businesses and the natural environment, emphasising long-term ecological and economic sustainability. Over time, however, both fields have evolved to address overlapping issues, such as the role of businesses in addressing environmental and social challenges. Anyway, since the beginning of the 21st century, corporate sustainability has evolved from a peripheral concern into a central business strategy issue. Disclosing information about non-financial activities is becoming common among big companies (Dumay et al., 2016; Turzo et al., 2022), growing from less than 30 in the early 1990s to more than 7,000 in 2014 (Khan et al., 2016). According to the *KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020*, more than 80% of large global companies now report ESG information, driven by increasing regulatory pressures and investor demands (KPMG, 2020). This growing commitment to transparency aligns with the objectives of the *United Nations 2030 Agenda for Sustainable Development*, which encourages businesses to integrate the Sustainable Development Goals (SDGs) into their corporate strategies, thereby enhancing their contributions to global sustainability efforts (United Nations, 2015). Moreover, literature provides empirical evidence that high-sustainability companies tend to have better stakeholder engagement processes, more long-term-oriented decision-making, more transparent measurement and disclosure of

non-financial information, and superior governance structures, suggesting that integrating sustainability into organisational processes provides competitive advantages that translate into better financial performance (Eccles et al., 2014).

This shift has been driven by growing societal expectations, regulatory pressures, and the recognition of environmental, social, and governance (ESG) factors as key determinants of long-term business success (Rezaee & Tuo, 2017). The Directive 2014/95/EU mandates non-financial reporting by large companies and public interest entities, represents a significant milestone in institutionalising sustainability reporting across Europe (García-Benau et al., 2022). This regulatory push reflects the broader international trend of increasing corporate accountability in sustainability practices, as emphasised by frameworks such as the Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB), and the Integrated Reporting Framework (IRF) (Dumay et al., 2016; Songini et al., 2023).

In Portugal, the transposition of this directive has led to new reporting obligations for listed companies, aiming to standardise and improve the quality of sustainability disclosures. However, despite these efforts, the number of Portuguese-listed companies required to produce integrated reports combining financial and non-financial information remains limited (Carvalho et al., 2020). As noted by Pistoni et al. (2017:490), “integrated reporting offers a holistic perspective on corporate performance by linking sustainability efforts with financial results”, but many Portuguese companies still separate these reports, with sustainability disclosures often focusing on minimum compliance rather than fully embedding ESG practices into corporate strategy (Songini et al., 2023).

This fragmented approach to sustainability reporting highlights the need for a more systemic and standardised framework to ensure that sustainability reports are both transparent and relevant to stakeholders. The GRI, SASB, and IRF frameworks provide crucial guidelines for improving the clarity and comparability of sustainability information, ensuring that reports meet the expectations of investors, regulators, and other key stakeholders (Raucci & Tarquinio, 2020; García-Sánchez et al., 2019). These frameworks emphasise materiality, encouraging companies to focus their disclosures on the ESG issues that are most pertinent to their stakeholders (Dumay et al., 2016).

This study evaluates the sustainability reports of Portuguese-listed companies using an analysis grid developed under the STAMP - Smart Teaching in Accounting project. The analysis tool is grounded in international ESG frameworks, including the GRI, SASB, and IRF, and it assesses key dimensions such as corporate governance, environmental management, social practices, and transparency in anti-corruption policies. The research aims to critically assess Portuguese companies' compliance with global ESG standards and identify areas for improvement in their sustainability reporting practices.

The remainder of this article is structured as follows. The next section presents the theoretical and regulatory framework and literature review. Following this, the methodology is detailed, describing how the analysis grid was applied to the sustainability reports of listed companies. The results section then discusses the findings, considering existing literature and international best practices. Finally, the conclusion section presents the final consideration and recommendations for improving the integration of ESG practices into Portuguese corporate reporting.

2. Theoretical Framework

Non-financial reporting (NFR) has become essential to corporate transparency as businesses face increasing pressures from regulators, investors, and society to disclose their environmental, social, and governance (ESG) impacts. The importance of ESG factors in determining long-term corporate performance has led to a significant shift in

how companies report, moving from traditional financial statements to more comprehensive sustainability disclosures (Rezaee & Tuo, 2017). As noted by Dumay et al. (2016), “the demand for corporate accountability has evolved significantly, with non-financial reporting gaining prominence as a vital tool for assessing companies' wider impacts” (p. 167). Clarkson et al. (2008) suggest that firms with worse environmental performance face greater societal pressure and thus have stronger incentives to disclose more substantial and objective environmental information as a way to manage public perceptions and enhance their legitimacy. A similar position is pointed out by Manetti (2011), arguing that corporations have used sustainability reporting as a legitimating tool to change stakeholders' expectations and pursue their aims of self-legitimization. This perspective highlights the ongoing concerns regarding the reliability of voluntary environmental disclosures, particularly in contexts where firms may use disclosure as a strategic tool to manage their reputations rather than genuinely report on their sustainability efforts. The motivations for investing in sustainability range from its efficiency in enhancing shareholder value to the potential for securing superior resources, improving the marketability of products and services, and mitigating the likelihood of adverse regulatory and legislative impacts (Khan et al., 2016). Other authors (Kimbro, 2002; Barkemeyer et al., 2015; Issa & Alleyne, 2018) highlight the significant impact of the quality of integrated reporting practices on fostering sustainable economic development, particularly in the fight against corruption. These studies demonstrate how transparent and comprehensive corporate disclosures, especially those related to anti-corruption measures, can enhance accountability and trust in financial systems, reduce opportunities for corrupt practices, and ultimately contribute to more stable and equitable economic environments. By promoting higher standards of corporate governance, integrated reporting can serve as a key mechanism in combating corruption on both a national and international scale.

Thus, as stated by Bebbington and Larrinaga (2014), if accounting is to address the complexities of sustainable development, accounting must move beyond traditional practices to effectively engage with the principles of sustainable development, which requires a more interdisciplinary approach. Hence, accounting should incorporate insights from sustainability science to reflect better the interconnectedness of various forms of capital (financial, manufactured, human, social, and natural) and the broader societal and environmental impacts of organisational activities. Later, Bebbington and Unerman (2018) argued that while some progress has been made in aligning accounting practices with sustainable development, there was still a significant need for interdisciplinary research that integrates sustainability science with accounting.

The evolution of non-financial reporting can be traced back to its origins in voluntary corporate social responsibility (CSR) practices, which initially focused on limited disclosures regarding social and environmental activities (Elkington, 1997). These early efforts, framed mainly by the Global Reporting Initiative (GRI), aimed to create more transparency around businesses' environmental and social impacts. However, Dumay et al. (2016) argue that “while these voluntary disclosures helped raise awareness of CSR, they lacked the rigour and consistency necessary to provide meaningful insights into corporate sustainability” (p. 172). The global financial crisis 2008 further highlighted the limitations of traditional financial reporting, as it failed to account for systemic risks and the long-term sustainability of companies. Consequently, the crisis accelerated the development and adoption of frameworks that integrated financial and non-financial information.

The introduction of mandatory regulatory frameworks, particularly in the European Union, marked a turning point for NFR. The Directive 2014/95/EU, which requires large

companies and public interest entities to disclose non-financial information, significantly enhanced transparency by establishing a clear framework for reporting on ESG matters (García-Benau et al., 2022). According to Songini et al. (2023), “this regulatory shift not only increased the volume of sustainability disclosures but also encouraged greater comparability across industries and regions” (p. 231). However, ensuring the quality and comparability of these disclosures remains a vital issue, as companies vary in their interpretation and application of reporting standards (Pistoni et al., 2017).

One of the most widely adopted frameworks for NFR is the GRI, which has been instrumental in shaping sustainability reporting standards. The GRI emphasises materiality, guiding companies to focus their disclosures on the most significant ESG issues that affect their stakeholders (Dumay et al., 2016). As Dumay et al. (2016:174) explain, “the GRI has played a pivotal role in providing a standardised approach to sustainability reporting, allowing stakeholders to compare the performance of companies on key non-financial metrics”. In addition to the GRI, the Sustainability Accounting Standards Board (SASB) has emerged as a critical framework, particularly for investors, by offering sector-specific standards that highlight the financial materiality of ESG issues (Rezaee & Tuo, 2017). The SASB framework ensures that sustainability information is relevant to financial performance, helping investors assess how well companies manage ESG risks and opportunities. As Rezaee and Tuo (2017:506) note, “SASB’s sector-specific standards have become essential tools for investors seeking to integrate ESG factors into their financial analyses”.

Another essential framework is the Integrated Reporting Framework (IRF), developed by the International Integrated Reporting Council (IIRC). This framework encourages companies to produce a single, integrated report that combines financial and non-financial information, providing a more comprehensive view of how businesses create value over time. The IRF focuses on six types of capital—financial, manufactured, intellectual, human, social, and natural—and seeks to demonstrate how companies use these capitals to generate long-term value (IIRC, 2013). Integrated reporting provides a comprehensive view of a company's overall performance by connecting its sustainability initiatives with its financial outcomes, enhancing the alignment between these dimensions (Pistoni et al., 2017).

Despite the growing adoption of these frameworks, several challenges persist. One of the most significant issues is the variability in the quality of non-financial disclosures. Although mandatory reporting frameworks, such as Directive 2014/95/EU, have improved the quantity of information disclosed, the quality of these reports often varies widely between companies. As Dumay et al. (2016: 178) point out, “even with regulatory mandates, many companies still focus on meeting the minimum reporting requirements rather than providing meaningful insights into their sustainability practices”. This has led to concerns that some companies may engage in “greenwashing,” selectively disclosing positive information while omitting or downplaying negative aspects of their ESG performance (Raucci & Tarquinio, 2020). Songini et al. (2023) share this distrust, emphasising that “greenwashing remains a persistent issue in sustainability reporting, as companies seek to enhance their reputations without making substantive changes to their operations” (p. 242).

Another major challenge is the lack of harmonisation between different reporting frameworks, which can lead to inconsistencies in how companies report their non-financial information. The proliferation of frameworks such as the GRI, SASB, and IRF has made it difficult for stakeholders to compare sustainability performance across companies and sectors (Pistoni et al., 2017). According to Dumay et al. (2016), “the multiplicity of frameworks has created a fragmented reporting landscape, where

stakeholders struggle to make sense of the various metrics and methodologies used by companies” (p. 175). The recent creation of the Value Reporting Foundation (VRF), which aims to align the IIRC and SASB frameworks, represents a step towards greater harmonisation. However, further efforts are needed to standardise non-financial reporting practices globally (Turzo et al., 2022).

In addition to these challenges, there is also the issue of “information overload.” As companies disclose more and more non-financial information, stakeholders may find it increasingly difficult to identify the most relevant data. Stolowy and Paugam (2018) argue that “the growing complexity of non-financial reports can overwhelm users, reducing the overall effectiveness of these disclosures” (p. 1220). This phenomenon underscores the need for companies to focus on materiality and ensure that their reports provide clear, concise, and relevant information that addresses the concerns of their stakeholders. Looking ahead, the future of non-financial reporting will likely be shaped by ongoing efforts to improve the quality and comparability of ESG disclosures. The harmonisation of frameworks and the increasing demand for external verification of sustainability reports could help address many current challenges. As Dumay et al. (2016) suggest, “a more integrated approach to reporting, supported by rigorous standards and third-party assurance, is essential for enhancing the credibility and usefulness of non-financial information” (p. 180). Additionally, the growing interest in integrated thinking—where companies align their sustainability strategies with their long-term business goals—could further strengthen the link between non-financial reporting and value creation.

In conclusion, non-financial reporting has evolved significantly over the past two decades, driven by the need for greater corporate accountability and transparency in addressing ESG risks and opportunities. As the CSRD and ESRS set increasingly stringent reporting requirements, this study is timely in assessing how prepared Portuguese companies are for this shift. This research highlights gaps in compliance and best practices by evaluating the current state of sustainability reporting. It offers recommendations for companies aiming to meet regulatory demands and enhance their reputation and competitiveness in global markets.

3. Methodology

This study is mainly exploratory and descriptive, with no intention of identifying causes or making predictions. Qualitative research is more suited to this study's objectives, as it focuses on describing, analysing, and interpreting a social fact in the context of its occurrence, unlike the quantitative approach, which aims to control and predict (Silva et al., 2015).

This study aims to analyse the quality of the sustainability reports of companies listed on the Portuguese stock exchange. To this end, an analysis grid was developed as part of the STAMP - Smart Teaching in Accounting project. The grid reflects the best international sustainability reporting practices. It is based on widely recognised frameworks such as the Global Reporting Initiative (GRI), the Sustainability Accounting Standards Board (SASB), the Integrated Reporting Framework (IRF), the Sustainable Development Goals (SDGs) and the Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), which introduces the European Sustainability Reporting Standards (ESRS). The grid structure allows for a systematic and comparative assessment of companies' sustainability reports, covering the various ESG dimensions in detail. Each framework offers a unique and complementary approach to assessing sustainability practices, reinforcing the grid's methodological robustness.

The grid was applied to fourteen companies in the PSI (Portuguese Stock Index). The PSI reflects the performance of the listed companies with the greatest liquidity and market capitalisation. The number of companies that make up the PSI can vary and is reviewed annually. In 2023, the year the analysis was carried out, it comprised 16 companies. Analysing the sustainability reporting practices of Portuguese companies is particularly important. Firstly, as Portugal is a smaller market than other European countries, there is less academic and practical attention given to how Portuguese companies adopt these international frameworks. A study on Portugal fills this gap by providing insights into the extent of ESG integration in a national context. It identifies the unique challenges these companies face in adapting to evolving regulatory requirements. Secondly, Portugal's economic landscape is highly influenced by the energy, retail, and banking sectors, which have significant social and environmental impacts. Analysing how companies in these sectors report on sustainability is crucial, as their actions are integral to the country's ability to meet national and international climate and social goals, including the European Green Deal and the United Nations' Sustainable Development Goals (SDGs). Understanding their reporting practices can help policymakers, investors, and stakeholders assess whether these companies are on track to meet these critical objectives and where improvements are necessary.

The analysis process was conducted in four main stages:

- Familiarisation with the Company Report: The format and content of sustainability reports were analysed to understand each company's approach to ESG reporting.
- Filling in the grid: The grid was filled in based on the information presented in the reports, assessing each of the key dimensions related to ESG.
- Assigning Scores: Each item was assigned a score based on the presence or absence of the reported sustainability practices, using a binary system (yes/no) to ensure consistency.
- Verification of Compliance with Frameworks: The final score for each company was compared with the international reporting standards, assessing the degree of compliance with the frameworks adopted.

Two researchers independently applied the grid, and the evaluations were compared to ensure consistency of the results. In the event of disagreement, the researchers discussed the points until they reached a consensus.

The choice of grid, based on international frameworks, allows for a comprehensive and rigorous analysis of the quality of sustainability reports. It offers a critical view of how listed companies in Portugal align themselves with the best global governance and sustainability practices.

4. Analysis and discussion of results

Different sectors of activity were represented in the 2023 PSI, as shown in the following table:

Table 1: General characterisation of the sample

Company Code	No companies in the corporate group	Type of organisation	Economic sector	Market capitalisation (million €)	Turnover (million €)	Total Assets (millions €)	No. of workers
Case 1	160	GUO	Energy	10.310	25.000	20.000	6.000
Case 2	51	Controlled subs.	Distribution and Retail	13.000	22.000	11.000	123.000
Case 3	1636	GUO	Energy	17.000	18.500	45.000	12.000

Case 4	419	Controlled subs.	Distribution and Real Estate	2.500	7.000	9.000	42.000
Case 5	278	GUO	Construction and Engineering	1.000	2.700	4.000	30.000
Case 6	96	Controlled subs.	Industry and Cement	1.600	2.000	4.500	6.500
Case 7	43	GUO	Banking	3.000	3.500	110.000	8.500
Case 8	96	Controlled subs.	Pulp and Paper	3.200	1.700	3.800	3.200
Case 9	15	GUO	Telecommunications	3.500	1.500	2.500	2.000
Case 10	124	Controlled subs.	Cork Products	1.500	900	2.000	4.500
Case 11	17	GUO	Post and Logistics	415	900	1.200	12.000
Case 12	16	GUO	Energy Networks	2.000	600	8.000	600
Case 13	37	Controlled subs.	Restaurants and Catering	500	450	1.000	9.500
Case 14	233	GUO	Renewable Energies	1.400	350	2.000	600

The PSI 2023 reflected a significant diversity of sectors, covering energy, telecommunications, banking, distribution, industry and others, providing a comprehensive view of the Portuguese economy. This diversity reflects national economic dynamics, where each sector plays a crucial role in the country's growth and stability. Nevertheless, it is important to note that the three largest companies – Case 3, Case 1 and Case 2 - have a significant weight in the index, mainly due to their high market capitalisation. This factor gives them a greater influence on the PSI's performance, reflecting their relevance in the Portuguese economic context and their role in the international market. Case 3, a leader in the renewable energy sector, and Case 1, with a strong presence in the hydrocarbons and energy transition sector, are key to Portugal's sustainability and decarbonisation strategy. On the other hand, Case 2, with significant operations in international markets, particularly in Poland, strengthens the position of Portuguese retail on the global stage.

The predominance of these companies in the PSI shows how large corporations, especially those operating in essential sectors such as energy and retail, shape the capital market in Portugal. However, the presence of smaller companies in sectors such as catering (Case 13), sustainable products (Case 10) and renewable energies (Case 14) shows that the PSI also includes emerging and innovative players, highlighting their ability to adapt to global sustainability and digitalisation trends.

The sustainability or corporate social responsibility (CSR) reports of the companies that made up the PSI in 2023 had different characteristics. However, there were common elements in terms of content and structure, as shown in the tables below.

Table 2: Reporting framework

Company Code	Reporting framework	Integration with other frameworks
Case 1	IFRS / Portuguese Commercial Companies Code (CSC) Guidelines / Portuguese Securities Market Commission (CMVM) Model	Portuguese Securities Market Code (CVM) Provisions / Value Reporting Foundation (VRF) guidelines / GRI guidelines / SASB / TCFD / UN Global Compact (UNGC) principles / World Economic Forum / SDGs / AA1000AP 2018 / FASB
Case 2	IFRS	GRI Standards
Case 3	IFRS	Portuguese Securities Market Code (CVM) Provisions / TCFD / SASB / CMVM
Case 4	Portuguese Companies Act / Portuguese Securities Code / Portuguese Decree-Law no. 89/2017 / Spanish law no. 11/2018	Integrated Reporting Framework / IFRS / GRI Standards (2021) / EU Taxonomy Regulation / SASB / TCFD
Case 5	GRI / Reporting model for non-financial disclosure by CMVM	N/A
Case 6	IFRS	GRI Standards
Case 7	GRI / TCFD Recommendations / NFRD / DL no. 89/2017 / CSRD	UN Principles for Responsible Banking (UNEP FI) / TCFD / EU Taxonomy Regulation 2020/852 / SFDR / Science Based Targets initiative (SBTi)
Case 8	GRI / CSRD	EFRAG
Case 9	CSC / GRI / UNGC Principles / SDGs / TCFD	IIRC
Case 10	GRI	Decree-Law no. 89/2017 / Article 508-G of CSC / Article 8 of the Taxonomy Regulation and Article 10 (2) of the Delegated Act
Case 11	Decree-Law no. 89/2017 / GRI	EU Taxonomy Objectives / CMVM Recommendations / AA1000SES Standard / Portuguese Institute of Corporate Governance Code
Case 12	AA1000AP / GRI	UNGC / EU Taxonomy Regulation 2020/852
Case 13	GRI	CSRD / ESRS European Standards / SDGs / UNGC
Case 14	IIRC / GRI Standards	TCFD / Portuguese Companies Act and Securities Code / CMVM Regulations / SDGs / UNGC / Decree-Law 89/2017 / IFRS / Delegated Regulation EU 2018/815

Table 1 shows a consistent adoption of internationally recognised reporting frameworks, particularly the Global Reporting Initiative (GRI), one of the most common references. The GRI provides a comprehensive set of guidelines for reporting on environmental, social and governance impacts. Most companies that use this framework combine it with

others, such as the Sustainability Accounting Standards Board (SASB) and the recommendations of the Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD), especially in sectors such as energy and banking, which deal with major climate impacts and energy transition. In addition, some companies, such as Case 3 and Case 1, have already adopted integrated reporting practices in line with the International Integrated Reporting Council (IIRC). This framework promotes the integration of financial and non-financial information for a more holistic view of business performance.

Table 3: Type of Report, Disclosure Format and Governance

Company Code	Type of Report	Disclosure Format	Auditor involvement	Penalties for Non-Compliance	Diversity Report Required
Case 1	Integrated Report	Integrated Report	YES - PWC	YES	YES
Case 2	Integrated Report	Integrated Report	YES - E&Y	NO	YES
Case 3	Integrated Report	Integrated Report	YES - PWC	YES	YES
Case 4	Integrated Report	Integrated Report	YES - KPMG	YES	YES
Case 5	Sustainability Report	Separate Report	SIM - Bureau Veritas	YES	YES
Case 6	Integrated Report	Integrated Report	YES - KPMG	NO	YES
Case 7	Sustainability Report	Separate Report	YES - PWC	YES	YES
Case 8	Sustainability Report	Separate Report	YES - KPMG	NO	YES
Case 9	Integrated Report	Integrated Report	YES - E&Y	YES	YES
Case 10	Sustainability Report	Separate Report	YES - E&Y	NO	YES
Case 11	Integrated Report	Integrated Report	YES - E&Y	YES	YES
Case 12	Integrated Report	Integrated Report	YES - E&Y	NO	YES
Case 13	Integrated Report	Integrated Report	YES - KPMG	NO	NO
Case 14	Integrated Report	Integrated Report	YES - Deloitte	NO	YES

Table 3 shows that most companies adopt integrated reporting, where financial and non-financial information is disclosed together, reflecting a holistic approach to sustainability. The participation of external auditors, such as PWC, KPMG, E&Y and Deloitte, is a common practice that guarantees verification of compliance with reporting standards. External auditing ensures the accuracy of the information reported and compliance with national and international regulations.

In addition, the table highlights that almost all companies are subject to penalties for non-compliance and the obligation to report diversity in their governance structures and among employees. This aligns with corporate social responsibility and sustainability trends, where inclusion and diversity are increasingly monitored and reported.

Companies are committed to transparency and integrating international standards, particularly concerning environmental, social and governance (ESG) issues. The energy sector companies' reports emphasise decarbonisation targets and the transition to renewable energy sources. Case 10 emphasises boosting the circular economy, which is associated with the reuse of materials. Other companies, such as Case 8, emphasise their practices regarding sustainable management of natural forest resources and increased energy efficiency. Certification by international standards such as ISO 14001 (environmental management), ISO 50001 (energy management), and OHSAS 18001 (safety at work) are also mentioned by several companies. Companies generally integrate technological innovation into their sustainability strategies, especially in energy transition and operational efficiency, reinforcing their commitment to sustainable management and long-term value creation.

Case 4 and Case 2 emphasise the commitment to respecting human rights throughout the supply chain, while Case 5, Case 6, and Case 8 highlight health and safety at work in their reports. The concern to promote diversity and inclusion, particularly ethnic diversity and gender equality, is transversal. These ethical and social concerns are also present in the description of corporate governance models, compliance policies, risk management, and management.

Finally, we can emphasise that all of them refer to engagement with their main stakeholders, have demonstrated transparency in environmental and social practices, with clear targets for improving ESG performance and, moreover,

By applying the analysis grid to the companies' sustainability reports in various dimensions, we obtain a score for compliance with the best sustainability reporting practices. Each section of the grid is organised based on a binary coding system (yes/no), which assigns a point for the presence of practices and policies reported by the companies. This allows a final score to be assigned to each area and company, making assessing companies' compliance and transparency concerning sustainability standards easier. The following table shows the final score for each of the cases analysed:

Company Code	A	A%	B	B %	C	C %	D	D %	E	E %	Total Score	Total Score %
Case 1	39	93%	42	89%	22	81%	5	42%	4	80%	112	84%
Case 2	39	93%	44	94%	27	100%	8	67%	4	80%	122	92%
Case 3	33	79%	40	85%	24	89%	7	58%	3	60%	107	80%
Case 4	41	98%	39	83%	27	100%	3	25%	3	60%	113	85%
Case 5	38	90%	36	77%	24	89%	1	8%	2	40%	101	76%
Case 6	26	62%	27	57%	19	70%	3	25%	2	40%	77	58%
Case 7	39	93%	42	89%	26	96%	5	42%	4	80%	116	87%
Case 8	33	79%	24	51%	26	96%	2	17%	2	40%	87	65%
Case 9	36	86%	34	72%	25	93%	5	42%	3	60%	103	77%
Case 10	40	95%	36	77%	25	93%	4	33%	3	60%	108	81%
Case 11	39	93%	36	77%	24	89%	3	25%	2	40%	104	78%
Case 12	38	90%	34	72%	18	67%	3	25%	3	60%	96	72%
Case 13	21	50%	22	47%	12	44%	1	8%	2	40%	58	44%
Case 14	33	79%	37	79%	20	74%	1	8%	4	80%	95	71%

Legend: A. Stakeholders engagement, management of ESG matters and diversity information; B. Social Matters; C. Environmental Matters; D. Anticorruption & Bribery matters; E. Overall Evaluation

The overall analysis of the cases reveals consistent patterns and some significant discrepancies in the companies' sustainability practices. Overall, compliance with sustainability reporting ranges from 44 per cent to 92 per cent, with most companies falling into a medium-high compliance range (78 per cent of companies score above 70 per cent), reflecting a growing commitment to ESG practices. This trend aligns with findings in the literature, such as the KPMG report (2020), which indicates that more than 80 per cent of large global companies already report ESG information, driven by pressure from investors and regulators. However, the study by Eccles et al. (2020) argues that although most companies publish sustainability reports, many still fail to fully integrate their ESG practices with financial performance, an issue also observed in this sample.

By adopting frameworks such as GRI and SASB, Portuguese companies are trying to align themselves with global standards. However, the interconnection between financial and non-financial indicators is still insufficient, particularly regarding the Integrated Reporting Framework (IRF). Bebbington and Larrinaga (2014) emphasise that the interconnection between different types of capital (financial, manufactured, human, social and natural) is essential for companies to create sustainable value. However, few reports demonstrate this integration effectively, which is also the case in this sample.

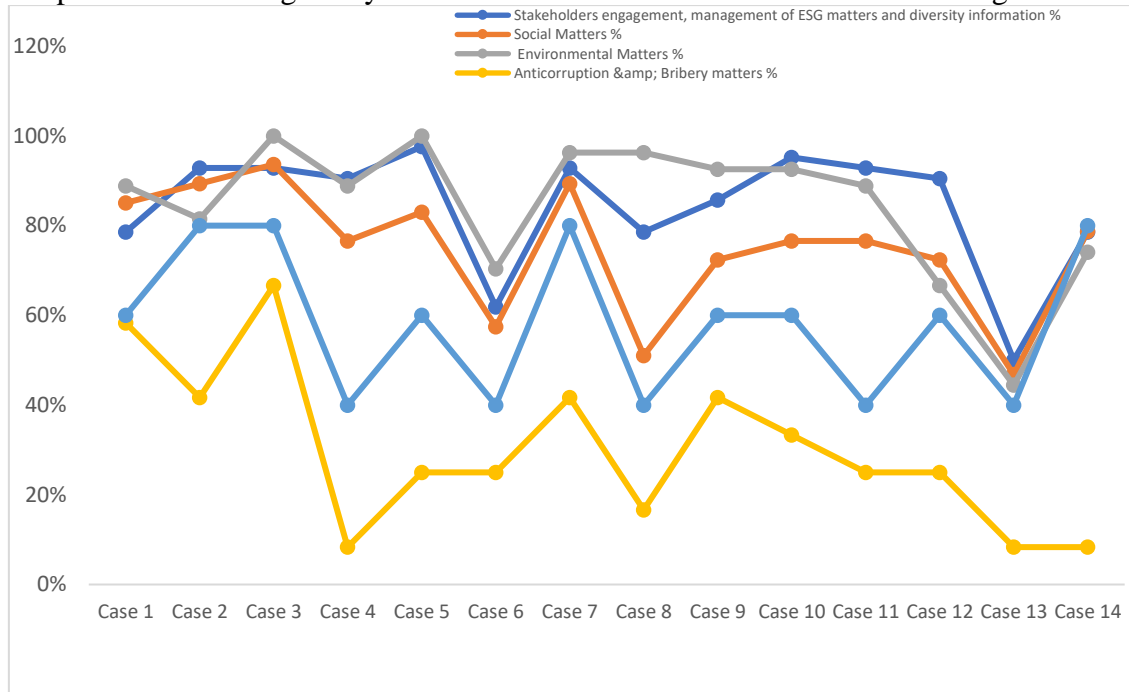
The adoption of SASB standards is relevant for analysing the financial materiality of ESG issues, as highlighted by Khan et al. (2016), who show that companies that disclose materially important ESG issues tend to have superior financial performance. In this study, the assessment of financial materiality varies significantly between companies. Companies in the energy sector, such as Case 1 and Case 3, stand out in including indicators related to carbon emissions and resource management, partially aligning with SASB standards. However, other companies, especially outside the sectors most exposed to environmental risks, have yet to fully integrate these issues into the core of their financial reporting.

The Sustainable Development Goals (SDGs) are increasingly used to assess companies' social and environmental impact. Van Zanten and Van Tulder (2018) emphasise that alignment with the SDGs can provide a competitive advantage by showcasing a company's commitment to global sustainability priorities. In this study, most companies mention the SDGs, with particular emphasis on areas such as gender equality (SDG 5) and climate action (SDG 13). However, there is a lack of clear and tangible metrics that demonstrate how companies are progressing about these goals, something that the literature, such as the United Nations study (2015), considers fundamental to effectively measuring the business contribution to sustainable development.

The Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) and the new European Sustainability Reporting Standards (ESRS), which will require greater standardisation and external verification of ESG information, represent a significant challenge for Portuguese companies. Manetti (2011) points out that the lack of standardisation has been one of the biggest obstacles to comparability between ESG reports. Although most of the companies in this sample comply with current requirements, a substantial effort will be needed to meet the stricter requirements of the CSRD. The implementation of ESRS standards should strengthen the quality and comparability of reports, something that Clarkson et al. (2008) indicate is fundamental to improving the relevance and usefulness of ESG reports for investors.

The literature also suggests that sustainability reporting performance can vary significantly by sector. Companies in sectors such as energy and utilities tend to have greater pressure to report sustainability practices, given the significant impact of their operations on the environment. According to Bansal and Song (2017), companies in sectors with high environmental and social visibility are more likely to adopt sustainability practices more robustly. The results of this study reflect this trend, with energy and utility companies obtaining relatively higher scores. At the same time, sectors such as retail (e.g. Case 2) still show challenges in fully integrating ESG practices with financial operations.

Graph 1 shows the regularity of the scores in the different dimensions of the grid:



The results show that companies have a relatively high level of compliance in categories such as A. Stakeholder engagement, management of ESG issues and diversity, and B. Social issues, with averages of 80% to 94%. Social issues, with averages ranging from 80 per cent to 94 per cent. These figures suggest that stakeholder engagement practices and the inclusion of social and diversity issues are well integrated into sustainability reports. Adopting these practices reflects increased awareness of the social impact of business operations and the growing expectation that companies be transparent and accountable in these areas.

In addition, category C. Environmental issues also show strong compliance, ranging from 67 percent to 100 percent, with several companies achieving very high levels. This trend can be linked to companies' growing focus on global environmental goals, such as reducing carbon emissions and implementing energy efficiency policies in line with the Sustainable Development Goals (SDGs). The integration of these environmental issues demonstrates that many listed companies are responding to the growing pressure to mitigate the environmental impact of their operations.

However, category D. Corruption and bribery issues stand out as the weakest in compliance, with scores ranging from 8 to 67 per cent. This result is consistent across several cases, suggesting that while companies are improving in other aspects of ESG practices, incorporating effective anti-corruption and bribery measures is still a significant challenge. This discrepancy may indicate a lack of robust systems for

monitoring and reporting anti-corruption practices, also referred to in the literature as one of the least developed areas in sustainability reports. This may be associated with the sensitivity of these issues or the complexity of implementing effective compliance systems.

Corruption and bribery issues are the weakest areas, indicating that many companies are still in the early stages of developing these practices. In addition, the variations in the overall assessment reveal a lack of uniformity in the quality and completeness of the reports, suggesting that some companies may be providing more superficial or less transparent reports. The literature, including studies such as that by García-Sánchez et al. (2019), suggests that transparency regarding anti-corruption practices is crucial for building trust with investors and stakeholders. The absence of detailed monitoring and robust anti-corruption programmes in the companies analysed indicates an important gap, which can affect the perception of corporate governance and investor confidence, as discussed by Kimbro (2002).

Compared to the literature, the results of this study reflect a trajectory similar to that observed globally: Portuguese-listed companies are making progress in adopting ESG practices and disclosing sustainability reports, but there are clear areas for improvement. The integration of ESG practices with financial performance, the standardisation of reports according to frameworks such as the IRF, and transparency in areas such as anti-corruption are all issues that need to be addressed if companies are to align themselves more closely with global best practices. The transition to the new CSRD and ESRS standards will represent an opportunity to overcome these challenges and strengthen the credibility and competitiveness of companies on the international stage.

In general, the results reflect significant growth in adopting sustainability practices, with a strong focus on social and environmental areas, but highlight important gaps in anti-corruption practices and the overall clarity of reports. Consistency in the most robust categories and variability in the weakest areas indicate that, although progress is being made, there are still important challenges in fully integrating ESG practices with corporate management and transparent disclosure in sustainability reports. In light of these findings, companies should prioritise the development of robust anti-corruption and bribery programs. This includes improving transparency in governance practices, creating more robust compliance mechanisms, and ensuring these measures are consistently reported in sustainability disclosures. Also, substantial improvements are needed to integrate financial and non-financial information and reflect the interconnectedness of financial performance and ESG impacts. Furthermore, companies must set clear and measurable targets for each goal and regularly report on their progress. As the regulatory environment becomes more demanding, Portuguese companies must begin preparing to transition to the CSRD and ESRS by enhancing the depth and quality of their disclosures, adopting external verification practices, and ensuring that their reporting aligns with these new standards.

5. Conclusion

This study analysed the sustainability reporting practices of companies listed on the Portuguese Stock Index (PSI) using a comprehensive analysis grid based on internationally recognised frameworks such as the Global Reporting Initiative (GRI), the Sustainability Accounting Standards Board (SASB), the Integrated Reporting Framework (IRF), and the United Nations' Sustainable Development Goals (SDGs). Through this analysis, the research aimed to evaluate the quality of sustainability disclosures and assess the degree of alignment between Portuguese companies and global ESG standards.

The findings reveal that Portuguese companies have made notable strides in sustainability reporting, particularly in stakeholder engagement, social matters, and environmental practices. Many companies demonstrated high levels of transparency and alignment with global frameworks, particularly in industries like energy and utilities, where the environmental impact of operations is significant. This result aligns with global trends identified in the literature, which suggest that sectors with high environmental visibility are more likely to adopt comprehensive ESG practices (Bansal & Song, 2017).

Despite these positive developments, the study also uncovered critical gaps in certain areas of sustainability reporting. Anti-corruption and bribery practices consistently showed the lowest levels of compliance across the sample, with several companies failing to incorporate robust systems for monitoring and reporting these issues. This is a significant concern, as the literature highlights that transparency in anti-corruption practices is crucial for building trust with investors and stakeholders (Kimbrow, 2002). Additionally, the lack of integrated reporting—where financial and non-financial information are reported together—remains a crucial challenge for Portuguese companies, suggesting that many have not fully aligned their ESG practices with their financial performance.

The research further identifies that alignment with the SDGs is often superficial, with many companies mentioning the goals without providing concrete, measurable progress toward achieving them. This is consistent with findings from the literature suggesting that companies frequently struggle to demonstrate how their operations contribute meaningfully to the SDGs (Bebbington & Unerman, 2018). To enhance the credibility and impact of their sustainability reports, companies must adopt more robust metrics and KPIs that track progress toward these global goals.

The Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) and the accompanying European Sustainability Reporting Standards (ESRS), set to come into effect soon, will introduce stricter reporting requirements for companies across the European Union. This presents both a challenge and an opportunity for Portuguese companies. While most companies currently comply with existing regulations, significant effort will be required to meet the higher standards imposed by the CSRD and ESRS, particularly in areas like anti-corruption, external verification, and integrating non-financial disclosures into financial reports.

This study critically analyses Portuguese companies' sustainability reporting practices and highlights several areas for further research. Sector-specific studies could provide deeper insights into the challenges faced by different industries in adopting ESG practices. Moreover, future research could expand the sample size to include a broader range of companies, particularly smaller or non-listed companies. In conclusion, while Portuguese companies have made significant progress in adopting global sustainability reporting practices, there is still a long way to go to fully integrate ESG principles into corporate strategies. By addressing the gaps identified in this study and preparing for the upcoming regulatory changes, companies can enhance their compliance with global standards, strengthen their competitiveness, and contribute meaningfully to sustainable development.

Bibliography

Adams, C. A., & Frost, G. R. (2008). Integrating sustainability reporting into management practices. *Accounting Forum*, 32(4), 288–302. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2008.05.002>

- Bansal, P., & Song, H.-C. (2017). Similar but not the same: Differentiating corporate sustainability from corporate responsibility. *Academy of Management Annals*, 11(1), 105-149. <https://doi.org/10.5465/annals.2015.0095>
- Barkemeyer, R., Preuss, L., & Lee, L. (2015, December). Corporate reporting on corruption: An international comparison. In *Accounting Forum* (Vol. 39, No. 4, pp. 349-365). No longer published by Elsevier.
- Bebbington, J., & Larrinaga, C. (2014). Accounting and sustainable development: An exploration. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 395–413. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.02.002>
- Bebbington, J., & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(1), 2-24. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2017-2929>
- Carvalho, N., Cunha, S. B., & Oliveira, M. (2020). Corporate sustainability reporting in Portugal: Insights into compliance with the European Union Directive. *Sustainability*, 12(16), 6345. <https://doi.org/10.3390/su12166345>
- Clarkson, P. M., Overell, M. B., & Chapple, L. (2008). Environmental reporting and its relation to corporate environmental performance. *Abacus*, 44(1), 27–58. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2008.00251.x>
- Doni, F., Gasperini, A., & Pavone, P. (2020). Sustainability and non-financial information disclosure: Evidence from the Italian context. *Sustainability*, 12(4), 1-14. <https://doi.org/10.3390/su12041401>
- Dumay, J., Bernard, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), 166–185. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>
- Eccles, R. G., Ioannou, I., & Serafeim, G. (2020). The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance. *Management Science*, 60(11), 2835–2857. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2014.1984>
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business*. Capstone Publishing.
- Ferreira-da-Silva, A., Pereira, J. M., Lopes, A., Magalhães, C., & Moreira, R. (2015). Foucault's perspective of performance appraisal in public administration. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 6(2), 375.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Pitman.
- Freire, L., & Fernandes, L. (2021). Sectoral differences in sustainability reporting: Evidence from Portuguese listed companies. *Journal of Business Ethics*, 168(2), 345-364. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04293-w>
- García-Benau, M. A., Bolla-Araya, H. M., & Sierra-García, L. (2022). Integrated reporting: Insights from institutional theory and sustainability reporting. *Sustainability*, 14(6), 1-23. <https://doi.org/10.3390/su14063399>
- García-Sánchez, I. M., Hussain, N., Khan, S. A., & Martínez-Ferrero, J. (2019). Managerial entrenchment, corporate social responsibility, and earnings management. *Journal of Business Research*, 104, 332-347. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.01.004>
- Global Reporting Initiative (GRI). (2016). *GRI Standards*. Available at: <https://www.globalreporting.org>
- IIRC. (2013). *The international <IR> framework*. International Integrated Reporting Council. <https://integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013). *Integrated Reporting Framework*. Available at: www.integratedreporting.org

- Issa, A., & Alleyne, A. (2018). Corporate disclosure on anti-corruption practice: A study of social responsible companies in the Gulf Cooperation Council. *Journal of Financial Crime*, 25(4), 1077-1093.
- Khan, M., Serafeim, G., & Yoon, A. (2016). Corporate sustainability: First evidence on materiality. *The accounting review*, 91(6), 1697-1724.
- Kimbro, M. B. (2002). A cross-country empirical investigation of corruption and its relationship to economic, cultural, and institutional variables: An examination of the role of accounting and financial standards in corruption. *The International Journal of Accounting*, 37(1), 1–20. [https://doi.org/10.1016/S0020-7063\(02\)00147-3](https://doi.org/10.1016/S0020-7063(02)00147-3)
- Kimbro, M. B. (2002). A cross-country empirical investigation of corruption and its relationship to economic, cultural, and institutional variables: An examination of the role of accounting and financial standards in corruption. *The International Journal of Accounting*, 37(1), 1–20. [https://doi.org/10.1016/S0020-7063\(02\)00147-3](https://doi.org/10.1016/S0020-7063(02)00147-3)
- Kimbro, M. B. (2002). A cross-country empirical investigation of corruption and its relationship to economic, cultural, and institutional variables: An examination of the role of accounting and financial standards in corruption. *The International Journal of Accounting*, 37(1), 1–20. [https://doi.org/10.1016/S0020-7063\(02\)00147-3](https://doi.org/10.1016/S0020-7063(02)00147-3)
- Kolk, A. (2008). Sustainability, accountability and corporate governance: Exploring multinationals' reporting practices. *Business Strategy and the Environment*, 17(1), 1–15. <https://doi.org/10.1002/bse.511>
- KPMG. (2020). The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020. KPMG International. <https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2020/11/the-time-has-come-survey-of-sustainability-reporting.html>
- Manetti, G. (2011). The quality of stakeholder engagement in sustainability reporting: Empirical evidence and critical points. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 18(2), 110–122. <https://doi.org/10.1002/csr.255>
- Pistoni, A., Songini, L., & Bavagnoli, F. (2017). Integrated reporting quality: An empirical analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25, 489–507. <https://doi.org/10.1002/csr.1482>
- Pogge, T., & Sengupta, M. (2016). Assessing the sustainable development goals from a human rights perspective. *Journal of International and Comparative Social Policy*, 32(2), 83–97. <https://doi.org/10.1080/21699763.2016.1178623>
- Raucci, D., & Tarquinio, L. (2020). Corporate sustainability reporting and the role of the board: Empirical evidence from Italy. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 11(5), 1-19. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-05-2019-0222>
- Rezaee, Z., & Tuo, L. (2017). Voluntary disclosure of non-financial information and its association with sustainability. *Journal of Business Ethics*, 147(3), 501-523. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2821-3>
- Rudyanto, A., & Veronica Siregar, S. (2018). The effect of sustainability reporting on firm value: Environmental performance as a moderating variable. *Business Strategy and the Environment*, 27(8), 1-10. <https://doi.org/10.1002/bse.1995>
- Silva, A., Pereira, J. M., Lopes, A., Magalhães, C., & Moreira, R. (2015). Foucault's perspective of performance appraisal in public administration. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 6(2), 375.
- Songini, L., Pistoni, A., & Tettamanzi, P. (2023). A decade of integrated reporting studies: State of the art and future research implications. *Accounting, Auditing &*

- Accountability Journal, 36(9), 226-252. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-12-2021-5603>
- Stolowy, H., & Paugam, L. (2018). The expansion of non-financial reporting: An exploratory study. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(5), 1201-1231. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2017-2925>
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB). (2018). SASB Standards. Available at: <https://www.sasb.org>
- Turzo, H., Clark, C., Wilson, J., & Robson, J. (2022). Navigating the complexities of ESG and non-financial reporting. *Corporate Governance*, 22(3), 15–29. <https://doi.org/10.1108/CG-03-2021-0094>
- United Nations. (2015). Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. United Nations. <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>
- Van Zanten, J. A., & Van Tulder, R. (2018). Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. *Journal of International Business Policy*, 1(3-4), 208-233. <https://doi.org/10.1057/s42214-018-0008-x>

Apêndice XIII – Artigo submetido às XXXIV Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica “THE ROLE OF REGULATORY, SOCIETAL, AND ETHICAL FACTORS IN SME SUSTAINABILITY REPORTING”

ABSTRACT

This study investigates the factors influencing Portuguese SMEs' perceptions of corporate sustainability reporting and corporate social responsibility (CSR) practices. Drawing on existing literature, we propose a theoretical framework incorporating stakeholder theory, institutional theory, signalling theory, and legitimacy theory. Empirical data from a survey of Portuguese SMEs is analysed using structural equation modelling. Findings reveal that regulatory pressures, societal expectations, and corporate integrity and ethics significantly impact SMEs' perceptions of sustainability reporting. Additionally, firm size moderates these relationships, suggesting distinct influences on smaller and medium-sized companies. The study contributes to understanding the drivers of sustainability reporting among SMEs and provides insights for policymakers and businesses seeking to enhance their sustainability practices.

KEY WORDS

Sustainability reporting; Corporate social responsibility; Pressures; Small and medium enterprises

1. INTRODUCTION

In today's interconnected global economy, businesses face increasing pressure to demonstrate their commitment to sustainability and social responsibility. While large corporations have often been at the forefront of these initiatives (Chehimi & Naro, 2024), Small and Medium-sized Enterprises (SMEs) are also facing growing expectations from stakeholders, including customers, investors, employees, and communities. Corporate sustainability reporting, a voluntary practice for most companies, involves disclosing information about a company's Environmental, Social, and Governance (ESG) performance.

Following Ortiz-Martínez et al. (2023), the concept of sustainability encompasses sustainable development, with its triple bottom line of social, environmental, and economic strands. Corporate Social Responsibility (CSR) is regarded as a key element of the broader sustainability agenda, emphasizing the social dimension within companies from a stakeholder perspective. While CSR and Sustainability primarily address company's internal strategies and decisions, ESG factors are used by investors to evaluate a company's external behaviour and future performance. ESG focuses on assessing a company's environmental impact, social responsibility, and governance practices (Li et al., 2021). Companies are increasingly acknowledging the critical importance of ESG factors, recognizing that these aspects have attracted substantial media attention and have

become a key focus for investors, credit rating agencies, lenders, regulators, policymakers, and other stakeholders (Knachel et al., 2021).

Given the growing importance of sustainability for companies and their stakeholders, sustainability reporting has become a key tool for communicating these efforts, with non-financial reporting emerging as a critical mechanism to ensure transparency and enable the assessment of environmental, social, and governance (ESG) performance (Eccles & Klimenko, 2019).

The non-financial reporting can help stakeholders understand a company's sustainability efforts, assess its risks and opportunities, and make informed decisions. Badia et al. (2020) state that non-financial reporting is used to increase accountability and transparency, and to adapt to external pressures and stakeholder expectations. Despite the growing importance of CSR and Sustainability reporting, SMEs often face challenges in implementing these initiatives. These challenges may include limited resources, lack of expertise, and difficulty in measuring and reporting on ESG performance. However, there is a growing body of evidence suggesting that SMEs can successfully integrate CSR and sustainability reporting into their business strategies.

This paper aims to explore the perception of the importance of corporate sustainability reporting and corporate social responsibility (CSR) practices among SMEs, as well as to identify the factors that influence Portuguese SMEs' perspectives on these topic. It will be organised as follows: after this introduction, we will briefly review the literature in section 2. In section 3 we will present methodology and data, followed by the results and discussion in section 4. Finally, section 5 concludes the paper with a summary of findings and implications.

2. LITERATURE REVIEW / DEVELOPMENT OF THE RESEARCH HYPOTHESES

2.1 LITERATURE REVIEW

In today's global economy, corporations are increasingly adopting socially responsible practices. A well-defined CSR policy benefits not only the corporation's bottom line but also its employees, stakeholders, consumers, and the broader community and environment. CSR is a broader concept that encompasses a company's commitment to ethical and responsible business practices. It involves addressing social, environmental, and economic concerns, and contributing to the well-being of society. While CSR and Corporate Sustainability (CS) are concepts frequently used together, both seek a positive impact on society and the environment, their approaches and emphases differ. (Badia et al., 2020; van Marrewijk, 2003).

Regarding CS, it focuses on the longevity of the company and its operations. Seeks to integrate environmental, social, and economic issues into all organizational decisions and activities, aiming to ensure its long-term viability. So, it refers to a business approach that creates long-term shareholder value by embracing opportunities and managing risks derived from economic, environmental, and social developments (Dyllick & Hockerts,

2002). The definition of CS emphasizes the triple bottom line (economic, environmental, and social dimensions) and the long-term focus on corporate sustainability.

CSR is a broader concept that encompasses a company's actions and policies aimed at contributing to social and environmental development, as well as generating value for its stakeholders. It goes beyond internal operations and extends to relationships with the community, suppliers, customers, and employees. CSR is defined as the voluntary integration of social and environmental concerns into business operations and interactions with stakeholders (Dahlsrud, 2008). This definition highlights the voluntary nature of CSR and its focus on balancing business practices with societal and environmental concerns. Investing in corporate social responsibility can lead to increased consumer loyalty and support; by prioritizing social responsibility, companies can reap the benefits of a positive public image and increased brand value (Baskentli et al., 2019).

CSR and Sustainability reporting is measuring, disclosing, and being accountable to internal and external stakeholders for organizational performance towards sustainable development. It covers economic, environmental, and social dimensions, already referred to as the triple bottom line (Lozano & Huisinigh, 2011). While large corporations have been more active in CSR and Sustainability reporting, SMEs are also increasingly recognizing the benefits of these initiatives. CSR can enhance a company's reputation, attract and retain talent, improve customer loyalty, and reduce risks. Additionally, sustainability reporting can help SMEs access financing, differentiate themselves from competitors, and comply with regulatory requirements (Appiah-Kubi, 2024).

Although it is not compulsory for Portuguese SMEs, sustainability reporting is increasingly seen as a critical component of corporate governance by these companies and several factors drive its adoption and influence its effectiveness, being important in understanding the drivers of sustainability reporting. Following Badia et al. (2020) and Simoni et al. (2020), the adoption of non-financial reporting is influenced by various factors and among the most prevalent theories explaining this phenomenon are legitimacy theory, stakeholder theory, institutional theory and signalling theory.

In the light of stakeholder theory, organisations must balance the expectations and interests of various stakeholders (Laplume et al., 2008). Sustainability reports serve as a means of dialogue between an organisation and its stakeholders, promoting transparency and accountability (Siew, 2015). Although financial stakeholders and regulators often exert a significant influence on disclosure practices, the involvement of various stakeholder groups is crucial to improving the quality and credibility of sustainability reports (Bellucci & Manetti, 2018). In addition to direct pressure from stakeholders, institutional theory highlights the influence of higher-level structures, such as countries and industries, on organisational practices (Simoni et al., 2020; Fernandez-Feijoo et al., 2015). The social and economic context in which a company operates shapes its decisions regarding sustainability reporting and institutional pressures, including regulatory frameworks and social norms, which can lead organisations to adopt sustainability practices and disclosures to maintain legitimacy and avoid negative consequences (Gray, 2000). Signalling theory suggests that organisations voluntarily disclose sustainability

information to signal their positive performance and commitment to ethical and responsible practices. Companies with superior environmental and social results may be more motivated to publicise their performance and seek assurances to differentiate themselves from competitors (Clarkson et al., 2011). Legitimacy theory proposes that organisations engage in sustainability reporting to maintain or improve their social licence to operate, by aligning their practices with society's expectations and social norms (Guerrero-Baena et al., 2024). While seeking legitimacy can be a strategic motive, it can also be a response to external pressures or controversies (Simoni et al., 2020). The Resource-Based View theory suggests that a company's competitive advantage is derived from its unique resources and capabilities (Barney, 1991). These resources can be tangible or intangible and must be valuable, rare, inimitable, and non-substitutable.

Thus, the decision to produce a sustainability report is influenced by a complex interplay of factors, including stakeholder expectations, institutional pressures, signalling motives and legitimacy and competitive advantage concerns. To comprehensively address why companies adopt sustainability reporting, we need to integrate insights from these theories: Legitimacy Theory can explain the desire for alignment with societal norms; Stakeholder Theory can illustrate the importance of addressing diverse stakeholder interests; Institutional Theory can describe the influence of external pressures and norms; Resource-Based View Theory can offer a perspective on how CSR contributes to competitive advantage; By understanding these theoretical perspectives, we can gain valuable insights into the factors that determine companies' sustainability practices and the role of assurance in enhancing transparency and accountability.

In this context, regulatory pressures have significantly contributed to the growth of sustainability reporting. Governments worldwide are introducing legislation mandating disclosure of environmental, social, and governance (ESG) information. For instance, the European Union's Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) imposes stringent reporting obligations on large companies. Such regulations compel organizations to integrate sustainability into their core operations and disclose their performance transparently. Beyond regulatory compliance, societal expectations play a crucial role. Consumers, investors, and other stakeholders demand transparency and accountability from corporations. They expect companies to address environmental and social challenges responsibly. Sustainability reporting allows organizations to demonstrate their commitment to these issues and build trust with stakeholders. Corporate integrity and ethics are also fundamental to effective sustainability reporting. To produce credible and reliable information, companies must adhere to high ethical standards. A strong ethical culture fosters transparency, accountability, and responsible decision-making. Sustainability reporting can be a powerful tool for reinforcing ethical behaviour and demonstrating a company's commitment to doing the right thing.

To effectively assess and understand a corporation's level of social responsibility, Kanji & Chopra (2010) argue that a comprehensive and systematic approach was necessary. The authors introduce a measurement model to conceptualize and quantify corporate social responsibility. The model, developed within the framework of organizational

strategic planning systems, utilizes latent variable structural equations to measure CSR at various levels, including international, national, and community. The proposed CSR index has provided insights into the extent to which a corporation demonstrates social responsibility and identifies areas for improvement. By understanding and measuring CSR, corporations can make informed decisions, improve their reputation, and contribute positively to society. The model proposed by Kanji & Chopra (2010) offers a valuable tool for assessing and enhancing corporate social responsibility in a global economy.

In order to assess how the initiatives of CSR influence corporate reputation, legitimacy, and culture in Malaysia, Abdullah & Abdul Aziz (2013) developed three sets of analyses highlighting significant relationships between CSR constructs (moral, discretionary and relational) and those variables. First, CSR initiatives are significant predictors of corporate reputation dimensions. Second, CSR initiatives positively impact culture and legitimacy. Third, while culture is positively related to corporate reputation, legitimacy is not directly linked. These findings contribute to the theory of corporate identity and reputation in an Asian context, reinforcing the notion that corporate identity is transmitted to stakeholders, shaping their perceptions and forming the basis of the company's reputation. The authors conclude that institutionalizing CSR within corporate communication is crucial for improving corporate reputation, suggesting two theoretical implications: CSR as a strategic business function directly impacts corporate reputation and corporate communication should be formulated based on CSR constructs at both technical and managerial levels, enhancing the roles of communication technicians and managers. While the study did not find a direct relationship between legitimacy and reputation, it reinforces the notion of their complementary relationship based on accountability standards. A greater focus on institutional theory and isomorphism contributes to corporate reputation scholarship.

Recently, Arkoh et al. (2024) presents a systematic literature review of articles on sustainability reporting determinants published in ABS-ranked journals between 2002 and 2021. This research provides a comprehensive framework of the factors driving sustainability reporting. Drawing on corporate sustainability theories, they categorize determinants into several categories: Resource-based view: Firm size, age, and profitability, Aggregate entity theory: Government ownership, Agency theory: Board size, independence, gender diversity, and meeting frequency, Real entity theory: Compliance with regulations, and Stakeholder theory: Stakeholder pressure and industry membership. These factors highlight the interplay of internal resources, governance structures, regulatory influences, and stakeholder demands in shaping a firm's sustainability reporting practices. Also, Del Gesso & Lodhi (2024) seek to explore the theoretical foundations underlying ESG disclosure research, identifying the prevalent theoretical approaches and emerging perspectives shaping this field. A systematic review of 142 accounting studies published up to June 2023, focusing on ESG and CSR disclosure, was conducted. The analysis revealed five dominant theories among the 32 identified: stakeholder theory, legitimacy theory, institutional theory, agency theory, and signalling theory.

Under the view of the institutional theory, Agyabeng-Mensah et al. (2022) examined the factors influencing circular economy performance among small and medium-sized enterprises (SMEs) in Ghana. The study analysed the impact of external pressure, engagement capability, alliance capability, environmental sustainability commitment, and circular supply chain capability based on data from 124 SMEs. SMEs in Ghana face external pressures from various sources, including the United Nations, regulatory institutions, customers, suppliers, and the community. The findings suggest that stakeholders not only exert pressure on SMEs to adopt more circular supply chain practices but also provide resources to support their implementation. Also, for Ghanaian SMEs, Appiah-Kubi (2024) investigated the relationship between sustainability knowledge, perceived benefits, stakeholder pressure, and sustainability reporting practices. The research uses a structured questionnaire to collect data from key decision-makers in 258 SMEs. The findings reveal a statistically insignificant positive relationship between sustainability knowledge and sustainability reporting. However, perceived benefits were found to fully mediate this relationship. Additionally, stakeholder pressure positively moderates the connection between perceived benefits and sustainability reporting. Based on these results, the author suggests that SME management should consider disclosing environmental, social, and economic information in financial statements and related reports. Furthermore, enhancing stakeholder relationship management by incorporating stakeholder concerns into strategy formulation is crucial.

Using a sample of 417 listed organizations across European countries over a five-year period, Simoni et al. (2020) research assesses the impact of stakeholder commitment, national sustainability orientation, firm environmental performance, and business ethics controversies on the decision to assure sustainability reports. By drawing on stakeholder theory, institutional theory, signalling theory, and legitimacy theory, the study develops hypotheses to explore the key determinants of a company's decision to ensure its sustainability reports. The findings demonstrate that a company's decision to assure its sustainability reports is primarily driven by the desire to maintain positive relationships with stakeholders, aligned with stakeholder theory and legitimacy theory. Additionally, signalling sustainability performance, as suggested by signalling theory, and gaining legitimacy are significant motivations. However, business ethics controversies do not appear to be a major influence on assurance practices.

Cantele & Zardini (2020) examined the factors influencing the implementation of sustainability practices in Italian SMEs by surveying 336 entrepreneurs and top managers. While perceived pressures from stakeholders did not directly impact implementation, the final decision involved evaluating perceived benefits and barriers. The study found that the adoption of sustainability practices was not solely driven by external requests but required internal assessment of potential benefits and obstacles. Small entrepreneurs were positively influenced by the expected benefits (e.g., employee motivation, competitive advantage, reputation, profitability, customer satisfaction, and improved compliance) and negatively influenced by perceived barriers (cost, time, and fear of losing competitiveness). Although the analysis tested the interaction between benefits and barriers, no significant relationship was found, suggesting that entrepreneurs weighed

these factors separately. Similarly, studies such as those by Chin et al. (2020) have emphasized that sustainability performance measurement enhances the impact of CSR initiatives, helping firms align their internal strategies with external stakeholder expectations.

Chithambo et al. (2022) examine managers' perceptions of the importance of various stakeholders' pressure on greenhouse gas disclosure decisions in FTSE 100 listed firms. The study also investigates how firm size moderates the relationship between certain stakeholders and greenhouse gas disclosure. Through a survey of 62 FTSE 100 firms, the paper analyses greenhouse gas disclosures in annual reports and uses regression analysis to determine the relationship between perceived stakeholder pressure and actual greenhouse gas disclosures. The results indicate that provider stakeholders (shareholders, investors, and the community) are perceived to have the most significant influence on managers' greenhouse gas disclosure decisions, followed by government regulators, organizational stakeholders (employees, customers, and suppliers), and social stakeholders (competitors, NGOs, and media).

Motivated by the cross-cultural differences between countries in terms of cultural orientation and non-financial reporting practices, García-Machado et al. (2023) investigate the influence of managers' beliefs and attitudes on non-financial information reporting practices through the lens of the Theory of Planned Behaviour. A survey of 104 Italian (56.73%) and Spanish (43.27%) managers was conducted to measure non-financial information. The authors developed a Sustainability Reporting Quality Index for the companies surveyed, combining various disclosure quality features. Additionally, they explore the impact of external factors, such as governance characteristics, social influence, and sustainable education, on managers' intentions to engage in sustainability reporting. The results indicate that the model, incorporating sustainable education and social influence, explains over 56% of the intention to engage in sustainability reporting. This suggests that managers' beliefs are significant drivers of quality sustainability reporting practices.

Regarding USA, García-Machado et al. (2023) examined the quantitative relationship between environmental sustainability and performance in SMEs, based on the stakeholder theory, neo-institutional theory, and resource-based view. The authors conducted a survey of 49 SMEs in the Houston, Texas metropolitan area. The findings reveal significant connections between relational motives and sustainable internal environmental strategies, and sustainable internal environmental management strategies and operational, economic, and environmental performance among the surveyed SMEs.

Alnaim & Metwally (2024) investigated the influence of institutional pressures on the adoption of environmental management accounting in Egypt. Using data from managers across all registered manufacturing companies in the country, the study found a significant positive correlation between the three components of institutional pressures - coercive, normative, and mimetic - and the adoption of environmental management accounting practices.

Guerrero-Baena et al. (2024) conducted an inductive content analysis of interviews with SME owner-managers and CEO letters in Spain to explore the motivations behind voluntary social and environmental reporting by SMEs. The authors based their analyses on Stakeholder engagement, Legitimacy and Institutional pressures, Competitive advantage, Organizational benefits, and Individual beliefs and values. Their findings revealed a multifaceted set of motivations, including stakeholder engagement as the most significant driver. Ayuso et al. (2013) focused on the role of small and medium-sized enterprises (SMEs) in sustainable supply chain management, specifically examining the integration of corporate social responsibility in their relationships with customers and suppliers. Through a survey of 410 Spanish SMEs, the study investigates the extent to which SMEs receive social and environmental requirements from various customer types and how they transmit these requirements to their suppliers. The findings indicate that large businesses are the most demanding customers in terms of CSR requirements imposed on their SME suppliers. Additionally, SMEs are capable of transferring these requirements to their own suppliers.

Aiming to explore the perceptions and attitudes of medium-sized enterprises and multinational companies' managers in the Romanian retail sector regarding the implementation of CSR, Modreanu et al. (2024) analyse, among others, the responses to employees' pressure, governmental pressure (especially regarding the preservation of the natural environment), competitive pressure, consumer pressure and social pressure. The findings reveal that firm size significantly influences managers' perceptions and attitudes towards CSR. SME managers demonstrate a lower level of familiarity with the concept and its potential business advantages compared to multinational companies' managers. In terms of CSR practices, MNCs adopt a more comprehensive approach to addressing stakeholder demands, while SMEs prioritize employee requirements.

Nath et al. (2024) conducted a study intended to explore the factors driving multi-tier apparel suppliers to integrate social sustainability practices into their supply chains and the obstacles they encounter in implementing these initiatives. Utilizing a qualitative research design, the study collects data through semi-structured interviews with 46 owners and managers from 33 multi-tier apparel suppliers in Bangladesh. The authors' findings highlight a range of institutional drivers and barriers - coercive, mimetic, and normative - that influence the implementation of social sustainability practices by multi-tier apparel suppliers. Key drivers identified include buyers' requirements, external stakeholder expectations, top management commitment, and competition.

The above literature review has highlighted the multifaceted factors influencing sustainability reporting and corporate social responsibility: Regulatory pressures – Governments worldwide are introducing legislation mandating ESG disclosure, such as the EU's Corporate Sustainability Reporting Directive; Societal expectations – consumers, investors, and other stakeholders demand transparency and accountability from corporations; Corporate integrity and ethics – a strong ethical culture fosters transparency, accountability, and responsible decision-making; Institutional pressures – e.g., from the United Nations, regulatory institutions, customers, suppliers, and the

community; Stakeholder pressure – that positively moderates the relationship between perceived benefits and sustainability reporting; Managerial beliefs and attitudes – that play a significant role in driving sustainability reporting practices, and also Firm size that can influence managers' perceptions and attitudes towards CSR. By understanding these factors, corporations can make informed decisions, enhance their reputation, and contribute to a more sustainable future.

2.2. THEORETICAL BACKGROUND OF RESEARCH HYPOTHESES

Multiple theories guide the decision to engage in sustainability reporting, including stakeholder expectations, institutional pressures, signalling motives, legitimacy concerns, and competitive advantage. Understanding these theories provides valuable insights into the factors driving corporate sustainability practices and the role of assurance in enhancing transparency and accountability. The hypotheses proposed in this study are grounded in these key theoretical frameworks. These theories provide a comprehensive foundation for understanding the dynamics that drive corporate sustainability reporting (CSR) and corporate social responsibility (CSR) practices in response to external pressures and internal motivations.

H1: There is a significant relationship between regulatory pressures (PREG) and the perceived importance of corporate sustainability reporting (PIMPRSE).

This hypothesis is primarily supported by institutional theory, which posits that organizations are influenced by the formal and informal rules and structures of the society in which they operate. Regulatory pressures represent formal coercive mechanisms that compel companies to align their practices with externally imposed standards (DiMaggio & Powell, 1983). Regulations such as environmental laws and corporate governance directives are critical in shaping companies' sustainability reporting behaviors, thus, “companies show a different approach to SR depending on the institutional setting where they operate” ((Ferri, 2017:24). Institutional theory suggests that companies seek legitimacy by complying with these external regulatory pressures, as non-compliance can lead to reputational risks and sanctions (Meyer & Rowan, 1977). Thus, as regulations become more stringent, organizations are more likely to perceive sustainability reporting as essential for maintaining legitimacy and meeting institutional expectations (Simoni et al., 2020).

H2: There is a significant relationship between social pressures (PSOC) and the perceived importance of corporate sustainability reporting (PIMPRSE).

Stakeholder theory underpins this hypothesis by emphasizing that organizations must address the expectations of various stakeholders, such as customers, investors, employees, and communities, in their decision-making processes (Freeman, 2010). Social pressures, particularly from these stakeholders, influence how companies perceive the importance of sustainability reporting. There is an “obvious tie of Corporate

Sustainability to stakeholder information need” (Bradford et al., 2017:85). When stakeholders demand greater transparency and ethical behavior, organizations are driven to adopt sustainability reporting as a way to ensure trust and continued support, as suggested by Clarkson et al. (2011) and meet societal expectations (Donaldson & Preston, 1995). Stakeholder theory suggests that as social pressures increase, companies are more likely to view sustainability reporting as critical to maintaining stakeholder trust and ensuring long-term legitimacy (Mitchell et al., 1997).

H3: There is a significant relationship between the perceived importance of corporate sustainability reporting (PIMPRSE) and corporate social responsibility practices (INDRSE).

According to signalling theory, companies disclose information to signal their commitment to ethical and responsible practices to external audiences (Spence, 1973). When companies recognize the perceived importance of sustainability reporting, they see it as an opportunity to demonstrate their commitment to responsible practices, which can enhance their reputation and differentiate them from competitors (Connelly et al., 2011). CSR appears as “a tool to enhance corporate reputation and stakeholders' acceptance and perceptions on companies' activities” (Gomez-Trujillo et al., 2020:406). As companies emphasize the importance of sustainability reporting, they are likely to integrate comprehensive CSR practices to ensure their reporting reflects their actual ethical and responsible behavior (Lyon & Maxwell, 2011), thus “companies which produce more sustainability information are more likely to get their sustainability assured” (Hassan et al., 2020:391). This alignment between perceived importance and CSR practices serves as a signal of the company’s integrity and commitment to sustainability.

H4: There is a significant relationship between corporate integrity and ethics (PMREL) and corporate social responsibility practices (INDRSE).

Legitimacy theory posits that organizations must conform to societal norms and values to maintain their legitimacy (Suchman, 1995). Corporate integrity and ethics are critical components of an organization’s legitimacy, as they demonstrate a commitment to responsible business practices and transparency (Deegan, 2002). Legitimacy theory suggests that companies with strong ethical foundations are more likely to adopt CSR practices that align with societal expectations and norms, as this enhances their legitimacy and helps them maintain their social license to operate (Dowling & Pfeffer, 1975). There is an implicit social contract between the business entity and society, so high levels of corporate integrity and ethical behavior signal a company’s commitment to fulfilling its societal obligations, making CSR practices a natural extension of its core values (Faisal et al., 2012).

Together, stakeholder, institutional, signalling, and legitimacy theories provide a comprehensive framework for understanding the relationships between external pressures (regulatory and social), internal values (integrity and ethics), and the adoption of sustainability reporting and CSR practices. These theories suggest that companies are driven by both external demands for transparency and internal motivations to signal

ethical behavior and maintain legitimacy, leading to adopting sustainability reporting as a crucial element of their CSR strategy.

Based on these theoretical perspectives and empirical evidence found in literature review, we propose a model with four hypotheses (Figure 1) where the endogenous response variable was named Corporate Social Responsibility Practices (INDRSE):

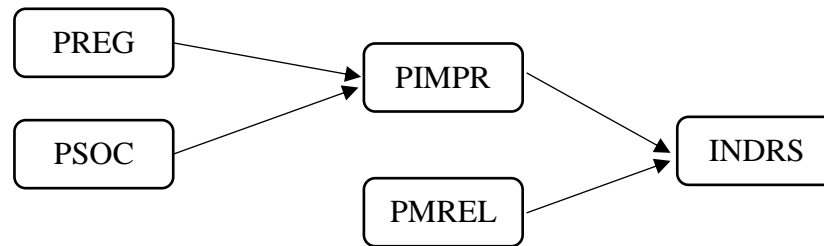


Figure 1: Proposed Model where PREG represents Regulatory pressures, PSOC the Social pressures, PMREL the Corporate integrity and ethics, PIMPRSE the Perceived importance of corporate sustainability reporting and INDRSE the Corporate social responsibility practices.

3. METHODOLOGY AND DATA

To ensure the validity and reliability of the research, a series of methodological procedures were employed. The Content Validity Index (CVI) was used to assess the content validity of the research instruments. Exploratory Factor Analysis (EFA) was performed, employing the principal components extraction method with varimax rotation to identify underlying factors within the data. Confirmatory Factor Analysis (CFA), using maximum likelihood estimation, was employed to confirm the hypothesized factor structure and assess the model fit. The relationships between variables and the proposed hypotheses were tested using Maximum Likelihood Structural Equation Modelling (ML-SEM). Additionally, independent t-tests were conducted to compare the means of different groups.

The data were collected from an online anonymous questionnaire administered to Portuguese accounting and auditing professionals, selected through SABI Informa database. The filter was made based on the definition of SME: companies with fewer than 250 employees and an annual turnover of less than 50 million euros or a balance sheet total of less than 43 million euros. The questionnaire was available on the Forms application of the Microsoft 365 platform for response via the link sent to the selected companies between 17 April and 3 June 2024 and 453 responses were received, of which only 422 were considered valid because they had completed the questionnaire.

A preliminary version was pilot-tested on accounting and auditing professionals from different Portuguese companies to ensure content validity. To assess the reliability of the questionnaire, the Cronbach's Alpha test was performed, with a minimum acceptable value of 0.70, and no values found below this threshold. The items were measured on a five-point Likert scale, with responses ranging from 1 (minimum) to 5 (maximum).

4. RESULTS AND DISCUSSION

Exploratory Factor Analysis (EFA) was performed to identify the constructs based on the characteristics of the study sample. The Principal Component Analysis (PCA) method was employed to create uncorrelated linear combinations of the observed variables.

Key metrics, including the Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) measure of sampling adequacy, Bartlett's Test of Sphericity, eigenvalues, communalities, and factor extractions. The KMO value reached 0,923, indicating adequate sample size, while Bartlett's test yielded a significant result ($p < 0.001$), confirming that the correlation matrix differed significantly from an identity matrix. These findings collectively supported the appropriateness of factor analysis. Descriptive statistics reveal mean scores of 3,503 for construct PREG, 3,432 for PSOC, 4,527 for PMREL, 3,286 for PIMRSE and 3,187 for construct INDRSE. Detailed item-level statistics are presented in Table 2.

Table 2 – Descriptive statistics of the constructs

<i>Variable</i>	<i>Mean</i>	<i>Sd</i>	<i>Skewness</i>	<i>Kurtosis</i>
<i>PREG</i>				
preg01	3.438389	1.140798	-0.77067	2.863991
preg02	3.445498	1.141161	-0.75859	2.85184
preg03	3.604265	1.088607	-0.90426	3.325237
preg04	3.594787	1.093827	-0.91328	3.304425
preg05	3.412322	1.145326	-0.72924	2.76222
preg06	3.402844	1.140401	-0.69796	2.777678
preg07	3.623223	1.135784	-0.87088	3.135158
<i>PSOC</i>				
psoc01	3.203791	0.989822	-0.43097	2.980812
psoc02	3.42654	0.963987	-0.57174	3.304234
psoc03	3.611374	0.994361	-0.70125	3.396145
psoc04	3.443128	0.950228	-0.58501	3.402158
psoc05	3.473934	0.921134	-0.61709	3.524697
<i>PMREL</i>				
pmrel01	4.540284	0.710985	-1.9685	8.108605
pmrel02	4.533175	0.666532	-1.73574	7.754497
pmrel03	4.545024	0.640377	-1.63555	7.288618
pmrel04	4.511848	0.73501	-1.92747	7.916676
pmrel05	4.495261	0.656577	-1.39403	6.113778
pmrel06	4.561611	0.692508	-2.00441	8.445153
pmrel07	4.601896	0.630045	-1.84261	7.916127
pmrel08	4.42891	0.750878	-1.59376	6.542246
<i>PIMRSE</i>				

pimprse01	3.106635	1.163786	-0.41629	2.297016
pimprse02	2.99763	1.172728	-0.26966	2.13147
pimprse03	4.030806	1.041422	-1.2869	4.351334
pimprse04	3.469194	1.258793	-0.59206	2.31983
pimprse05	3.149289	1.17939	-0.36049	2.265515
pimprse06	3.180095	1.167974	-0.40711	2.334034
pimprse07	3.21327	1.172534	-0.45499	2.335721
pimprse08	3.13981	1.162305	-0.34638	2.30392
<i>INDRSE</i>				
indrse01	3.196682	1.15608	-0.43436	2.284315
indrse02	3.097156	1.13988	-0.31604	2.279711
indrse03	3.040284	1.096653	-0.27447	2.368153
indrse04	3.327014	1.120816	-0.56684	2.56608
indrse05	3.011848	1.172671	-0.25303	2.189046
indrse06	3.075829	1.177353	-0.32195	2.241445
indrse07	3.547393	1.118355	-0.71562	2.852433
indrse08	3.203791	1.124626	-0.45662	2.505281

NOTE: Table 2 presents the descriptive statistics of the constructs, where PREG represents Regulatory pressures, PSOC the Social pressures, PMREL the Corporate integrity and ethics, PIMPRSE the Perceived importance of corporate sustainability reporting and INDRSE the Corporate social responsibility practices.

During the EFA, PCA extraction with varimax rotation was used (Table 3). To address multicollinearity issues, evidenced by correlation coefficients exceeding 0.9 between variables, two variables (*preg02 and preg04*) were removed from the dataset as they were deemed redundant. This step was necessary to ensure the stability and interpretability of the subsequent factor analysis.

Table 3 – EFA results

	<i>Variable</i>	<i>Factor1</i>	<i>Factor2</i>	<i>Factor3</i>	<i>Factor4</i>	<i>Factor5</i>	<i>Uniqueness</i>	<i>Eigenvalue</i>	<i>α</i>
<i>PMREL</i>	pmrel01	0.8479					0.2500	11.88469	0.9403
	pmrel02	0.7944					0.3469		
	pmrel03	0.8600					0.2448		
	pmrel04	0.7901					0.3678		
	pmrel05	0.8616					0.2419		
	pmrel06	0.9044					0.1746		
	pmrel07	0.8843					0.2050		
	pmrel08	0.7433					0.4181		
<i>PIMPRSE</i>	pimprse01		0.6948				0.3050	5.32166	0.9376
	pimprse02		0.7363				0.2459		
	pimprse03		0.6159				0.5806		
	pimprse04		0.6574				0.5126		
	pimprse05		0.8458				0.1421		

	pimprse06	0.8257		0.1596		
	pimprse07	0.8143		0.1706		
	pimprse08	0.7956		0.1598		
<i>PREG</i>	preg01	0.7517		0.2536	2.29399	0.9382
	preg03	0.8079		0.1796		
	preg05	0.8083		0.1402		
	preg06	0.8289		0.1233		
	preg07	0.7939		0.2646		
<i>PSOC</i>	psoc01		0.7457	0.3757	1.70733	0.8974
	psoc02		0.7434	0.3685		
	psoc03		0.7533	0.3031		
	psoc04		0.8480	0.1925		
	psoc05		0.8511	0.1775		
<i>INDRSE</i>	indrse01		0.7084	0.3166	1.48134	0.9008
	indrse02		0.6971	0.3665		
	indrse05		0.7876	0.2219		
	indrse06		0.7920	0.2423		
	indrse08		0.7576	0.2597		

NOTE: Table 3 presents the EFA results where PREG represents Regulatory pressures, PSOC the Social pressures, PMREL the Corporate integrity and ethics, PIMPRSE the Perceived importance of corporate sustainability reporting and INDRSE the Corporate social responsibility practices.

The factor loadings for most variables were strong and clear-cut (greater than 0,6159), and there was no significant overlap between the factors, indicating that PCA identified distinct dimensions of the data without redundancy. The KMO measure of sampling adequacy was 0.923, confirming the high suitability of the data for factor analysis, while Bartlett's test of sphericity was significant ($p < 0.001$), supporting the appropriateness of this method.

Five distinct constructs were identified through the EFA: Regulatory Pressures (PREG), Social Pressures (PSOC), Perception of the importance of corporate sustainability reporting (PIMPRSE), Corporate integrity and ethics (PMREL), and Corporate social responsibility practices (INDRSE).

To validate the factor structure identified by the EFA, CFA was performed. Convergent validity was assessed using Composite Reliability (CR) and Average Variance Extracted (AVE) values. The results indicate satisfactory convergent validity, with all CR values exceeding the recommended threshold of 0.70 and AVE values surpassing the suggested cut-off of 0.50 (Table 4). These findings suggest that the items within each construct share a high degree of internal consistency and adequately capture the underlying latent variables.

Table 4 – Composite Reliability and Average Variance Extracted

	<i>AVE</i>	<i>CR</i>
<i>PIMPRSE</i>	0.6698	0.9397
<i>PMREL</i>	0.6745	0.9428
<i>PSOC</i>	0.6336	0.8931
<i>PREG</i>	0.7530	0.9381
<i>INDRSE</i>	0.6720	0.9347

NOTE: Table 4 presents the results of Composite Reliability (CR) and Average Variance Extracted (AVE) for the five factors: PREG – Regulatory pressures, PSOC – Social pressures, PMREL – Corporate integrity and ethics, PIMPRSE – Perceived importance of corporate sustainability reporting and INDRSE – Corporate social responsibility practices.

Model fit was assessed using the root mean square error of approximation (RMSEA), standardized root mean square residual (SRMR), comparative fit index (CFI), and Tucker-Lewis index (TLI). CFA results indicated an adequate model fit (Table 5).

Table 5 – Fit Indices for the measurement

RMSEA	0.054
SRMR	0.053
CFI	0.956
TLI	0.952

NOTE: Table 5 presents the fit indices for the proposed measurement model. RMSEA represents the root mean square error of approximation, SRMR the standardized root mean square residual, CFI the comparative fit index and TLI the Tucker-Lewis index (TLI).

Based on the acceptable fit indices obtained in the CFA, we proceeded to test the research hypotheses. This study investigated the relationship between companies' Perception of the importance of corporate sustainability reporting (PIMPRSE) and Corporate integrity and ethics (PMREL) with Corporate social responsibility practices (INDRSE). The structural model was developed in such a way as to observe the effects of Regulatory Pressures (PREG) and Social Pressures (PSOC) on Perception of the importance of corporate sustainability reporting (PIMPRSE) on the one hand, and the effects of Perception of the importance of corporate sustainability reporting (PIMPRSE) and Corporate integrity and ethics (PMREL) on Corporate social responsibility practices (INDRSE), on the other.

Having established the reliability and validity of the measurement model, attention turned to evaluating the structural model. This stage aimed to assess the predictive power of the independent variables on the dependent variables and to examine the hypothesized relationships between constructs. Therefore, we will evaluate the model fit and the significance of the path coefficients. Pearson correlation coefficients were calculated among the constructs to inform the subsequent path analysis. Following established guidelines (e.g., Evans, 1996), correlations were categorized as very weak (0.00-0.19), weak (0.20-0.39), moderate (0.40-0.59), strong (0.60-0.79), and very strong (0.80-1.00).

As shown in Table 6, most factors present significant and moderate correlations. Strong correlations were observed between PMREL and PREG and between INDRSE and PREG. However, all correlation coefficients are less than 0.90, confirming that multicollinearity is not a problem.

Table 6 – Pearson correlations

	<i>PREG</i>	<i>PMREL</i>	<i>INDRSE</i>	<i>PIMPRSE</i>	<i>PSOC</i>
<i>PREG</i>	1.0000				
<i>PMREL</i>	0.7114	1.0000			
<i>INDRSE</i>	0.7388	0.6034	1.0000		
<i>PIMPRSE</i>	0.4838	0.4632	0.4548	1.0000	
<i>PSOC</i>	0.1452	0.2020	0.2127	0.2295	1.0000
	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000

NOTE: Table 6 presents the Pearson correlations results among the constructs PREG – Regulatory pressures, PSOC – Social pressures, PMREL – Corporate integrity and ethics, PIMPRSE – Perceived importance of corporate sustainability reporting and INDRSE – Corporate social responsibility practices.

The model demonstrated excellent fit based on a variety of fit indices (Table 7). The RMSEA of 0.054 suggests a close fit between the model and the data. The CFI of 0.955 and TLI of 0.950 also indicate a good fit.

Table 7 – Fit indices of the structural model

RMSEA	0.054
CFI	0.955
TLI	0.950
SRMR	0.054

NOTE: Table 7 presents the fit indices for the structural model. RMSEA represents the root mean square error of approximation, SRMR the standardized root mean square residual, CFI the comparative fit index and TLI the Tucker-Lewis index (TLI).

Table 8 shows the results of the SEM model. We can see that there is a significant positive relationship between the latent variables PREG (0.6256554) and PSOC (0.2877891) and PIMPRSE at 0.000 significance level, with PREG having a greater impact than PSOC, in line with the Institutional theory that highlights the influence of external pressures and norms as in Alnaim & Metwally (2024), Modreanu et al. (2024), among others.

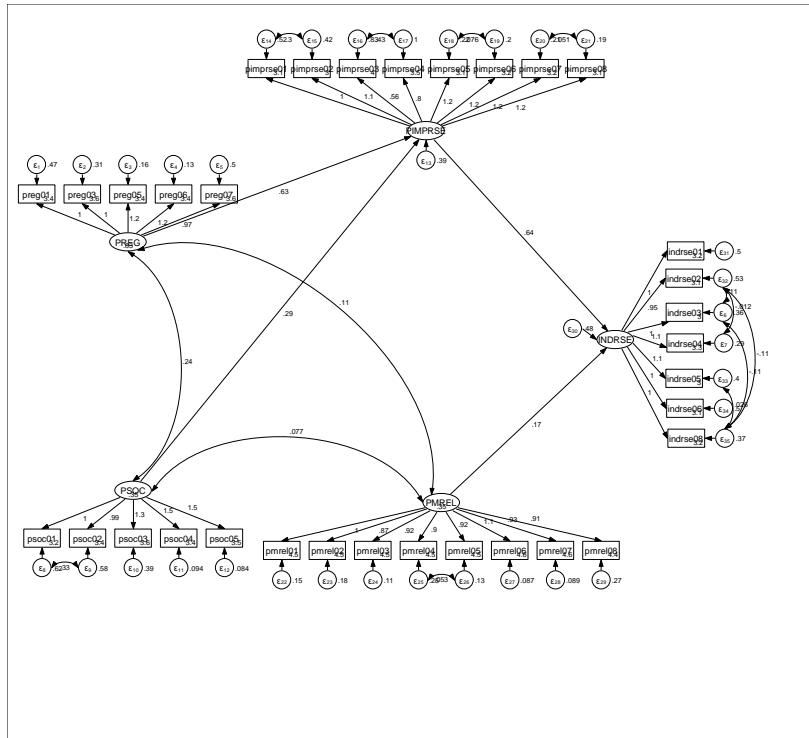
Table 8 – SEM results for the structural model – Structural component

		<i>Non Standardized</i>			<i>Standardized</i>		
		Coef.	Std. Err.	P>z	Coef.	Std. Err.	P>z
<i>Structural componente</i>							
<i>PIMPRSE <-</i>	PREG	.6256554	.0526073	0.000	.6274693	.0343767	0.000
<i>PIMPRSE <-</i>	PSOC	.2877891	.066302	0.000	.1883033	.0407842	0.000
<i>INDRSE <-</i>	PIMPRSE	.6397298	.0531317	0.000	.6347593	.0317105	0.000
<i>INDRSE <-</i>	PMREL	.1718658	.0628735	0.006	.111531	.0402266	0.006

NOTE: Table 8 presents SEM results for the structural model – Structural component where PREG – Regulatory pressures, PSOC – Social pressures, PMREL – Corporate integrity and ethics, PIMPRSE – Perceived importance of corporate sustainability reporting and INDRSE – Corporate social responsibility practices.

PIMPRSE has a positive and significant impact in INDRSE (0.6397298), reflecting the fact that managerial motivations and aligning interests can contribute to improving Corporate social responsibility practices. Several authors, e.g. Appiah-Kubi (2024), reach the same results establishing a relation between perceived benefits, stakeholder pressure and sustainability reporting. A positive and significant impact was also found for PMREL (0.1718658), although with less weight than PIMPRSE. As in Nath et al. (2024), one of the key drivers to integrate social sustainability practices is top management commitment and competition. Cantele & Zardini (2020) also found that adopting sustainability practices was positively influenced by the expected benefits the management perceived that the company could obtain. The final estimated model is presented in Figure 2.

Figure 2 – Estimated model



NOTE: Figure 2 presents the results of the model estimation. PREG represents Regulatory pressures, PSOC the Social pressures, PMREL the Corporate integrity and ethics, PIMPRSE the Perceived importance of corporate sustainability reporting and INDRSE the Corporate social responsibility practices.

From the direct effects analysis presented in Table 8, we find that there is a significant direct effect of PREG and PSOC on PIMPRSE, showing a significant relationship between regulatory pressures (PREG) and the perceived importance of corporate sustainability reporting (PIMPRSE) and that also there is a significant relationship between social pressures (PSOC) and the perceived importance of corporate sustainability reporting (PIMPRSE). These results confirm H1 and H2. Regarding H3, there is a significant relationship between the perceived importance of corporate sustainability reporting (PIMPRSE) and corporate social responsibility practices (INDRSE), this hypothesis is also confirmed.

However, it is also important to examine the indirect effects to identify mediating relationships. By analysing the indirect effects presented in Table 9, we found a significant indirect effect of PREG (0.4002504) and PSOC (0.1841073) on INDRSE through PIMPRSE.

Table 9 – SEM results for the structural model – Structural component – Indirect and Total Effects

	Coef.	Std. Err.	P>z
<i>Indirect effects</i>			
<i>PIMPRSE <-</i>			
<i>PREG</i>	0	(no path)	
<i>PSOC</i>	0	(no path)	
<i>INDRSE <-</i>			

<i>PIMPRSE</i>	0	(no path)	
<i>PREG</i>	.4002504	.0416885	0.000
<i>PSOC</i>	.1841073	.0439813	0.000
<i>PMREL</i>	0	(no path)	
<i>Total effects</i>			
<i>PIMPRSE <-</i>			
<i>PREG</i>	.6256554	.0526073	0.000
<i>PSOC</i>	.2877891	.066302	0.000
<i>INDRSE <-</i>			
<i>PIMPRSE</i>	.6397298	.0531317	0.000
<i>PREG</i>	.4002504	.0416885	0.000
<i>PSOC</i>	.1841073	.0439813	0.000
<i>PMREL</i>	.1718658	.0628735	0.006

NOTE: Table 9 presents the indirect and the total effects for the SEM model – Structural component where PREG – Regulatory pressures, PSOC – Social pressures, PMREL – Corporate integrity and ethics, PIMPRSE – Perceived importance of corporate sustainability reporting and INDRSE – Corporate social responsibility practices.

Our results also confirm H4 that there is a significant relationship between corporate integrity and ethics (PMREL) and corporate social responsibility practices (INDRSE), in line with Abdullah & Abdul Aziz (2013) and Simoni et al. (2020).

To account for some of the heterogeneity of the sample, a sub-analysis was conducted to examine the potential effects of firm size given that “firm size is a key factor when analysing sustainability practices within SMEs” (Guerrero-Baena et al., 2024, p. 4139). Arkoh et al. (2024) study also concluded that firm size has a positive impact on sustainability reporting. T-tests were conducted to compare differences in INDRSE and PIMPRSE between smaller and median companies. Regarding the dimension (DIM), we classified small companies up to 10.000.000€ on sales and median companies’ whit sales of 10.000.000€ or more. Results indicated some significant dimension differences. Detailed comparisons across different dimension groups and T-test results are presented in Table 10 and Table 11.

Table 10 – SEM results for the structural model – Structural component – Size

	<i>Coef.</i>	<i>Std. Err.</i>	<i>P>z</i>	
<i>PIMPRSE <-</i>	<i>PREG</i>			
	0	.6105279	.0544105	0.000
	1	.9103772	.1160781	0.000
	<i>PSOC</i>			
	0	.2843613	.0707523	0.000
	1	.2707473	.1678603	0.107

INDRSE <-

PIMPRSE			
0	.6354989	.054953	0.000
1	.5436954	.0996312	0.000
PMREL			
0	.1560182	.0674537	0.021
1	.3789273	.161782	0.019

NOTE: Table 10 presents the indirect and the total effects for the SEM model – Structural component where PREG – Regulatory pressures, PSOC – Social pressures, PMREL – Corporate integrity and ethics, PIMPRSE – Perceived importance of corporate sustainability reporting and INDRSE – Corporate social responsibility practices. 0 represents small companies up to 10.000.000€ on sales and 1 represents median companies' whit sales of 10.000.000€ or more.

Regarding the relationship between regulatory pressures (PREG) and the perceived importance of corporate sustainability reporting (PIMPRSE), announced in H1, there is a significant difference between small and medium-sized companies. The coefficient for the medium-sized company group is significantly higher than that for the small company group, suggesting a stronger relationship between PREG and PIMPRSE for medium-sized companies.

Table 11 – T-test Results for Group Differences – Size

		Mean	Std. Err.	Std. Dev.	T	p	<i>Two-sample t test with equal variances</i>	<i>Two-sample t test with unequal variances</i>
<i>PIMPRSE <- PREG</i>	X	.6105279	.0027986	.0544105	-29.6275	<0.001%	-16.9198	<0.001%
	Y	.9103772	.0174994	.1160781				
<i>PIMPRSE <- PSOC</i>	X	.2843613	.0036391	.0707523	0.9950	0.3203	0.5325	0.5970
	Y	.2707473	.0253059	.1678603				
<i>INDRSE <- PIMPRSE</i>	X	.6354989	.0028265	.054953	9.4406	<0.001%	6.0067	<0.001%
	Y	.5436954	.01502	.0996312				
<i>INDRSE <- PMREL</i>	X	.1560182	.0034694	.0674537	-17.0156	<0.001%	-9.0484	<0.001%
	Y	.3789273	.0243896	.161782				

NOTE: Table 11 presents the T-test Results for Group Differences – Size. PREG represents Regulatory pressures, PSOC the Social pressures, PMREL the Corporate integrity and ethics, PIMPRSE the Perceived importance of corporate sustainability reporting and INDRSE the Corporate social responsibility practices. X represents small companies up to 10.000.000€ on sales and Y represents median companies' whit sales of 10.000.000€ or more.

Concerning hypotheses H3 and H4, significant differences were found between small and medium-sized companies. For H3, the coefficient for the small company group was significantly higher, suggesting a stronger relationship between PIMPRSE and INDRSE for small companies. By contrast, for H4, the coefficient for the medium-sized company group was significantly higher, indicating a stronger relationship between PMREL and INDRSE for medium-sized companies.

Analysing the T-test results presented in Table 11, there is a significant difference between the two groups for the relationship between PIMPRSE and PREG, between the two groups for the relationship between INDRSE and PIMPRSE, and also between the two groups for the relationship between INDRSE and PMREL. The t-statistics are large, and the p-values are highly significant (<0.001%). However, there is no significant difference between the two groups for the relationship between PIMPRSE and PSOC, the t-statistics are small and the p-values are not significant.

Overall, the results suggest significant differences between small and medium-sized companies in the relationships between PIMPRSE and PREG, INDRSE and PIMPRSE, and INDRSE and PMREL. Different behaviours have already been identified by Guerrero-Baena et al. (2024), with legitimacy and institutional pressure are being the most prominent influence factors among smaller firms. This way, it's important to consider the specific context and characteristics of each group to understand these differences.

Regarding H1, our findings are consistent with Ferri (2017), who notes that companies adjust their sustainability reporting based on the institutional settings in which they operate, and stricter regulations increase the likelihood that companies will view sustainability reporting as essential. (Simoni et al., 2020) also highlight that regulatory pressure serves as a coercive force, compelling organizations to integrate sustainable practices in response to stricter environmental and social norms. The confirmation of H2 resonates with Bradford et al. (2017), who emphasize the link between stakeholder information needs and corporate responsibility in terms of sustainability. Moreover, the results confirm H3, in line with the idea of Singh (2019), who highlighted that sustainability reporting and CSR practices are increasingly integrated, especially in larger firms where transparency is valued. This behavior allows firms to send a positive signal to the market about their dedication to CSR and sustainability. The results concerning H4 confirm that Portuguese companies assumed their social contract with society, by being commitment to fulfilling its societal obligations, making CSR practices a natural extension of its core values, as stated by (Faisal, (2012).

The confirmation of Institutional Theory (Dimaggio & Powell, 1983) in relation to regulatory pressures demonstrates how external formal regulations compel companies, particularly SMEs, to adopt sustainability reporting as a means of maintaining legitimacy and avoiding reputational risks. Similarly, Stakeholder Theory (Freeman, 2010), which underpinned the hypothesis on social pressures, was validated as the study showed that stakeholders' growing demand for transparency drives companies to enhance their sustainability reporting and CSR practices.

Furthermore, the strong relationship between sustainability reporting and CSR practices, as predicted by Signaling Theory (Spence, 1973), highlights that companies view sustainability reporting as a tool to communicate their commitment to responsible practices, thereby differentiating themselves from competitors. Finally, the role of corporate integrity and ethics in fostering CSR, supported by Legitimacy Theory (Suchman, 1995), emphasizes that companies with strong ethical foundations are more likely to adopt CSR practices that align with societal norms, ensuring their social license to operate.

5. CONCLUSION

This study sheds light on the factors that shape Portuguese SMEs' perceptions of corporate sustainability reporting and CSR practices.

The findings highlight the significant role of regulatory pressures, societal expectations, and corporate integrity and ethics in shaping these perceptions. Our key findings suggest that: SMEs perceive regulatory pressures as a significant driver of sustainability reporting; stakeholders' demands for transparency and accountability influence SMEs' perceptions of sustainability reporting and a strong ethical culture within SMEs fosters positive perceptions of sustainability reporting and CSR. Also, we found notable differences between small and medium-sized companies in terms of the perceived importance of sustainability reporting and its relationship with CSR practices.

The study confirms the relationships between regulatory pressures, social pressures, perceived importance of sustainability reporting, and corporate social responsibility practices, as hypothesized. The findings emphasize the need for targeted policies and initiatives to support SMEs in adopting sustainability practices and reporting. However, the SMEs also should prioritize building a strong ethical culture, addressing stakeholder expectations, and exploring the benefits of sustainability reporting.

The fact that the study confirmed all the hypotheses and validated the respective theories underscores the robustness of the theoretical framework selected. Each hypothesis, rooted in established theories such as Institutional Theory, Stakeholder Theory, Signaling Theory, and Legitimacy Theory, aligns well with the empirical findings, reinforcing the relevance of these theories in understanding corporate sustainability practices. Overall, the study's findings reflect a strong alignment between the theoretical constructs and the practical realities of corporate behavior, confirming that these frameworks are highly relevant for analyzing sustainability and CSR dynamics within SMEs. This also suggests that these theories remain robust tools for guiding future research and practical applications in corporate sustainability.

Despite the significant contributions of this study, several limitations should be acknowledged. First, the sample was restricted to Portuguese SMEs, which may limit the generalizability of the findings to other geographic regions or business contexts. Additionally, using questionnaires as the primary data collection method introduces potential response bias, as respondents' perceptions may not fully reflect the actual sustainability practices of their companies. Furthermore, while robust methodologies such as Confirmatory Factor Analysis (CFA) and Structural Equation Modelling (SEM) were employed, the cross-sectional nature of the data analysis limits the ability to assess effects over time.

Future studies could expand the geographical scope by investigating how perceptions of sustainability reporting vary across different countries or regions. Further research could delve deeper into the factors influencing SMEs' sustainability practices in different contexts and explore the long-term impacts of sustainability reporting on SME performance.

In conclusion, this study contributes to a better understanding of the factors driving SMEs' engagement in sustainability reporting and CSR. By addressing these factors, SMEs can enhance their reputation, improve their competitiveness, and contribute to a more sustainable future.

Acknowledgements:

"This work was supported by the UIDB/05105/2020 Program Contract, funded by national funds through the FCT I.P.").

BIBLIOGRAPHY

- Abdullah, Z., & Abdul Aziz, Y. (2013). Institutionalizing corporate social responsibility: effects on corporate reputation, culture, and legitimacy in Malaysia. *Social Responsibility Journal*, 9(3), 344–361. <https://doi.org/10.1108/SRJ-05-2011-0110>
- Agyabeng-Mensah, Y., Afum, E., Baah, C., & Essel, D. (2022). Exploring the role of external pressure, environmental sustainability commitment, engagement, alliance and circular supply chain capability in circular economy performance. *International Journal of Physical Distribution and Logistics Management*, 52(5–6), 431–455. <https://doi.org/10.1108/IJPDLM-12-2021-0514>
- Alnaim, M., & Metwally, A. B. M. (2024). Institutional Pressures and Environmental Management Accounting Adoption: Do Environmental Strategy Matter? *Sustainability (Switzerland)*, 16(7). <https://doi.org/10.3390/su16073020>
- Appiah-Kubi, E. (2024). Management knowledge and sustainability reporting in SMEs: The role of perceived benefit and stakeholder pressure. *Journal of Cleaner Production*, 434. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.140067>

- Arkoh, P., Costantini, A., & Scarpa, F. (2024). Determinants of sustainability reporting: A systematic literature review. In *Corporate Social Responsibility and Environmental Management* (Vol. 31, Issue 3, pp. 1578–1597). John Wiley and Sons Ltd. <https://doi.org/10.1002/csr.2645>
- Ayuso, S., Roca, M., & Colomé, R. (2013). SMEs as “transmitters” of CSR requirements in the supply chain. *Supply Chain Management*, 18(5), 497–508. <https://doi.org/10.1108/SCM-04-2012-0152>
- Badia, F., Bracci, E., & Tallaki, M. (2020). Quality and diffusion of social and sustainability reporting in Italian public utility companies. *Sustainability (Switzerland)*, 12(11). <https://doi.org/10.3390/su12114525>
- Barney, J. (1991). Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, 17(1), 99–120. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/014920639101700108>
- Baskentli, S., Sen, S., Du, S., & Bhattacharya, C. B. (2019). Consumer reactions to corporate social responsibility: The role of CSR domains. *Journal of Business Research*, 95, 502–513. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.07.046>
- Bellucci, M., & Manetti, G. (2018). *STAKEHOLDER ENGAGEMENT AND SUSTAINABILITY REPORTING*. www.routledge.com/Finance-
- Bradford, M., Earp, J. B., Showalter, D. S., & Williams, P. F. (2017). Corporate sustainability reporting and stakeholder concerns: Is there a disconnect? *Accounting Horizons*, 31(1), 83–102. <https://doi.org/10.2308/acch-51639>
- Cantele, S., & Zardini, A. (2020). What drives small and medium enterprises towards sustainability? Role of interactions between pressures, barriers, and benefits. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(1), 126–136. <https://doi.org/10.1002/csr.1778>
- Cehimi, M., & Naro, G. (2024). Balanced Scorecards and sustainability Balanced Scorecards for corporate social responsibility strategic alignment: A systematic literature review. *Journal of Environmental Management*, 367. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2024.122000>
- Chithambo, L., Tauringana, V., Tingbani, I., & Achiro, L. (2022). Stakeholder pressure and greenhouses gas voluntary disclosures. *Business Strategy and the Environment*, 31(1), 159–172. <https://doi.org/10.1002/bse.2880>
- Clarkson, P. M., Li, Y., Richardson, G. D., & Vasvari, F. P. (2011). Does it really pay to be green? Determinants and consequences of proactive environmental strategies. *Journal of Accounting and Public Policy*, 30(2), 122–144. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2010.09.013>
- Connelly, B. L., Certo, S. T., Ireland, R. D., & Reutzel, C. R. (2011). Signaling theory: A review and assessment. In *Journal of Management* (Vol. 37, Issue 1, pp. 39–67). <https://doi.org/10.1177/0149206310388419>
- Dahlsrud, A. (2008). How corporate social responsibility is defined: An analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15(1), 1–13. <https://doi.org/10.1002/csr.132>
- Deegan, C. (2002). Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. In *Accounting, Auditing & Accountability Journal* (Vol. 15, Issue 3, pp. 282–311). <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- Del Gesso, C., & Lodhi, R. N. (2024). Theories underlying environmental, social and governance (ESG) disclosure: a systematic review of accounting studies. *Journal of Accounting Literature*. <https://doi.org/10.1108/jal-08-2023-0143>
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. In *Source: American Sociological Review* (Vol. 48, Issue 2).

- Donaldson, T., & Preston, L. E. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. In *Source: The Academy of Management Review* (Vol. 20, Issue 1).
- Dowling, J., & Pfeffer, J. (1975). Pacific Sociological Association Organizational Legitimacy: Social Values and Organizational Behavior. In *Source: The Pacific Sociological Review* (Vol. 18, Issue 1).
- Dyllick, T., & Hockerts, K. (2002). Beyond the business case for corporate sustainability. *Business Strategy and the Environment*, 11(2), 130–141. <https://doi.org/10.1002/bse.323>
- Eccles, R. G., & Klimenko, S. (2019). The investor revolution. *Harvard Business Review*, 97(3), 106–116.
- Evans, J. D. (1996). *Straightforward statistics for the behavioral sciences*. Thomson Brooks/Cole Publishing Co.
- Faisal, F., Tower, G., & Rusmin, R. (2012). Australasian Accounting Business and Finance Journal Legitimising Corporate Sustainability Reporting Throughout the World. In *Australasian Accounting Business and Finance Journal* (Vol. 6, Issue 2). <http://ro.uow.edu.au/aabfj/vol6/iss2/3>
- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2015). Multilevel Approach to Sustainability Report Assurance Decisions. *Australian Accounting Review*, 25(4), 346–358. <https://doi.org/10.1111/auar.12104>
- Ferri, L. M. (2017). The influence of the institutional context on sustainability reporting. A cross-national analysis. *Social Responsibility Journal*, 13(1), 24–47. <https://doi.org/10.1108/SRJ-11-2015-0172>
- Freeman, R. E. (2010). *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge university press.
- García-Machado, J. J., Papa, M., & Carrassi, M. (2023). The influence of the beliefs of Italian and Spanish managers in their engagement in sustainability reporting. *Discover Sustainability*, 4(1). <https://doi.org/10.1007/s43621-023-00171-5>
- Gomez-Trujillo, A. M., Velez-Ocampo, J., & Gonzalez-Perez, M. A. (2020). A literature review on the causality between sustainability and corporate reputation: What goes first? In *Management of Environmental Quality: An International Journal* (Vol. 31, Issue 2, pp. 406–430). Emerald Group Holdings Ltd. <https://doi.org/10.1108/MEQ-09-2019-0207>
- Gray, R. (2000). Current Developments and Trends in Social and Environmental Auditing, Reporting and Attestation: A Review and Comment. *International Journal of Auditing Int. J. Audit*, 4, 247–268.
- Guerrero-Baena, M. D., Castilla-Polo, F., & Rodríguez-Gutiérrez, P. (2024). Motivations for social and environmental reporting in Spanish SMEs: An inductive content analysis. *Business Strategy and the Environment*, 33(5), 4130–4144. <https://doi.org/10.1002/bse.3693>
- Hassan, A., Elamer, A. A., Fletcher, M., & Sobhan, N. (2020). Voluntary assurance of sustainability reporting: evidence from an emerging economy. *Accounting Research Journal*, 33(2), 391–410. <https://doi.org/10.1108/ARJ-10-2018-0169>
- Kanji, G. K., & Chopra, P. K. (2010). Corporate social responsibility in a global economy. *Total Quality Management and Business Excellence*, 21(2), 119–143. <https://doi.org/10.1080/14783360903549808>
- Knachel, E., Porter, B., & Llp, T. (2021). *Do ESG Matters Affect Accounting and Financial Reporting Today?*
- Laplume, A. O., Sonpar, K., & Litz, R. A. (2008). Stakeholder theory: Reviewing a theory that moves us. In *Journal of Management* (Vol. 34, Issue 6, pp. 1152–1189). <https://doi.org/10.1177/0149206308324322>
- Li, T. T., Wang, K., Sueyoshi, T., & Wang, D. D. (2021). Esg: Research progress and future prospects. In *Sustainability (Switzerland)* (Vol. 13, Issue 21). MDPI. <https://doi.org/10.3390/su132111663>

- Lozano, R., & Huisingh, D. (2011). Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 19(2–3), 99–107. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2010.01.004>
- Lyon, T. P., & Maxwell, J. W. (2011). Greenwash: Corporate environmental disclosure under threat of audit. *Journal of Economics and Management Strategy*, 20(1), 3–41. <https://doi.org/10.1111/j.1530-9134.2010.00282.x>
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. In *Source: American Journal of Sociology* (Vol. 83, Issue 2).
- Mitchell, R. K., Agle, B. R., & Wood, D. J. (1997). Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience: Defining the Principle of Who and What Really Counts. In *Source: The Academy of Management Review* (Vol. 22, Issue 4).
- Modreanu, A., Toma, S. G., Burcea, M., & Grădinaru, C. (2024). Perceptions and Attitudes of SMEs and MNCs Managers Regarding CSR Implementation: Insights from Companies Operating in the Retail Sector. *Sustainability (Switzerland)*, 16(10). <https://doi.org/10.3390/su16103963>
- Nath, S. D., Eweje, G., & Barua, S. (2024). Drivers and barriers for implementing social sustainability in supply chains: a qualitative investigation of a developing country's multi-tier suppliers. *International Journal of Logistics Management*, 35(4), 1332–1367. <https://doi.org/10.1108/IJLM-03-2022-0121>
- Ortiz-Martínez, E., Marín-Hernández, S., & Santos-Jaén, J. M. (2023). Sustainability, corporate social responsibility, non-financial reporting and company performance: Relationships and mediating effects in Spanish small and medium sized enterprises. In *Sustainable Production and Consumption* (Vol. 35, pp. 349–364). Elsevier B.V. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2022.11.015>
- Siew, R. Y. J. (2015). A review of corporate sustainability reporting tools (SRTs). In *Journal of Environmental Management* (Vol. 164, pp. 180–195). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2015.09.010>
- Simoni, L., Bini, L., & Bellucci, M. (2020). Effects of social, environmental, and institutional factors on sustainability report assurance: evidence from European countries. *Meditari Accountancy Research*, 28(6), 1059–1087. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-03-2019-0462>
- Spence, M. (1973). Job market signaling. *Quarterly Journal of Economics*, 87(3), 355–374.
- Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), 571. <https://doi.org/10.2307/258788>
- van Marrewijk, M. (2003). vM_concepts. *Journal of Business Ethics*, 44, 95–105. <https://doi.org/https://doi.org/10.1023/A:1023331212247>